

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS - ESTUDOS LITERÁRIOS

IVANIA DA SILVA PEREIRA DE MELO

**ARAGUAIA EM VERSO E PROSA: os poemas da guerrilha veiculados pelo
Resistência (o jornal em defesa dos Direitos Humanos)**

Belém-PA

2018

Ivania da Silva Pereira de Melo

**ARAGUAIA EM VERSO E PROSA: os poemas da guerrilha veiculados pelo
Resistência (o jornal em defesa dos Direitos Humanos)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja

Belém-PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M528a Melo, Ivania da Silva Pereira de
ARAGUAIA EM VERSO E PROSA : Os poemas da
guerrilha veiculados pelo Resistência (o jornal em defesa
dos Direitos Humanos / Ivania da Silva Pereira de Melo. —
2018.
x, 134 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Tânia Maria Pereira Sarmento-
pantoja

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Poema. 2. Resistência. 3. Guerrilha.. 4. Araguaia. I.
Título.

CDD 809.93355

Ivania da Silva Pereira de Melo

**ARAGUAIA EM VERSO E PROSA: os poemas da guerrilha veiculados pelo
Resistência (o jornal em defesa dos Direitos Humanos)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Estudos Literários.

Aprovado em: _____ de _____ de 2018.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dra. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja

Membro: Prof. Dr. Carlos Augusto Nascimento Sarmiento-Pantoja

Membro: Prof. Dr. Paulo Jorge Martins Nunes

Quem age sem receios não teme as
palavras.

Édipo – Sófocles

RESUMO

A guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário ocorrido no norte do Brasil durante a primeira metade da década de 1970, ganhou destaque nas páginas do jornal *Resistência*, tanto em verso como em prosa. Em fevereiro de 1979 o mensário alternativo de Belém do Pará publicou, com exclusividade, oito poemas transcritos do folheto *Primeiras Cantigas do Araguaia*, assinado por Libério de Campos. Com o propósito de identificar o enquadramento de tais textos na poética de resistência, buscou-se apoio nas aproximações de Alfredo Bosi sobre a resistência como tema e como processo. Por se tratar de produções inseridas em um contexto de militância política, adotou-se uma abordagem fenomenológica. Outras duas verificações, realizadas através dos procedimentos observacional e comparativo, merecem destaque no texto, são elas: a função desempenhada pelo jornal *Resistência* referente aos direitos humanos; e a semelhança entre a existência do guerrilheiro e a do *homo sacer* no sentido de “vida nua”, ou seja, aquele que passa à ilegalidade e é obrigado a viver em uma zona de indiferença sob a condição de matável, desprotegido juridicamente e com o corpo exposto à violência extrema, comparação realizada com base nos fundamentos de Giorgio Agamben. Este trabalho apresenta três sondagens que relacionam Literatura, Imprensa e História, sendo estas duas últimas importantes suportes para o desenvolvimento do estudo realizado sobre os “poemas da guerrilha do Araguaia”.

Palavras-chave: Poema. Resistência. Guerrilha. Araguaia.

ABSTRACT

The Araguaia guerrilla, a revolutionary movement that took place in northern Brazil during the first half of the 1970s, gained prominence in the pages of the Resistência newspaper, both in verse and in prose. In February 1979, the alternative monthly publication in Belém do Pará published, exclusively, eight poems transcribed from the Primeiras Cantigas do Araguaia leaflet, signed by Libério de Campos. In order to identify how such texts fit into the poetics of resistance, support was sought in Alfredo Bosi's approaches to resistance as a theme and as a process. As these are productions inserted in a context of political militancy, a phenomenological approach was adopted. Two other checks, carried out through observational and comparative procedures, deserve to be highlighted in the text, they are: the role played by the Resistência newspaper regarding human rights; and the similarity between the existence of the guerrilla and that of the homo sacer in the sense of "naked life", that is, one who becomes illegal and is obliged to live in an area of indifference under the condition of a killer, legally unprotected and with the body exposed to extreme violence, comparison made based on the fundamentals of Giorgio Agamben. This work presents three surveys that relate Literature, Press and History, the latter two being important supports for the development of the study carried out on the "poems of the Araguaia guerrilla".

Keywords: Poem. Resistência. Guerrilla. Araguaia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Capa da Edição nº 0, de fevereiro/78	19
Figura 2	- Página Cacetada da Edição nº 20, de janeiro/81	26
Figura 3	- Capa da Edição nº 5, de agosto/78	29
Figura 4	- Mutirão de vendas no Ver-o-Peso	31
Figura 5	- Mutirão de vendas nas ruas	32
Figura 6	- Capa da Edição nº 9, de fevereiro/79	33
Figura 7	- Edição Extra nº 3, de novembro/79	34
Figura 8	- Capa da Edição nº 11, de abril/80	34
Figura 9	- Capa da Edição nº 19, dezembro/80	35
Figura 10	- Bônus da Resistência	36
Figura 11	- Capa da Edição nº 64, de dezembro/84	40
Figura 12	- Invasão no jornal <i>Em Tempo</i>	42
Figura 13	- Capa do jornal <i>Movimento</i>	44
Figura 14	- Protesto contra a Lei de Segurança Nacional	46
Figura 15	- Anúncio de escritório de advocacia	47
Figura 16	- Anúncio de escritório de advocacia II	48
Figura 17	- Anúncio de A Nossa Livraria de Belém	48
Figura 18	- Anúncio da Livraria Jinkings	49
Figura 19	- Anúncio de assinatura do jornal <i>Resistência</i>	50
Figura 20	- Anúncio de assinatura do jornal <i>Denúncia</i>	51
Figura 21	- Anúncios de assinaturas de outros alternativos	52
Figura 22	- Anúncio de assinatura dos três jornais paraenses	52
Figura 23	- Trabalho e Justiça para todos	64
Figura 24	- Baixadas	71

Figura 25 - Garota aguadeira	72
Figura 26 - Capa da Edição nº 1, de março/78	78
Figura 27 - “A surpresa do povo”	79
Figura 28 - Capa do jornal <i>Repórter</i>	81
Figura 29 - Capa do semanário <i>Pasquim</i>	82
Figura 30 - Cartaz “Movimento sem censura”	88
Figura 31 - Os Poemas da Guerrilha do Araguaia	91
Figura 32 - Capa – Primeiras Cantigas do Araguaia	109

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Fases das edições do jornal <i>Resistência</i>	20
---	----

LISTA SIGLAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	- Ato Institucional número cinco
CA	- Centro Acadêmico
CAJU	- Casa da Juventude
CBA	- Comitê Brasileiro pela Anistia
CBB	- Comissão dos Bairros de Belém
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CESEP	- Centro de Serviços Educacionais do Pará
CGT	- Comando Geral dos Trabalhadores
CIEx	- Centro de Informações do Exército
CIPES	- Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais
CNBB	- Conferência Nacional de Bispos do Brasil
Cobajur	- Comunidade de Base do Jurunas
CODEM	- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	- Companhia de Habitação do Estado do Pará
COMARCO	- Companhia Maranhense de Colonização
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSANPA	- Companhia de Saneamento do Pará
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
DRPF	- Delegacia Regional da Polícia Federal
DUDH	- Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENASA	- Empresa de Navegação da Amazônia
GAC	- Grupo Anti-Comunista
IAPAS	- Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IFCH	- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR	- Instituto Pastoral Regional
IPM	- Inquérito Policial Militar
IPP	- Investigação Policiais Preliminares
ITERPA	- Instituto de Terras do Pará
ITERPA	- Instituto de Terras do Pará
LSN	- Lei de Segurança Nacional
MAC	- Movimento Anti-Comunista
MDA	- Movimento de Defesa da Amazônia
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MLPA	- Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia
NANICO	- Jornal do Núcleo de Apoio de Notícias e Idéias de Comunicação
NI	- Núcleo de Imprensa
PAT	- Public. Assist. Técnica Ltda.
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PF	- Polícia Federal
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPA	- Pega & mata pobres associados
PT	- Partido dos Trabalhadores
SDDH/SPDDH	- Sociedade Paraense de Direitos Humanos
SEDUC	- Secretaria de Estado de Educação do Pará
SMDDH	- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
STM	- Supremo Tribunal Militar
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TAB	- Tabela
UFPA	- Universidade Federal do Pará
ULDP	- União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo
ULPD	- União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	RESISTÊNCIA: UMA QUESTÃO DE DIREITOS E LIBERDADES	14
2.1	“Resistir é o primeiro passo”	17
3	INSTRUMENTO NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS	57
4	RESISTÊNCIA NOS POEMAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA	90
4.1	A Poética da Resistência	93
4.2	A vida nua do(s) autor(es) dos poemas da guerrilha do Araguaia	110
	CONCLUSÃO	120
	REFERÊNCIAS	125
	ANEXO A – Mapa da região da guerrilha do Araguaia I.....	129
	ANEXO B – “Espelho da realidade”	130
	ANEXO C – “Vida de pobre”	131
	ANEXO D – “Os poemas da guerrilha do Araguaia”	132
	ANEXO E – “Cantar é Preciso”	133
	ANEXO F – Mapa da região da guerrilha do Araguaia II	134

1 INTRODUÇÃO

A guerrilha do Araguaia, movimento revolucionário, ocorreu no norte do Brasil durante a primeira metade da década de 1970, em uma área conhecida como “Bico do Papagaio”, localizada entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (atual Tocantins), conforme Anexo A. Durante o regime militar o governo procurou manter o assunto longe dos meios de comunicação. Raras matérias escaparam ao controle da censura. Nos anos seguintes à ditadura militar surgiram pesquisas, debates e publicações sobre os acontecimentos e seus personagens – militantes, militares e moradores. Porém, ainda há lacunas sobre esta história, perguntas sem respostas definitivas, ou por falta de informações, ou por divergência nos dados. Este estudo, que explora o tema pela Literatura, não resolve tal problema, mas pretende trazer ao conhecimento fatos relevantes que despertem o interesse pelo assunto e motive outras pesquisas que preencham alguns espaços vazios.

“**Araguaia em verso e prosa:** os poemas da guerrilha veiculados pelo *Resistência* (jornal em defesa dos Direitos Humanos)” é um trabalho sobre a arte literária como forma de combate que ganhou espaço nas páginas do periódico alternativo, ainda no período da ditadura militar (1964-1985). A Edição de fevereiro/79 apresentou aos seus leitores “Os poemas da guerrilha do Araguaia”, oito textos supostamente escritos pelos guerrilheiros – os escritos fazem parte do folheto *Primeiras Cantigas do Araguaia*, de Libério de Campos. Apesar da anistia e do início da abertura que indicava o final do regime, o tema “guerrilha do Araguaia” ainda era um assunto proibido. A publicação, que pode ser considerada incomum para a época, despertou o seguinte questionamento que motivou este estudo: Tais composições se enquadram na poética de resistência?

Além da Literatura, a pesquisa transitou pelos campos da Imprensa e da História, o que provocou mais dois interesses: a função do jornal *Resistência* relacionado aos direitos humanos; e a semelhança entre o(s) autor(es) guerrilheiro(s) e o *homo sacer* associado ao conceito de “vida nua” – aquele que passa à ilegalidade e é obrigado a viver em uma zona de indiferença sob a condição de matável, desprotegido juridicamente e com o corpo exposto à violência extrema. Durante a fase de coleta de dados surgiu também outra questão mais específica: a dúvida sobre a autoria dos poemas. A polifonia presente neles contradiz a assinatura no folheto de apenas um responsável. Mas, independente de quem os escreveu,

neste trabalho os textos são considerados como objeto de estudo por estarem relacionados à guerrilha.

A pesquisa restringiu-se aos exemplares de *Resistência*, jornal alternativo com sede em Belém, publicados no período de fevereiro/78 a dezembro/84. Destes apenas a edição de fevereiro/79 contém “os poemas da guerrilha”. Por serem produções inseridas em um contexto de militância política, adotou-se a abordagem fenomenológica para a constatação do problema central, ou seja, o enquadramento em uma poética de resistência – para a verificação do assunto buscou-se apoio nas concepções de Alfredo Bosi sobre a resistência como tema e como processo. Quanto à função do periódico, amparou-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e nas publicações e abordagens feitas pelo próprio jornal. Sobre a semelhança entre o(s) autor(es) guerrilheiro(s) e o *homo sacer* associado à ideia de “vida nua”, baseou-se no conceito cunhado por Giorgio Agamben. Tratou-se de pesquisa qualitativa delineada como bibliográfica e desenvolvida em fonte primária. Todas as informações transcritas ou comentadas aqui foram baseadas no texto jornalístico que serviu tanto de fonte como de objeto para a escrita da dissertação.

Embora o foco deste trabalho seja a produção literária relacionada ao movimento guerrilheiro, outras obras divulgadas no mesmo periódico merecem destaque por apresentarem também um tom combativo. São expressões de lutas, individuais ou coletivas, por direitos e liberdades que encontraram no jornal *Resistência* o suporte negado por outros periódicos. Contra o “imparcialismo, objetivismo e sensacionalismo dos grandes jornais”, o alternativo defendeu seu lugar como oposicionista e parcial, atuando como instrumento de apoio às reivindicações populares por melhores condições de vida. Surgiu com o propósito de fazer parte da oposição democrática e um de seus objetivos principais era denunciar as injustiças cometidas contra o povo. Colocou-se desde o início ao lado e em defesa do “time mais fraco”, condenando os abusos impostos à população, mesmo ciente das consequências. Perseguições, apreensão e boicote provocaram atrasos e até interrupções em suas edições regulares.

A maior parte das matérias publicadas pelo jornal está relacionada à violação dos direitos humanos. Seja em prosa ou em verso elas ultrapassam o limite de seus temas principais e alcançam outros como: resistência; clandestinidade;

biopolítica; trauma; testemunho; memória; cultura; lugar/espço; tempo; narrador; ética; estética; rastros; mitos; heróis; lendas; censura; e violência. Todos são assuntos relevantes para o desenvolvimento deste texto e estão distribuídos em três capítulos: o primeiro apresenta o jornal *Resistência* e a sua abordagem relacionada aos direitos humanos – um levantamento histórico, retratando as fases do periódico, a sua apresentação, os responsáveis, a estrutura, a linha editorial, as dificuldades, as campanhas, as interrupções, etc., seguido de um relato sobre as notícias mais recorrentes durante o período verificado; o segundo trata sobre a atuação do jornal como instrumento da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH ou SPDDH¹) em favor dos direitos humanos e na luta por melhores condições de vida da população; e o terceiro dividi-se em dois subtópicos: um expõe “os poemas da guerrilha do Araguaia”, observando suas características individuais com o objetivo de identificar o enquadramento das obras na poética de resistência e o outro verifica a semelhança entre o(s) autor(es) guerrilheiro(s) e o *homo sacer* associado ao conceito de “vida nua”. Para complementar as exposições utilizou-se imagens retiradas dos exemplares do jornal *Resistência* e apresentou-se uma tabela com dados sobre as suas fases durante o período observado.

¹ De todas as edições do jornal *Resistência* consultadas, somente o exemplar nº 64, de dezembro/84 registra a sigla como SPDDH. Por este motivo, sempre que houver a necessidade de citar a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos neste trabalho, será mencionada como SDDH.

2 RESISTÊNCIA: UMA QUESTÃO DE DIREITOS E LIBERDADES

Direito e Liberdade são termos muito usados em textos cujo objetivo é facultar ao indivíduo certos benefícios. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em Assembleia Geral no dia 10 de dezembro de 1948, tem como objetivo o esforço de “cada indivíduo e cada órgão da sociedade” em promover “o respeito a esses **direitos** e **liberdades**.”² A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos, Art. 5º, enuncia a igualdade de todos perante a lei e garante a “inviolabilidade do **direito** [...] à **liberdade** [...]”.³ Somente nestas duas redações citadas eles aparecem muitas vezes ou são referenciados por derivados e sinônimos.

De acordo com o léxico “Direito” é a “faculdade legal de praticar ou não praticar um ato”; e “Liberdade” é a “faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação.”⁴ São dois poderes que convergem para um terceiro: a decisão. Trata-se de uma relação simples e complexa ao mesmo tempo, porque, se por um lado o primeiro garante o segundo, por outro o segundo impõe-se sobre o primeiro quando determina se efetua ou anula esta ação garantida por lei, por exemplo: o direito de manifestar o pensamento, uma opinião ou uma ideia, mesmo assegurado, depende da livre escolha ou da “força da vontade” de expressá-lo ou não.

Sobre “Resistência” Bosi diz que o “seu sentido mais profundo apela para a **força da vontade** que resiste a outra força, exterior ao sujeito.”⁵ Aqui ela será aplicada ao Poder de decisão que, por sua vez, relaciona-se com Direito e Liberdade. Assim, Direito–Liberdade–Decisão estão relacionados e dependem diretamente da “Força da vontade”, inclusive para resistir ou não.

Calar também é um direito. O “Aviso de Miranda” ou “*Miranda Rights*” significa comunicar ao detido os seus direitos, entre eles o de permanecer em

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC: Rio, 2009. p. 4.

³ BRASIL. **Constituição** (1988). Dos direitos e deveres individuais e coletivos, Art. 5º. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁴ FERREIRA, Aurélio B. H.; ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina B. (Coord. de ed.). **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. Lexicografia Margarida dos Anjos et al. 4. ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 238, 425.

⁵ BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118. (grifo nosso)

silêncio. O termo surgiu nos Estados Unidos após o caso *Miranda versus Arizona*, em 1966. A corte anulou a prova verbal proferida pelo acusado no momento de sua prisão, pelo fato de não ter sido advertido quanto aos seus direitos, ou seja, de permanecer em silêncio, pois tudo que dissesse poderia ser usado contra ele no Tribunal. Em notas sobre *A luta em defesa da igualdade e das liberdades públicas no direito norte-americano*, Cabral e Cangussu explicam: “A Suprema Corte entendeu que o procedimento adotado na colheita de provas resultou na incriminação de Miranda e estabeleceu a proibição à auto-incriminação, dando efetividade ao postulado do [...] direito de não produzir provas contra si mesmo.”⁶ No Brasil esse direito também está previsto na Constituição de 1988, Art. 5º, inciso LXIII: “o preso será informado de **seus direitos**, entre os quais o **de permanecer calado** [...].”⁷ Portanto, falar ou calar são direitos garantidos e também liberdades asseguradas pelo poder de decisão que, por sua vez é determinado pela **força** da vontade.

No período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) os desejos eram maiores que as liberdades e os direitos menores que os sonhos. Qualquer ação, gesto, palavra falada ou escrita, manifestação ou ato contra o regime era proibido. Vinte e um anos marcados pela repressão – às vezes mais intensa, outras mais “camufladas” – de sucessivos governos militares. Época em que discordar do sistema significava virar subversivo e passar à clandestinidade com “direito” a: torturas, desaparecimentos, sequestros, mortes, perseguições e censuras. Desta forma, a **força** ditatorial foi sentida em todo o território brasileiro e contrários a ela surgiram os movimentos de resistência.

Segundo a Física, para “toda ação há sempre oposta uma reação igual.”⁸ Trata-se de um princípio que define a “força inata da matéria” como “um poder de resistir, através do qual todo o corpo [...] mantém seu estado presente, seja ele de repouso ou de movimento.”⁹ Essa força é exercida apenas “quando outra [...],

⁶ CABRAL, B. F.; CANGUSSU, Débora D. D. *A luta em defesa da igualdade e das liberdades públicas no direito norte-americano*. **Jus Navegandi**, Teresina, 2008, p. 3. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22484-22486-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

⁷ BRASIL, 1988. (grifo nosso)

⁸ NEWTON, Isaac. *Axiomas ou Leis do Movimento*. In: NEWTON, Isaac. **Principia**: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural. – 2. ed., 3. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 54. Livro I. Disponível em: <https://archive.org/stream/Principia.Livro.1.2.3-Isaac.Newton/Principia%20-%20Livro%20I%20-%20Isaac%20Newton#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10 mai. 2018.

⁹ *Ibid.*, p. 40.

imprimida sobre ele [o corpo], procura mudar sua condição”. O exercício dela pode ser considerado tanto como de **resistência** (quando o corpo opõe-se para conservar o seu estado) quanto de **impulso** (quando o corpo esforça-se para mudar o estado do outro).¹⁰ Em oposição às “forças” ditatoriais (impulso) surgiram os movimentos de “**resistência**” que, por sua vez, também desejavam mudar o sistema de governo, como expressa a publicação sobre o I Encontro Estadual do quinzenário *A Luta do Campo & Cidade*, da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), quando se confirmou “a determinação de dar prioridade à luta pela derrubada da ditadura militar.”¹¹ ou pela nota da diretoria da *Edição S/A* divulgada por ocasião das perseguições ao jornal *Movimento*, afirmando defender “o fim do regime de arbítrio e prepotência responsável por tantas lágrimas e tanto sangue derramado nesse país.”¹²

As críticas ao governo aconteceram de várias formas, entre elas estão as manifestações artísticas e jornalísticas, que apesar da censura, nunca deixaram de ser proferidas. Os registros dessa oposição podem ser encontrados em livros, poemas, peças, músicas, charges, artigos, entrevistas, matérias publicadas, principalmente na imprensa chamada “alternativa”, também conhecida como: “nanica”, “popular”, “do povo”, “democrática” e “combativa” – assim classificada nas páginas do jornal *Resistência*, um periódico do mesmo grupo dos alternativos.

Neste trabalho ele aparece como fonte de informação e objeto de estudo.¹³ O *Corpus* formado por quarenta e seis exemplares, de fevereiro/78 a dezembro/84, é mantido em meio físico, por ordem cronológica e pertence ao Arquivo privado Alexandre Cunha, localizado no Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, anexo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), na Universidade Federal do Pará (UFPA). A coleção apresenta páginas mutiladas, manchadas e faltam edições. É o primeiro arquivo privado do Estado do Pará, organizado pelo Prof. Dr. Manoel Alexandre Cunha, efetivo do quadro de docentes da Universidade Federal do Pará, membro da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Coordenador do Núcleo Pró-Anistia criado em 1978 e colaborador do jornal *Resistência*.

¹⁰ NEWTON, 2016, p. 40.

¹¹ SOUZA, José Maria. Encontro estadual fortalece “Campo e Cidade”. **Resistência**, Belém, n. 15, ago. 1980. Imprensa Popular, p. 7.

¹² EDIÇÃO S/A. A perseguição ao jornal “Movimento”. **Resistência**, Belém, n. 2, p. 4, mai. 1978.

¹³ Todas as informações relacionadas ao *Resistência* foram retiradas dos próprios exemplares do jornal.

2.1 “Resistir é o primeiro passo”

Resistência é o jornal da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, uma entidade civil sem fins lucrativos, com fundo social baseado em contribuições dos sócios, doações, legados e arrecadações eventuais, fundada oficialmente no dia 08 de agosto de 1977, “com sede e foro na cidade de Belém, Estado do Pará”, tendo como objetivo a “proteção e defesa dos direitos da pessoa humana.”¹⁴ Sua constituição não determinava um limite de sócios. Desde o início contava com a participação de indivíduos de várias classes sociais, como: operários, médicos, intelectuais, donas de casa, professores, biscateiros, advogados, estudantes, políticos, empresários, etc., todos empenhados em contribuir dentro de suas possibilidades. Cada Diretoria cumpria o mandato por dois anos ou outro período estabelecido em Assembleia Geral. Seus primeiros diretores foram: Paulo César Fontelles de Lima e Ubiratan Moraes Diniz.

A Sociedade surgiu após o caso dos posseiros envolvidos na morte do norte-americano John Davis, proprietário da Fazenda Capaz, no município de Paragominas, em julho de 1976. Fato que mobilizou um grupo de pessoas em defesa e auxílio dos acusados devido à situação precária em que se encontravam. Após este episódio, observou-se “a necessidade de criar uma entidade que pudesse melhor realizar um trabalho efetivo e consequente.”¹⁵ Na avaliação do associado João Pedro, em seis meses de atuação a SDDH adquiriu “boas raízes”. Escreve:

Nossa ligação com o povo cresce. Nossa organização aumenta. Nossa experiência se desenvolve. Nossa atuação vai-se clareando. Os erros já começaram a ser repensados. Os recursos começaram a entrar. Nossa capacidade de trabalho se dinamiza. Nosso jornal, o “RESISTÊNCIA” está nas bancas e nas mãos do povo, contribuindo na luta pelo direito de informação.¹⁶

Ela participou regularmente de atos públicos, passeatas, debates, seminários e congressos, e promoveu “atividades de caráter político juntamente com entidades sindicais e populares, partidos [...] de oposição, etc.”¹⁷ Entre os eventos divulgados estão: a palestra “Sociedade Civil e Estado”, organizada em parceria com o Instituto dos Economistas do Pará, a Associação dos Sociólogos do Brasil –

¹⁴ O ESTATUTO da SDDH. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento, Capítulo I, Art. 1º, folha avulsa.

¹⁵ COMO nasceu a Sociedade. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento, folha avulsa.

¹⁶ PEDRO, João. Resistir é o primeiro passo. **Resistência**, Belém, n. 0, p. 3, fev. 1978.

¹⁷ CUNHA, Humberto. Balanço/80 – SDDH. **Resistência**, Belém, n. 20, p. 10, jan. 1981.

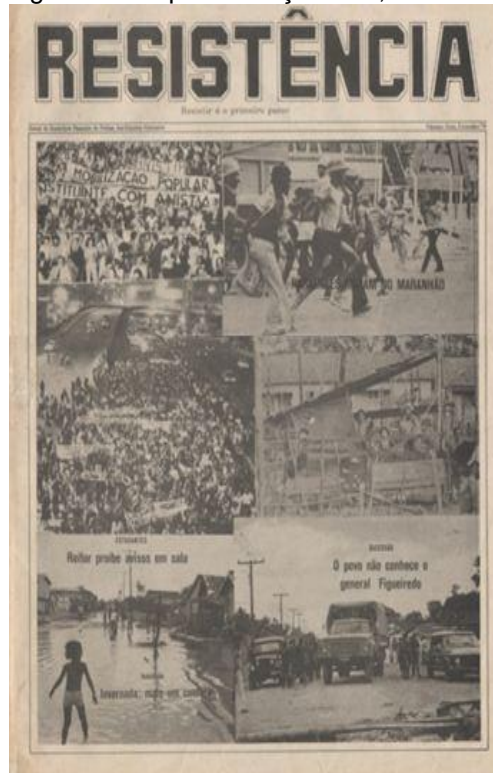
Regional Norte e a Associação Paraense dos Sociólogos, realizada em março/78 pelo professor Francisco de Oliveira; mesa-redonda em maio do mesmo ano que abriu o debate público sobre a Anistia em Belém e teve “a participação do historiador Manoel Alexandre, da UFPa., do criminalista Paulo Klautau, do vereador João Marques (MDB¹⁸), do deputado Jáder Barbalho, do Sociólogo Mariano Klautau”¹⁹, e apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Antes de completar um ano a Sociedade colocou nas ruas o seu principal instrumento de divulgação sobre as lutas por direitos e liberdades.

Em fevereiro/78 dois mil exemplares da edição número zero do jornal *Resistência* foram distribuídos na capital paraense (entre as comunidades de bairro, estudantes, jornalistas, padres, intelectuais, políticos e imprensa em geral), no interior do Estado (Baião, Santarém, Cametá, Marabá, Alenquer, Paragominas e outros) e nos grandes centros do país, chegando a ser conhecido internacionalmente. Contendo oito páginas e uma folha avulsa – com explicações sobre o nascimento da SDDH, a Carta de Princípios e seu Estatuto – deixou evidente a sua proposta como veículo de comunicação em favor dos menos favorecidos pelo regime que governava o país naquele momento. A capa, sem manchetes, trazia logo abaixo do lema, “Resistir é o primeiro passo”, seis fotos sobrepostas que retratavam manifestações populares, conflitos de terras, problemas com moradia, autoritarismo e governo. Imagens que definem bem a sua linha editorial.

¹⁸ Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁹ SDDH abre debate sobre anistia. **Resistência**, Belém, n. 3, jun. 1978. Varejo, p. 2.

Figura 1 – Capa da Edição nº 0, de fevereiro/78



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Contra o “imparcialismo, objetivismo e sensacionalismo dos grandes jornais” defendeu seu lugar como opositor e parcial. Colocou-se desde o início ao lado e em defesa do “time mais fraco”, condenando os abusos impostos ao povo, mesmo ciente das consequências. Perseguições, apreensão e boicote provocaram atrasos e até interrupções em suas edições regulares. Começou com impressões mensais e após as ações de reestruturação passou a ser quinzenal em fevereiro/82, voltando em 1984 a ser mensário.²⁰ No recorte temporal escolhido para a elaboração deste estudo, foram identificadas seis fases: quatro de edições regulares; e duas de edições extras, conforme apresenta a TAB. 1.

²⁰ Atualmente possui uma versão *on-line* disponibilizada no site da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos por ocasião dos 36 anos da organização e 35 do jornal. Disponível em: <http://sddh.org.br/>.

Tabela 1 – Fases das edições do jornal *Resistência*

Fase	Período	Edições Regulares	Edições Extras	Periodicidade
1^a	fevereiro/78 – julho/79	10	-	Mensal
(1)	agosto/79 – março/80	-	5	Mensal
2^a	abril/80 – maio/82	27	-	Mensal
(2)	junho/82 – agosto/82	-	-	-
3^a	setembro/82 – novembro/83	24		Quinzenal
(3)	dezembro/83 – novembro/84	-	2	-
4^a	dezembro/84	12 ou mais	-	Mensal

Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(1) Momento de interrupção com apenas cinco edições extras durante sete meses. (2) Período sem edições. (3) Momento de interrupção com apenas duas edições extras durante doze meses.

Durante os meses de reestruturação (agosto/79 a março/80) circularam cinco Extras que mantiveram o jornal ativo e garantiram o seu espaço político até a retomada com o nº 11, em abril/80, momento de início da segunda fase que durou dois anos. Após novos atrasos, de janeiro a maio de 1982, provocados por velhos problemas financeiros e políticos, o jornal parou de circular, retornando em setembro/82, mas desta vez quinzenalmente até novembro/83. Durante um ano, ou seja, de dezembro/83 a novembro/84 houve apenas duas publicações classificadas como extras. O *Resistência* retornou a sua circulação mensal em dezembro/84, com o nº 64.

Apesar de faltarem edições impressas no acervo consultado, a organização das fases tornou-se possível pelas informações contidas nos próprios exemplares, conforme os seguintes fragmentos transcritos:

É das mais difíceis a situação deste jornal. Desde que a Polícia Federal apreendeu, em mais um acinte de arbitrariedade, os 4.500 dos cinco mil números do “*Resistência 5*” – em que denunciávamos bárbaras torturas sofridas por quatro companheiros da SDDH nos anos 71/72, torturas praticadas pela repressão inclusive no prédio do próprio Ministério do Exército – desde então, pois, a situação agravou-se consideravelmente. Policiais, ministros, políticos influentes iniciaram uma série de pressões contra a existência de nosso jornal. Pressões veladas, evidentemente, mas nem por isso menos graves. [...] Enfrentamos, pois, um impasse dos mais

agudos – mas mesmo com algum atraso conseguimos editar este número [nº 7, de dezembro/78].²¹

“Resistência” não está conseguindo sair mensal ou mesmo bimensalmente, e nossos leitores, assiantes e amigos são credores de uma explicação. O motivo “técnico”, digamos assim, é que nunca tivemos uma mínima estrutura empresarial que nos custeasse as despesas, situação agravada substancialmente com o prejuízo da edição número cinco, praticamente paga com a colaboração de nossos amigos, que garantiu a edição número seis, mas deixou um pequeno passivo a descoberto. [...] Num esforço conseguimos tirar este número 10, feito e refeito pelo menos duas vezes [...]. O jornal que lhes apresentamos para os próximos dois ou três meses, mínimo tempo de uma reformulação para que “Resistência” volte melhor em todos os aspectos, dentro das possibilidades objetivas que se apresentarem, este jornal, pois, foi o melhor que podemos fazer.²²

Fazer um “Resistência Extra”, sobre um assunto, específico, até que tenhamos condições de voltar às edições normais – foi este o compromisso pela SDDH assumido desde o último agosto. [...] Este, basicamente sobre os problemas de algumas regiões do campo, como Tocantins e sul do Pará, é o terceiro, para cuja realização contamos com o apoio decidido de colaboradores e amigos do jornal.²³

Este é o quarto “Resistência” extra, desde que, em agosto passado, resolvemos suspender a publicação das edições normais, que foram em número de dez. [...] Enquanto isso, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, continua a impulsionar a campanha de fundos pela reestruturação do “Resistência”, visando atingir, até o final deste ano, a quantia de 300 mil cruzeiros, o que nos permitirá reativar imediatamente a volta das edições normais.²⁴

“Resistir é o primeiro passo”, foi o que sempre dissemos e é o que estamos fazendo para por ordem na casa, isto é, nos recuperarmos da crise que nos abateu após a tiragem do número 10, quando o RESISTÊNCIA deixou de circular regularmente. Durante todo esse tempo o jornal não esteve parado: resistiu através das Edições Extras. A experiência com os “extras” tem um significado muito especial na vida do RESISTÊNCIA. Em primeiro lugar, foi possível assegurar a saída do jornal, e, dessa forma, garantir o espaço político, que a duras penas, vem sendo conquistado, principalmente no campo. [...] Vale ressaltar também a importância da participação de todos aqueles que contribuíram para a efetivação dos “extras”; ora financiando páginas, ora escrevendo e discutindo o jornal. Tudo isso como expressão de um objetivo comum: resistir até a volta regular do jornal. [...] A partir de abril o RESISTÊNCIA estará de volta, um fato que, sem sombra de dúvida, merece a atenção de todos nós.²⁵

O grande atraso registrado em nossa edição de abril (que circulou apenas em maio), resultado de atrasos que se sucedem desde a edição de janeiro, deve-se sobretudo à sobrecarga de trabalho que recai sobre a Redação. A SDDH não reuniu, até o momento, condições financeiras que lhe permitam contratar um repórter. Além disso, persistem problemas políticos no que diz respeito ao apoio e à solidariedade efetivos dos diversos setores do movimento popular e democrático. [...] Pedimos aos leitores e assinantes não só a compreensão, mas também o indispensável apoio aos esforços

²¹ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 3, dez. 1978.

²² CARVALHO, Luiz Maklouf. Nota aos leitores. **Resistência**, Belém, n. 10, p. 2, jul. 1979.

²³ MAIS um extra. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 2, nov. 1979. Extra

²⁴ EDITOR. **Resistência**, Belém, n. 4, p. 2, dez. 1979. Extra

²⁵ ÚLTIMO Extra. **Resistência**, Belém, n. 5, p. 2, mar. 1980. Extra

que empreendemos no sentido de superar as dificuldades, eliminar o atraso verificado nas últimas edições e fazer do *Resistência* um jornal sempre melhor, comprometido cada vez mais com a luta democrática e popular.²⁶ (NÚCLEO..., 1982, p. 2)

A nota sobre o encerramento da campanha de capital de giro, na edição extra de março/80 reforça a ideia de separar a existência do jornal em fases: “Em outubro do ano passado, após a liquidação das dívidas da **primeira fase do ‘Resistência’**, [...] a nova diretoria da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos deu início a uma nova campanha [...]”²⁷. Essas campanhas ajudaram nos períodos de reestruturação do jornal, normalizando a sua circulação, é o que se observa no texto da edição que iniciou a segunda fase: “Como estava prometido, a partir do momento em que conseguíssemos levantar o capital de giro [...] o ‘Resistência’ voltaria à circulação mensal – o que ocorre com esta edição n. 11.”²⁸; na justificativa do nº 39, de setembro/82 – início da terceira fase:

Resistência de volta – e a partir de agora em edições quinzenais. Retorna firme, disposto a reafirmar seus acertos e a corrigir seus erros, consciente de que os primeiros se sobrepõem aos segundos. Foram três meses de muito trabalho, dirigido pela diretoria e pelo Núcleo de Imprensa da SDDH, em que se procurou criar a infra-estrutura que permitisse a nova periodicidade.²⁹

E no Editorial do nº 64, de dezembro/84, quando iniciou a quarta fase:

Após um ano fora de circulação o RESISTÊNCIA volta às ruas. Problemas financeiros [...] e dificuldades em articular um grupo de colaboradores que fossem capazes de editá-lo foram dois grandes obstáculos para o retorno do RESISTÊNCIA. A gestão que ora dirige a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, SPDDH, esteve empenhada em superá-los. Os dois extras, sobre os Agrotóxicos e sobre as Diretas, apesar das evidentes limitações, foram exemplos disso. [...] Voltando em meio às comemorações do 36º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Jornal da SPDDH procura se firmar como um instrumento de luta em defesa da liberdade.³⁰

A volta das edições regulares significava não se abater com a repressão e denunciar as arbitrariedades da ditadura de forma mais intensa e continuar na luta para mudar o sistema ditatorial. Poucos eram os meios de comunicação que falavam sobre as lutas e os anseios do povo, ou iam contra as imposições do governo. O *Resistência*, conforme o seu programa político, era considerado como um jornal de

²⁶ NÚCLEO de Imprensa da SDDH. **Resistência**, Belém, Ano V, n. 37, p. 2, mai. 1982.

²⁷ ENCERRADA a campanha do capital de giro. **Resistência**, Belém, n. 5, p. 2, mar. 1980. (grifo nosso)

²⁸ MENSÁRIO. **Resistência**, Belém, n. 11, p. 2, abr. 1980.

²⁹ RESISTÊNCIA quinzenal: mais um passo. **Resistência**, Belém, n. 39, p. 2, set. 1982.

³⁰ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 64, p. 2, dez. 1984.

frente, democrático, popular e comprometido com as lutas contra o regime militar. Sua própria luta ficou registrada nos resumos que contam a história do jornal e foram publicados em ocasiões comemorativas, como consta no Editorial do nº 50, de fevereiro/83, quando completou cinco anos:

Resistência completa 5 anos de existência este 7 de fevereiro. Sua edição nº zero foi lançada em 1978, e desde então, o jornal da SDDH vem travando uma árdua luta para sobreviver como imprensa alternativa, comprometida com os interesses do movimento democrático e popular. Nestes 5 anos de luta, entre os erros e os acertos cometidos temos certeza que os últimos prevalecem enormemente sobre os primeiros. A postura combativa do jornal, contrário aos interesses do regime militar e a todos aqueles que o apoiam tem lhe granjeado respeito nos setores populares, da mesma forma que lhe traz perseguições por parte do regime. Neste momento, *Resistência*, todos os apelos e das diversas assembleias gerais realizadas pela SDDH continua a atravessar uma crise, basicamente por falta de apoio efetivo de alguns setores do movimento popular, mesmo daqueles que em recente assembleia geral comprometeram-se, reconhecendo a importância política do jornal, a efetivar esse apoio. Um “presente” significativo neste aniversário, foi a moção de apoio e solidariedade ao jornal, aprovada pelo IV Enclat, por proposta dos delegados do Sindicato dos Jornalistas. Que este e outros fatos signifiquem uma compreensão maior da importância de *Resistência*, e um empenho concreto para que ele supere a crise atual, e possa melhor servir aos interesses populares.³¹

O propósito do jornal era apoiar as reivindicações da população e denunciar as ações que feriam os direitos e liberdades das pessoas, provocando assim, uma transformação social. Por assumir uma postura combativa o *Resistência* sofreu algumas punições, como a proibição de sua venda no aeroporto de Marabá, no final de 1980, por ordem do Serviço Nacional de Informações – SNI. Também ocorreram perseguições à equipe jornalística, apreensão de exemplares e boicotes ao jornal. Tais ações abalaram as suas finanças e comprometeram a periodicidade das edições.

Os momentos de reestruturação foram marcados por campanhas e mutirões promovidos com o objetivo de regularizar a periodicidade das tiragens. Sua sobrevivência política e financeira dependia do respaldo popular e do apoio: do movimento democrático, na medida em que este “compreendia o jornal ‘Resistência’ como um instrumento de apoio efetivo ao avanço das lutas populares em busca de melhores condições de vida e de um regime político verdadeiramente

³¹ RESISTÊNCIA: 5 anos de luta. **Resistência**, Belém, n. 50, fev. 1983. Editorial, p. 2.

democrático.”³²; e dos leitores e assinantes, parte fundamental para a elaboração (material e intelectual) do periódico.

O *Resistência* pertencia à imprensa alternativa, democrática e popular. Funcionava na sede da SDDH localizada na Avenida Pedro Miranda, Igreja da Aparecida, onde também aconteciam as reuniões de crítica, encontros abertos ao público com o propósito de discutir, avaliar, sugerir melhorias e contribuir para o aperfeiçoamento do jornal. A participação do povo era fundamental para o cumprimento dos objetivos definidos, principalmente o de refletir cada vez mais a decisão da oposição democrática em lutar por melhores condições de vida.

Aos poucos os exemplares receberam mais informações (preço, endereço, responsáveis, editores, colaboradores, gráfica, etc.) e novas páginas. A partir da Edição nº 6 as manchetes vinham acompanhadas pela indicação de suas respectivas páginas. A capa também trazia o preço do exemplar: em Belém (Cr\$ 5,00); em outras capitais e no interior do Estado (Cr\$ 7,00). Em decorrência da crise financeira, agravada pela apreensão dos exemplares de agosto/78, e a situação econômica do país esses valores sofreram reajustes em dezembro/78. Já em outubro/80 o Núcleo de Imprensa optou pela estratégia de reduzir a quantidade de páginas do exemplar (passando de 20 para 12) ao invés de elevar o seu preço.

Quanto à forma ele segue uma estrutura semelhante às exigidas em manuais de redação de outros jornais impressos, com as notícias ordenadas em colunas, separadas em seções ou páginas devidamente numeradas, acompanhadas por elementos textuais de paginação (fotos, desenhos, gráficos, tabelas e molduras) e titulação (títulos, pré-títulos, subtítulos e leads). Segundo Charaudeau esses elementos que constituem as formas do texto têm uma tripla função: “fática, de tomada de contato com o leitor; epifânica, de anúncio da notícia; e sinóptica, de orientação ao percurso visual do leitor no espaço informativo do jornal.”³³

Em relação ao conteúdo material o destaque eram as notícias locais, nacionais e internacionais voltadas a questões de direitos humanos. Entre os assuntos estavam: anistia, autoritarismo, baixadas, censura, conflitos rurais e urbanos, corrupção, custo de vida, desaparecidos, desapropriação, desmatamento,

³² NÚCLEO DE IMPRENSA DA SDDH. Em defesa do “Resistência”: avanço das lutas. **Resistência**, Belém, n. 16, p. 2, set. 1980

³³ Charaudeau 2006, p. 233 *apud* FREIRE, 2009, p. 293. FREIRE, Eduardo N. O *design* do jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 291 - 310, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/2658/1703>. Acesso em: 14 jan. 2018.

educação, energia, enchentes, exploração, futebol, greves, grilagem, guerrilhas, lutas sociais, moradia, movimentos, protestos, repressão, saneamento, torturas, violência e outros; distribuídos nas páginas: “Baixadas”, “Campo”, “Cartas”, “Conjuntura”, “Debate”, “Direitos Humanos”, “Editorial”, “Eleições”, “Especial”, “Fora do Campo”, “História do povo”, “Nacional”, “Periferia”, “Pesca”, “Política”, “SDDH”, “Sindicatos”, “Subúrbio”, “Sucessão”, “Tortura”, “Varejo”, “Violência Policial”; e espaço destinado a agradecimentos, anúncios, arte, convocações, direito de resposta, enquetes, esclarecimentos, eventos, literatura, música, notas, poesias, protestos e principalmente reservado as denúncias da população.

O *Resistência* colocava-se como um importante dispositivo de imprensa oposicionista e defendia a veiculação da notícia de modo correto e simples, mantendo a população informada sobre os acontecimentos de seu interesse – e na opinião de Luiz Maklouf, a imprensa alternativa, progressivamente constituía-se “na melhor opção para a informação mais correta.”³⁴ Ele era “um jornal do povo”³⁵, feito para o povo, escrito em “linguagem simples”, obedecendo as exigências quanto à visibilidade, legibilidade e inteligibilidade, ou seja, o uso do espaço de maneira simples com textos legíveis e adequados dispostos em camadas consistentes, distintas e harmônicas, facilitando a compreensão dos fatos através de aprofundamento e comentários sobre os acontecimento. Desenhos, fotografias e charges complementavam com ironia e sarcasmo as críticas sem perder a seriedade do problema apresentado. A colaboração dos cartunistas locais chegou a ser reconhecida como “da maior importância [...], tornando-o [*Resistência*] um jornal mais leve e gostoso de se ler”. Reconhecendo a “aguçada consciência crítica dos artistas, muito preocupados com as questões populares”³⁶, a página “Cacetada” ficou a disposição para as demonstrações de seus trabalhos.

³⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Varejo, p. 2.

³⁵ LEIA, discuta e divulgue... **Resistência**, Belém, n. 0, p. 7, fev. 1978.

³⁶ CARTUNISTAS. **Resistência**, Belém, ano II, n. 13, jun. 1980. Folha SDDH, p. 2.

Figura 2 – Página Cacetada da Edição nº 20, de janeiro/81



Fonte: Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

As críticas e denúncias sobre as arbitrariedades cometidas pelo regime militar ou temas ligados a ele eram expressas por vários gêneros: artigos, músicas, crônicas, narrativas, poemas e poesias que podem ser enquadrados em uma produção artística de resistência, como: “Espelho da realidade”³⁷ – Anexo B, versus que falam sobre a difícil relação entre latifundiários e camponeses; “Vida de pobre” – Anexo C, poema escrito por Expedito, lavrador sem terra de Rio Maria, povoado cercado por fazendas e serrarias, na localidade de Conceição do Araguaia³⁸; e “Os poemas da guerrilha do Araguaia”³⁹ – Anexo D.

Por divulgar assuntos que o sistema queria silenciados, o *Resistência* sofreu ações que comprometeram a sua periodicidade. O nº 10, por exemplo, saiu cinco meses após a data prevista. Em nota aos leitores, o editor explicou que o jornal não estava “conseguindo sair mensal ou mesmo bimensalmente [por] motivo ‘técnico’” e a falta de “estrutura empresarial que [...] custeasse as despesas, situação agravada substancialmente com o prejuízo da edição número cinco

³⁷ A autoria é atribuída a “um Violeiro de Goiás”. ESPELHO da realidade. **Resistência**, Belém, n. 1, p.4-5, mar. 1978.

³⁸ EXPEDITO. Vida de pobre. **Resistência**, Belém, n. 5, ago. 1978. O poeta de Rio Maria, p. 32.

³⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. Os poemas da guerrilha do Araguaia. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 24, fev. 1979.

[apreendida], praticamente paga com a colaboração de nossos amigos.”⁴⁰ Além disso, não possuíam qualquer equipamento gráfico, tornando as etapas do processo (diagramação, composição, revisão, paginação, fotolitos e impressão) extremamente morosas. Outra justificativa para os atrasos aparece na fase das edições quinzenais, em março/83, também relacionada a “problemas técnicos e editoriais.”⁴¹ Quando um jornal deixa de circular o dano não é apenas financeiro, mas também “um grave prejuízo a liberdade de imprensa.”⁴² No caso das interrupções o leitor deixou de ter acesso a informações importantes, ou porque assuntos deixaram de ser divulgados, ou não foram devidamente explorados, como: a cobertura da conjuntura nacional; a greve dos jornalistas de *O Estado do Pará*; a luta dos professores por melhores salários; a defesa da Amazônia; a política estadual; o movimento estudantil; a suspensão da série sobre violência policial e da parte final dos poemas da guerrilha do Araguaia. Com os atrasos, perdia tanto o jornal como o seu público porque os acontecimentos eram constantes e quando o exemplar chegava às ruas a notícia já estava desatualizada. O Conselho de Redação estava ciência do problema:

Resistência 54 sai com bastante atraso, em função de problemas industriais no setor de composição [...] e pelas demais dificuldades que enfrenta como um jornal democrático e combativo algumas matérias dessa edição saem defasadas: não houve condições objetivas de atualizá-las, porque na prática isso significaria fazer uma outra edição. A próxima sairá no dia 16 de maio, procurando retornar o ritmo anterior [...].⁴³

Mesmo sabendo dos riscos e dificuldades assumiu o compromisso de ser instrumento na divulgação de angústias, desejos e denúncias daqueles que não encontravam apoio nos jornais da grande imprensa e decidiu enfrentar os desafios “dentro da muito bem pesada *relação* de forças que se apresenta a cada momento.”⁴⁴ O Editorial de dezembro/78 afirma: “Sabemos que fizemos uma opção difícil – de fazer um jornal posicionado, ao lado da maioria da população oprimida, e é evidente que isso traria consequências.”⁴⁵ Uma decisão cara que resultou em contratemplos, causando atrasos e interrupções em sua produção.

Na primeira suspensão do jornal, a SDDH assumiu o compromisso de mantê-lo circulando com publicações “Extras”, uma forma de resistência até que

⁴⁰ CARVALHO, Luiz Maklouf. Nota aos leitores. **Resistência**, Belém, n. 10, p. 2, jul. 1979.

⁴¹ NOTA da redação. **Resistência**, Belém, n. 51, p. 2, mar. 1983.

⁴² ABAIXO o terrorismo fascista!. **Resistência**, Belém, n. 16, p. 3, set. 1980.

⁴³ NOTA de redação. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 54, p. 2, abr. 1983.

⁴⁴ UM JORNAL parcial. **Resistência**, Belém, n. 0, p. 3, fev. 1978.

⁴⁵ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 7, p. 3, dez. 1978.

fosse possível retomar as edições regulares. De setembro/79 a março/80 foram editados cinco números financiados pelo movimento democrático e popular. Eles tratavam basicamente de um tema específico: 1º. Futebol – “Bira e Dário abrem o jogo”; 2º. O curso de Psicologia da UFPa – “Psicologia: um curso clandestino”; 3º. Problemas do campo – “A luta dos lavradores”; 4º. A violência dos grileiros no Maranhão – “Grileiros geram terrorismo e miséria”; 5º. Educação – “A crise é da ditadura e não do ensino”. A segunda interrupção parou a produção do jornal por três meses, retornando em setembro/82 com periodicidade quinzenal. A terceira durou um ano e editou apenas dois números extras: o primeiro sobre “Agrotóxicos”; e o segundo sobre “Diretas”. Em dezembro/84 o *Resistência* voltava às ruas pela quarta vez, com a Edição nº 64.

Um fato que contribuiu para a primeira crise financeira do jornal foi a publicação de depoimentos sobre torturas. Em julho/78 o jornal fez referência à violência sofrida por membros da SDDH, mas somente em agosto do mesmo ano, na edição especial de aniversário de um ano da Sociedade, a matéria apareceu completa e detalhada. Antes mesmo de sair da gráfica, quatro mil e quinhentos, dos cinco mil exemplares impressos, foram apreendidos por agentes da Polícia Federal em cumprimento à ordem do Ministério da Justiça. A edição Nº 5 apresentou em dez páginas os depoimentos de Humberto Rocha Cunha, Izabel Cunha, Paulo Fontelles de Lima e Hecilda Veiga, quatro paraenses, ex-presos políticos que relataram as torturas sofridas nos anos 71/72, inclusive os dois últimos dentro do prédio do Ministério do Exército em Brasília. Os responsáveis pela publicação, entre eles o Editor, Luiz Maklouf, foram arrolados pelo Inquérito Policial Militar (IPM) 78/78, instaurado pela Delegacia Regional da Polícia Federal, com base no artigo 16, parágrafo 2º, da Lei de Segurança Nacional (LSN). A mesma edição publicou outra matéria “Especial” com o título “História da Guerrilha do Araguaia”, uma transcrição da matéria divulgada pelo semanário *Movimento*, de São Paulo. Seis páginas com entrevistas e relatos de personalidades do Exército, policiais da região, população local, ex-integrante do movimento, igreja e índios da etnia Suruí.

Figura 3 – Capa da Edição nº 5, de agosto/78



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Um dos problemas enfrentados pelo jornal foi a dificuldade para rodar as suas edições em Belém. Apesar da recusa das gráficas, foram rodados sete mil exemplares desta edição por PAT – Public. Assist. Técnica Ltda., em Pinheiros-SP. Fato que provocou um atraso de três meses na divulgação do nº 7 que saiu apenas em dezembro/78. Vale reproduzir o desabafo:

Uma por uma, pacientemente, todas as outras gráficas da cidade capazes materialmente de imprimir o jornal foram procuradas. Nenhuma delas aceitou. Algumas deram desculpas educadas – “excesso de trabalho”, etc, - outras fizeram orçamentos exorbitantes, e outras ainda colocaram as coisas a nível claro, ou seja: uma boa parte dos serviços das gráficas é para órgãos oficiais, e como o jornal era contra o Governo, elas não poderiam imprimi-lo.⁴⁶

Mais duas edições (números 7 e 8) foram reproduzidas em outras cidades: pela Off Set – Artesanato Gráfico Tiagão, em Santarém-PA; e pela Gráfica Anunciação, localizada na Travessa Marcelino de Almeida (provavelmente em São Luís-MA), respectivamente. As tiragens voltaram a ser na capital paraense somente a partir de 1979: de julho/79 a julho/81 pela Mitograph Editora Ltda.; de agosto/81 a janeiro/82 pela Smith Produções Gráfica Ltda.; e a partir de fevereiro/82 pela Suyá Produções Gráfica Ltda., empresa que arrendou a gráfica da SDDH.

⁴⁶ EDITORIAL. *Resistência*, Belém, n. 7, dez. 1978. Editorial, p. 3.

Os custos das impressões fora de Belém agravaram a crise financeira do mensário que, por não ser de caráter empresarial, precisou desenvolver ações mais dinâmicas e diretas para garantir a sua produção e circulação, como as campanhas e os mutirões de vendas. Mesmo assim, houve períodos em que as edições foram interrompidas causando também um prejuízo ao leitor que perdeu a continuação das séries publicadas sobre violência policial (1978), e a parte final dos poemas da guerrilha do Araguaia (1979). A justificativa do editor, no último número (10) da primeira fase explica que o exemplar apresentado era

para os próximos dois ou três meses, mínimo tempo de uma reformulação para que “Resistência” volte melhor em todos os aspectos, dentro das possibilidades objetivas que se apresentarem, este jornal, pois, foi o melhor que pudemos fazer. Evidentemente, todas essas dificuldades pelas quais passam “Resistência” e todos os demais órgãos de imprensa democrática e popular, só podem ser explicadas no relacionamento com um quadro maior: o do regime ainda instalado no país, de característica marcadamente anti-democrática, e de seu ódio bem treinado contra a imprensa que lhe denuncia, incansavelmente, os continuados atos de corrupção, violências, injustiças e ilegalidade.⁴⁷

Luiz Maklouf refere-se as táticas de repressão responsáveis pelo colapso financeiro nos periódicos da imprensa alternativa, como o caso do *Versus* que passou rigorosa investigação contábil e teve como resultado multa no valor de 240 mil cruzeiros. Jornais que conheceram essa “sutileza”: *Pasquim*, *Coojornal*, *Movimento*, *Repórter* e *Lampião*, os três últimos estavam “ameaçados por processos ilegítimos e espúrios.”⁴⁸ Nem sempre essas ações eram diretas. Elas aconteciam de forma indireta como foi o caso do boicote das gráficas de Belém. As ações repressoras se tornaram “sutis” e eficazes, como escreveu José Maria Quadros de Alencar, com base no artigo de Glucksmann publicado no *Le Monde*. Ele diz que o autoritarismo praticado no Brasil é

o mais sofisticado do mundo [...]. Vejamos [...] o caso dos nanicos, mais precisamente do “REPÓRTER”, prestes a falecer de anemia financeira. Depois de marchas e contramarchas que envolveram altos figurões da Censura e ABI, o semanário obteve sinal verde, para ter os 60.000 exemplares do nº. 5 apreendidos nas bancas, distribuidor e gráfica. Prejuízo: Cr\$ 600.000 cruzeiros. Não faz muito, o “PASQUIM” teve 100.000 exemplares apreendidos, prejuízo de 500 mil [...]. Some-se a isso, o controle que o Governo exerce sobre o papel de imprensa, as medidas que buscam intimidar e outras mais sutis e menos votadas e vê-se a sofisticação do aparelho repressor. Nada de fechamento de redações e espancamento de redatores [...]. Hoje [1978] as técnicas são mais modernas e levam o jornal a falência sem necessidade de recorrer as grosserias de antanho.

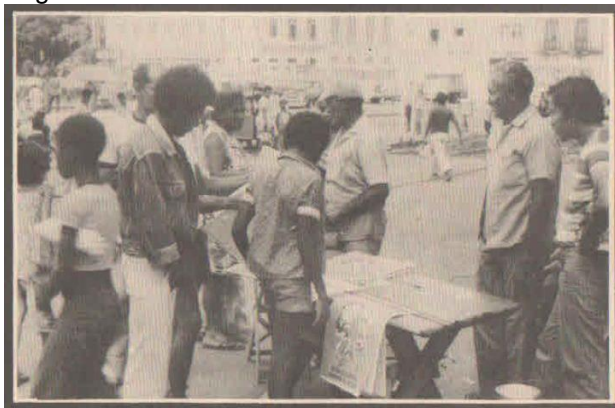
⁴⁷ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Resistência**, Belém, n. 10, p. 2, jul. 1979.

⁴⁸ *Ibid.*, 1979, p. 2, Nota aos leitores.

Numa empresa de parques recursos financeiros [...] a apreensão de uma edição é o atestado de óbito.⁴⁹

A imprensa alternativa incomodou e por isso sentiu o peso da repressão, às vezes causando interrupções na periodicidade, outras provocando o fim de suas atividades. Mas nem sempre os atos repressivos eram suficientes para tirar o jornal de circulação, no caso do *Resistência*, não por muito tempo. Por isso a ditadura adotou outras medidas que exigiram mais empenho por parte dos colaboradores do jornal. Mais de uma vez grupos foram às ruas oferecer os exemplares à população, como no movimento de 1979 que objetivava a reorganização do jornal; e os mutirões de vendas realizados nos anos de 1980, em locais de grande circulação popular, como: o Ver-o-Peso, as ruas do centro comercial (avenida Portugal com a João Alfredo – em frente à Livraria Conte) e do subúrbio, feiras e praças de Belém, expandindo a distribuição de seu noticiário impresso além dos limites das bancas de revistas, ameaçadas nas principais capitais do país caso vendessem os impressos alternativos. Entre os periódicos vendidos nesses eventos coletivos estavam: *Resistência*, *Movimento*, *NANICO*, *Tribuna da Luta Operária*, *Hora do Povo*, *A Voz da Unidade*, *Coojornal*, *Companheiro*, *Em Tempo*, *Pasquim* e outros.

Figura 4 – Mutirão de vendas no Ver-o-Peso



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

⁴⁹ ALENCAR, José Maria Q. Nanica e Nanicos. *Resistência*, Belém, n. 4, p. 15, jul. 1978.

Figura 5 – Mutirão de vendas nas ruas



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Eram vendidos também na sede da SDDH. Esses jornais eram mantidos por forças políticas ligadas ao movimento popular e democrático. Eles denunciavam sem medo “os crimes e corrupções do regime militar”, além de divulgar “as lutas do povo.”⁵⁰ Por isso incomodavam e eram considerados uma ameaça. Durante o período ditatorial algumas táticas foram utilizadas com o intuito de inibir ou mesmo eliminar a imprensa oposicionista: “Antes era a censura prévea [sic], processo contra jornalistas, apreensões de edições inteiras. Depois vieram os atentados às sedes dos jornais” e o documento elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx) “no qual sugeria acabar com os jornais nanicos através de medidas legais como auditagens e fiscalizações rigorosas.”⁵¹ Sem sucesso, os órgãos de repressão política passaram aos atentados às bancas de revistas. Por isso, como representante dos jornais alternativos, o mutirão do *Resistência* foi para as ruas realizar as vendas independente das bancas e instalou postos em várias ruas.

Mesmo com dificuldades ele seguia na luta democrática-popular que, nas palavras de seu editor: “é uma luta de continuada resistência.”⁵² Sem recuar diante das perseguições, os temas “tortura” e “guerrilha” apareceram em outras edições, como a de setembro/78 que abriu espaço ao protesto de José Genuíno Neto, ex-guerrilheiro, “contra as distorções que a revista *Veja* publicou”⁵³ sobre a guerrilha; a de fevereiro/79, quando divulgou: a entrevista com o médico Benigno Girão Barroso,

⁵⁰ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 16, set. 1980, p. 3.

⁵¹ *Ibid.*, 1980, p. 3.

⁵² CARVALHO, Luiz Maklouf. Nota aos leitores. **Resistência**, Belém, n. 10, p. 2, jul. 1979.

⁵³ GENOÍNO NETO, José. Aguerrilha do Araguaia. **Resistência**, Belém, n. 6, set. 1978. Cartas, p. 23.

pai da estudante Jana Moroni Barroso, desaparecida na região do Araguaia e oito textos reproduzidos do folheto *As primeiras cantigas do Araguaia*.

Figura 6 – Capa da Edição nº 9, de fevereiro/79



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Em novembro/79, novamente o assunto retorna com o título: “O que foi, afinal, a guerrilha do Araguaia?”. Trata-se de um resumo sobre o movimento com algumas fotos dos integrantes e a divulgação do chamado “Programa dos 27 pontos”, um projeto político que “sintetizou os desejos e aspirações mais sentidos do povo” formulados com a ajuda da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), organização criada pelos integrantes do movimento na região⁵⁴. Se a publicação dos depoimentos sobre as torturas provocou perseguições, apreensões, interrogatórios, invasões e inquéritos, o retorno das edições da segunda fase foi marcado por outra manchete “bomba”: “Guerrilha do Araguaia: granada do Exército mata e mutila lavradores”.

⁵⁴ O QUE foi, afinal, a guerrilha do Araguaia. *Resistência*, Belém, n. 3, nov. 1979. Extra, p. 10-11.

Figura 7 – Edição Extra nº 3, de novembro/79



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Figura 8 – Capa da Edição nº 11, de abril/80



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Na Edição nº 19, de dezembro/80 o tema vira manchete: “Familiares dos guerrilheiros descobrem sobrevivente na região”. São quatro páginas que relatam a ida de parentes dos desaparecidos até a região onde ocorreram os conflitos. A caravana que seguiu a “trilha do ‘povo da mata’” esteve acompanhada pelo

representante do *Resistência*, Luiz Maklouf Carvalho. Outro registro é o de maio/83, mas desta vez trata-se do retorno de José Genoíno Neto, “ex-guerrilheiro ao Araguaia, 11 anos depois” acompanhado por 12 deputados federais, em comitiva interpartidária (PMDB, PT e PDT⁵⁵) que visitou o sul do Pará e pode avaliar as proporções dos conflitos de terra naquela região.

Figura 9 – Capa da Edição nº 19, dezembro/80



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

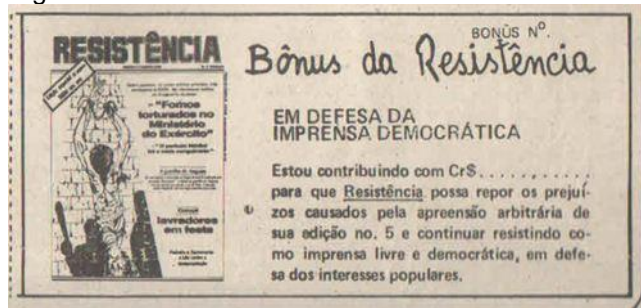
Se por um lado a repressão “batia forte”, por outro o *Resistência* revidava com matérias sobre assuntos delicados ao governo como a tortura e a guerrilha. Uma relação que custou o esforço dos colaboradores do jornal quanto a mantê-lo nas ruas. Durante a sua existência foram desenvolvidas campanhas que serviram para estruturá-lo, reativando as suas edições regulares. O primeiro movimento realizado para angariar recursos aconteceu durante a fase 1 do periódico. Contava com a colaboração de todos, principalmente dos insatisfeitos com a situação do país e que reconheciam a “importância da imprensa democrática comprometida com as lutas populares.”⁵⁶ Seus leitores e assinantes uniram-se aos sócios e amigos da

⁵⁵ Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Partido dos Trabalhadores; Partido Democrático Trabalhista.

⁵⁶ EDITORIAL. *Resistência*, Belém, n. 7, p. 3, dez. 1978.

SDDH com o objetivo de arrecadar 100 mil cruzeiros destinados a liquidar dívidas, cobrir os prejuízos causados pela apreensão dos exemplares nº 5 e os custos das impressões realizadas fora de Belém. Por isso, lançou em dezembro/78 o “Bônus da Resistência” para a sobrevivência e fortalecimento do periódico.

Figura 10 – Bônus da Resistência



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Seis meses após o seu lançamento o jornal continuava com dificuldades para sair mensal ou bimensalmente, mesmo com material que garantisse a sua publicação mensal. A Edição de julho/79 indicava que seria “para os próximos dois ou três meses, mínimo tempo de uma reformulação para que o ‘Resistência’ [voltasse] melhor em todos os aspectos”⁵⁷ – passaram-se nove meses antes da publicação seguinte. A meta foi atingida no intervalo entre agosto a setembro/79 e após o pagamento das dívidas, o foco passou a ser a retomada da produção periódica.

Em outubro do mesmo ano a nova diretoria da Sociedade iniciou mais uma campanha, desta vez para conseguir “capital de giro”. No início pretendiam recolher 300 mil cruzeiros até o final de 1979. Dela participaram efetivamente os sócios da SDDH, os amigos do jornal, diversas entidades democráticas e movimentos de base que realizaram “ação entre amigos, bazar da pechincha, leilões de livros e objetos de arte, feijoada, etc.”⁵⁸ Porém, o prazo precisou ser estendido até o final de março/80, o que gerou uma quantia de mais de 500 mil cruzeiros em caixa, encerrando assim a campanha antes mesmo do segundo prazo estipulado. Graças ao capital de giro as edições regulares voltaram com uma tiragem de cinco

⁵⁷ CARVALHO, Luiz Maklouf. **Resistência**, Belém, n. 10, p. 2, jul. 1979. Nota aos leitores.

⁵⁸ ENCERRADA a campanha do capital de giro. **Resistência**, Belém, n. 5, p. 2, mar. 1980. Edição Extra.

mil exemplares mensalmente.⁵⁹ Porém, ocorreram novos atrasos. Em nota, o Núcleo de Imprensa justificou “os porquês” do não cumprimento dos prazos:

O grande atraso registrado [na] edição de abril (que circulou apenas em maio), resultado de atrasos que se sucedem a edição de janeiro, deve-se sobretudo à sobrecarga de trabalho que recai sobre a Redação. A SDDH não reuniu, até o momento, condições financeiras que lhe permitam contratar um repórter. Além disso, persistem problemas políticos no que diz respeito ao apoio e à solidariedade **efetivos** dos diversos setores do movimento popular e democrático. Como esse apoio está longe de ser o necessário, a elaboração (material e intelectual) do **Resistência** é tarefa, árdua, complicada.⁶⁰

A nota mostra que os problemas não se limitavam apenas às finanças. No II Encontro Estadual do Jornal um dos tópicos em pauta foi a mobilização dos sócios de forma que cada um assumisse sua responsabilidade no projeto do periódico.⁶¹ A contribuição para as edições quinzenais ainda era muito pequena e a maioria dos sócios continuavam afastados. Tratava-se de questões políticas e organizativas difíceis de resolver. No próprio encontro lideranças representativas do movimento democrático popular local não participaram, um fato lamentado pelo jornal.

Mas não se tratava apenas da parte financeira. Faltava o recurso humano. Embora houvesse material suficiente para atender a periodicidade, não havia pessoal suficiente para atender o sistema de vendas e distribuição dos exemplares nos bairros. Da mesma forma não havia interesse por parte dos intelectuais em contribuir com os seus conhecimentos. Dois anos após a edição inicial o *Resistência* era preparado pelo Núcleo de Imprensa da SDDH, composto por 7 ou 8 integrantes. Poucos colaboradores para dar conta de várias etapas do processo, ocasionando falhas durante a sua produção. O jornal precisava de qualquer ajuda, bastava que o interessado disponibilizasse “um tempinho” e tivesse disposição, porque não faltava tarefa: “na propaganda, na distribuição [sic], na venda direta, nas ilustrações, na venda de assinaturas”. E ainda, os vendedores tinham “direito a 20% de comissão! Se estiver disposto, apareça na reunião do Núcleo de Imprensa: todas as quartas-feiras, 20 horas, na SDDH.”⁶² Apesar de consideráveis avanços em relação ao aumento da tiragem, à distribuição para localidades distantes da Amazônia – o que mostra um crescimento do jornal – a situação

⁵⁹ ENCERRADA a campanha de capital de giro. **Resistência**, Belém, Edição n. 5, p. 2, mar. 1980. Extra.

⁶⁰ NÚCLEO de imprensa da SDDH. Os porquês do nosso atraso. **Resistência**, Belém, n. 37, p. 2, mai. 1982.

⁶¹ *Resistência* quinzenal: mais um passo. **Resistência**, Belém, n. 39, p. 2, set. 1982.

⁶² VAREJO. **Resistência**, Belém, n. 15, p. 20, ago. 1980.

financeira ainda era das mais difíceis porque também aumentou a necessidade de contratar profissionais (repórteres, fotógrafos, etc.) e alugar um espaço, criando assim uma rede mais consistente de cobertura jornalística. Dispêndios com salários e aluguel só agravariam o que já não estava bom.

A segunda interrupção levou ao desenvolvimento de trabalhos realizados pela Diretoria e pelo Núcleo de Imprensa da SDDH, momento “em que se procurou criar a infra-estrutura [sic] que permitisse a nova periodicidade”⁶³ e o retorno das edições regulares. Durante esse período novos companheiros participaram da causa, assim como vários setores e entidades democráticas, alguns com contribuições financeiras. Dessa forma o Núcleo de Imprensa se reorganizou em comissões e a partir do nº 39, de setembro/82 as edições atingiram o objetivo, ou seja, passaram a ser quinzenal.

Outro ponto ressaltado no II Encontro Estadual do Jornal foi a necessidade de uma nova campanha de capital de giro com objetivo de arrecadar fundos e tornar o “jornal mais sólido, e [...] mais capaz de dar um apoio efetivo as lutas populares.”⁶⁴ Também deliberou que a administração do periódico passasse para a Suyá Produções Gráfica Ltda. (a mesma empresa que arrendou a gráfica da SDDH). Isso permitiria profissionalizar um setor importante do jornal e deixava o Núcleo de Imprensa livre para tratar as questões políticas e jornalísticas.

A idealização da “Gráfica Resistência” começou em agosto/78 e tornou-se realidade três anos depois com a aprovação do projeto por duas organizações alemãs, *Ked* e *Kom Kom*. Como a verba concedida cobria apenas o custo com as máquinas (duas impressoras *off-set*, uma guilhotina para papel, uma câmara vertical e demais equipamentos fotográficos, uma máquina *composer*, uma tituleira, e uma grampeadora automática⁶⁵), iniciou-se nova campanha, desta vez “audaciosa e corajosa”, coordenada pela Comissão de Finanças da Sociedade Paraense com a pretensão de levantar 2 milhões de cruzeiros, quantia necessária para as aquisições do espaço físico, dos materiais para o estoque e a contratação de pessoal técnico. Os organizadores de mais este empreendimento acreditavam em tal proposta porque o jornal: não possuía dívidas; continha capital de giro; era editado

⁶³ RESISTÊNCIA quinzenal: mais um passo. **Resistência**, Belém, n. 39, p. 2, set. 1982.

⁶⁴ *Ibid.*, 1982, p. 2.

⁶⁵ APROVADO projeto da Gráfica Resistência. **Resistência**, Belém, n. 5, p. 2, mar. 1980. Extra.

“normalmente [...] obedecendo rigorosamente uma periodicidade”⁶⁶, o que ajudaria a própria campanha. Segundo Paulo Roberto Ferreira, Diretor Administrativo do periódico, durante a execução do projeto, “antes mesmo de conseguir todo o recurso, foi alugado um prédio, adquiridas máquinas usadas e montado o parque gráfico.”⁶⁷

Assim como as outras campanhas, esta também era de cunho popular, com lançamento do bônus “apoio à gráfica Resistência” e a realização de vendas de cartilhas (*As onças e os gatos* e *A greve nos pimentais*), camisas, comidas e cestas de Natal. Além disso, uma vez por semana realizavam bazar da pechincha nos bairros onde ofertavam roupas, livros e outros objetos doados pelos sócios e amigos da Sociedade.⁶⁸ As ações aconteciam também fora do Estado. Outra fonte de renda eram os eventos: as festas do 3º aniversário da SDDH e junina, show musical, curso de Direito Agrário e Seminário sobre *Carro dos Milagres*, de Benedicto Monteiro.⁶⁹ Mesmo após a aquisição da sede e montagem do parque gráfico os obstáculos continuaram. Em dezembro/84, após um ano fora de circulação, os exemplares voltaram às ruas com a seguinte manchete: “SPDDH lança campanha para reconstruir a gráfica”.

⁶⁶ APROVADO projeto da Gráfica Resistência, 1980, p. 2.

⁶⁷ FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. *In*: Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho, 4., 2006, São Luís. **Anais do 4º Encontro ALCAR**, São Luís: UFMA, 2006, p. 8. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F7Ewsh_ig6MJ:www.ufrgs.br/alcar/encntros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/Tempos%2520de%2520Resistencia.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 mai. 2018.

⁶⁸ BAZAR da pechincha. **Resistência**, Belém, ano II, n. 13, jun. 1980. Folha SDDH, p. 2.

⁶⁹ SPDDH. Campanha da “Gráfica Resistência”. **Resistência**, Belém, nº 21, p. 2, fev. 1981.

Figura 11 – Capa da Edição nº 64, de dezembro/84



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Com apenas oito páginas o nº 64 trouxe matérias sobre: repressão, sucessão presidencial, melhores condições de ensino, preconceito, notícias internacionais, violência no campo, lutas populares, movimentos sindicais e o atentado à gráfica que imprimia o jornal (destaque na capa). Na madrugada do dia 12 de outubro/84 “um incêndio ‘misterioso’ consumiu todo o laboratório de fotomecânica e o setor de montagem, além de parte do prédio onde funcionava”⁷⁰ a Suyá. Embora houvesse indícios de crime, o laudo oficial confirmou a avaliação dos bombeiros de que o fogo começou na lixeira utilizada para queimar papel, ou seja, passou para os diretores da gráfica a responsabilidade pela combustão.

Menos de 48 horas antes, seis agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) comandados pelo delegado José Maria do Rosário e apoiados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (responsabilidade assumida pelo secretário de segurança, Arnaldo Moraes Filho, ao jornal *A Província do Pará*⁷¹), estiveram no local para investigar uma denúncia de que a gráfica estaria imprimindo “material subversivo”. Com a informação de que se

⁷⁰ INCÊNDIO criminoso destrói a gráfica. *Resistência*, n. 64, p. 8, dez. 1984.

⁷¹ Declaração publicada no dia 11/10/1984.

tratava de “serviço de busca e apreensão” os policiais recolheram materiais, fotolitos, chapas, arquivos e documentos das máquinas. Na ocasião os agentes agrediram o Coordenador do Núcleo de Imprensa, o vereador Humberto Cunha (também algemado), a presidente da SDDH, Isabel Cunha e o gerente da Suyá, o engenheiro Daniel Veiga (detidos ao final da operação). A SDDH exigiu a exoneração do secretário de segurança, mas, diante do “silêncio proposital do governador [Jader Barbalho⁷²] deixa claro a conivência das autoridades constituídas com as arbitrariedades de sua polícia.”⁷³

Este não foi o primeiro ato repressivo praticado contra o estabelecimento. No dia 8 de outubro/82 a Polícia Federal, sob o comando do delegado Moises da Silva, revistou o local em busca de folhetos do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) – os padres Aristides Câmio e François Gouriou e 13 posseiros – que seriam distribuídos no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. No momento os agentes aterrorizaram mais de 30 pessoas das quais, quatro foram espancadas: João Vital (repórter), Daniel Veiga, Luiz Maklouf (editor do jornal) e Carlos Boução da Silva (distribuidor) – meses depois esses dois últimos foram fichados sob a acusação de lesões corporais e resistência à autoridade, passando de vítimas a réus. O Diretor do jornal, Paulo Roberto Ferreira, também foi indiciado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN), “artigos 42 e 47, e no Código Penal, artigo 53, todos referentes ao crime de divulgar material de ‘cunho subversivo’.”⁷⁴ A devolução do material apreendido (panfletos, fotolitos, cartazes, chapas matrizes, etc.) aconteceu somente após o arquivamento do processo contra os sócios da Suyá: Paulo Roberto Ferreira, Humberto Cunha e Daniel Veiga. Em janeiro/83 policiais federais cercaram o prédio da gráfica em nova ação para intimidar todos que entravam e saíam do local. A nota sobre os cinco anos do jornal afirma que a sua “postura combativa [...] contrário aos interesses do regime militar e a todos aqueles que o apoiam tem lhe granjeado respeito nos setores populares, da mesma forma que lhe [trouxe] perseguições.”⁷⁵

Para reconstruir a gráfica a diretoria da Sociedade iniciou mais uma campanha que contou com o apoio de mais 60 entidades populares, sindicais,

⁷² Candidato apoiado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos nas eleições de 1982.

⁷³ SECRETÁRIO de Segurança assume invasão da Suyá. **Resistência**, n. 64, p. 8, fev. 1984.

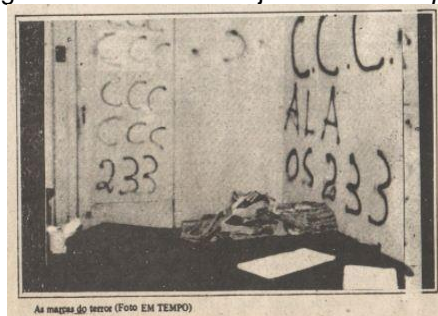
⁷⁴ REPRESSÃO marca os limites da “abertura”. **Resistência**, n. 46, dez. 1982. Editorial, p. 2.

⁷⁵ 5 ANOS de luta. **Resistência**, n. 50, fev. 1983. Editorial, p. 2.

personalidades e partidos políticos, todos assinaram a nota “EM DEFESA DA LIBERDADE” para denunciar e repudiar as ações repressivas contra a Suyá e a sucursal do jornal *Voz da Unidade*, também invadida pela PF. Mas a repressão não aconteceu apenas com o *Resistência* e a gráfica da SDDH. Na verdade, essa era uma realidade de todos os órgãos da imprensa democrática e popular que o regime “anti-democrático” impunha aqueles que denunciavam seus atos de corrupção, violências, injustiças e ilegalidade.⁷⁶ Seus colaboradores também sofreram perseguições. Antônio José Ferreira, representante do Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), em Brasília, foi interrogado durante uma hora e meia na Delegacia de PF por vender o *Resistência* na capital federal, onde alcançava “grande sucesso entre os deputados federais, senadores e profissionais liberais”. Segundo informações recebidas de Brasília, o provável responsável pela represália seria o coronel Jarbas Passarinho como vingança por ter perdido prestígio no Pará e devido o jornal servir de “porta-voz das lutas do nosso povo em defesa de seus direitos ameaçados.”⁷⁷ Mais uma estratégia de ataque aos mecanismos de venda.

O *Resistência* solidarizava-se com todos expostos aos ataques repressivos. Usava suas páginas para denunciar as arbitrariedades do regime, como o caso do jornal *Em Tempo* que teve as sucursais de Curitiba e Belo Horizonte “invadidas saqueadas e pixadas [sic] com siclas [sic] de organizações terroristas como CCC (Comando de Caça aos Comunistas), GAC (Grupo Anti-Comunista) e MAC (Movimento Anti-Comunista)”⁷⁸, grupos clandestinos e terroristas de extrema-direita. Os atentados aconteceram em resposta pela publicação de um documento onde presos políticos denunciavam 233 torturadores e seus métodos.

Figura 12 – Invasão no jornal *Em Tempo*



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

⁷⁶ CARVALHO, Luiz Maklouf. Nota aos leitores. **Resistência**, n. 10, p. 2, jul. 1979.

⁷⁷ CUNHA, Humberto Rocha. PF interroga colaborador do “RESISTÊNCIA”. **Resistência**, Belém, ano II, n. 13, jun. 1980. Folha SDDH, Brasília, p. 2.

⁷⁸ A INVASÃO do jornal “EM TEMPO”. **Resistência**, n. 5, ago. 1978. Folha Nacional, p. 2.

Ações deste tipo mostravam a certeza de impunidade por parte dos grupos terroristas que faziam questão de deixar “recados” abusados e provocações. A falta de providências por parte do governo só aumentava a sensação de impunidade. Em Belém e em Belo Horizonte igrejas tiveram a sigla CCC pichada em suas paredes. Religiosos contrários às ideologias militares foram presos, torturados e assassinados. O padre Monbelli denunciou a estratégia de caluniar com “intenção [...] de criar dissidência dentro da igreja [...] criando [...] desentendimentos, que intencionam levar o povo a ver na Igreja um ninho de venenosas cobras [...]”⁷⁹

As ações repressoras atingiram também os colaboradores do jornal. Os responsáveis pela impressão da edição nº 5 responderam processo por terem publicado os depoimentos sobre os torturados pelo Exército. Também o vereador do PMDB, Humberto Cunha; o diretor do jornal, Paulo Roberto Ferreira; e o presidente em exercício da SDDH, Daniel Veiga foram enquadrados na LSN com base em denúncias improcedentes. O que iniciou com inquérito policial militar aberto inicialmente, em 8 de outubro/82, para “investigar a responsabilidade pelos folhetos que seriam distribuídos no Círio [pedindo] a liberação” de padres e posseiros, mudou para inquéritos que investigavam as atividades do Partido Comunista do Brasil após os agentes da PF afirmarem ter encontrado na gráfica um documento da Conferência Extraordinária do partido. O jornal *Resistência* denunciou que a “mudança dos objetivos dos inquéritos era absurda e ilegal” e que no momento da invasão quatro pessoas foram espancadas. O delegado apenas registrou que “os federais foram ‘atacados’ e que realizaram exames de corpo de delito para comprovação. Os exames apresentados pelas vítimas – Boução, Maklouf e Vital – não são sequer citados, e seus depoimentos são inteiramente desconsiderados.”⁸⁰

Com relação ao folheto apontado por agentes da PF, nenhum funcionário da gráfica lembrava-se de tê-lo visto. Uma prova de que o documento foi colocado no local é o termo que acompanhava o material apreendido. Nele constava apenas: panfletos, fotolitos, cartazes e chapas matrizes. Diz o texto jornalístico que o termo de entrega “confirma [...] que o panfleto atribuído à organização PCdoB (esquerda)

⁷⁹ A IGREJA e a repressão. **Resistência**, Belém, ano II, n. 14, jul. 1980. O Papa e a Igreja da Amazônia, p. 7.

⁸⁰ INQUÉRITO da PF visa esquerda do PCdoB. **Resistência**, n. 51, mar. 1983. Repressão, p. 3.

não foi encontrado dentro da gráfica, mas sim enfiado nos autos do inquérito pela própria PF.”⁸¹

As páginas do *Resistência* também foram solidária com a imprensa alternativa perseguida pelo regime ditatorial e viraram notícias, como aconteceu com o *Movimento* que teve uma nota da diretoria de *Edição S/A* divulgada, denunciando vários episódios: a invasão da sucursal no Rio de Janeiro em 1978 com gavetas arrombadas e arquivos revirados; o cerco a casa onde estava um componente do jornal no Rio de Janeiro no final de 1977; sequestro e tortura da professora Juracilda Veiga, colaboradora do jornal em Curitiba; o interrogatório pelo qual passou o editor do jornal acusado “de ter tido há dez anos atrás” amigos considerados subversivos; uma “ostensiva operação de intimidação contra a esposa do editor” do jornal realizada na repartição pública onde ela trabalhava para que falasse sobre os amigos de seu marido; as várias detenções e ameaças praticadas contra quem trabalhava no jornal ou era apenas visitante; pressões e espionagem em torno das sedes; vendedores intimidados; jornais apreendidos; ameaça praticada a um redator; vários interrogatórios; e publicações consideradas como “material subversivo”.

Sua última edição circulou dia 23 de novembro/81 após seis anos de resistência, dos quais três estiveram sob censura prévia. Sofreu as articulações da extrema-direita que adotou medidas econômicas e terroristas contra as bancas de revista, forçando a recusa das vendas de seus exemplares e de outros alternativos. Passou por grandes dificuldades financeiras até ser obrigado a encerrar as suas atividades.

Figura 13 – Invasão no jornal *Em Tempo*



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

⁸¹ PF DEVOLVE material. *Resistência*, ano VI, n. 57, jun. 1983. Folha Política, Caso Suyá, p. 2

Também a sucursal do *Hora do Povo*, em Recife, foi invadida e teve gavetas violadas e materiais destruídos. O acontecimento foi denunciado pela deputada Leila Abreu e pelo vereador Pedro Laurentino (PMDB). Em Manaus, no final do mês de maio/83, a polícia usou de violência contra um mutirão de venda do jornal *Tribuna da Luta Operária*. Em Belém, no mês de fevereiro/83 foi a vez do *Alicerce*, da Livraria e da casa de Raimundo Jinkings, repórter de o *Resistência*. Jinkings esteve em São Paulo, participando de um seminário do periódico *Voz da Unidade* e foi detido junto com várias pessoas pela PF. Além desses acontecimentos o livreiro relatou em seu dossiê as “pressões psicológicas de que foi vítima, durante o depoimento que prestou no dia 25 do mesmo mês”; viaturas fizeram ronda em sua casa; foi intimidado por fiscais, do IAPAS e do Ministério do Trabalho; e teve seu nome envolvido na emissão de cheques sem fundo. Para ele “todas estas coisas demonstram ainda uma vez que a trégua proposta pelo presidente Figueiredo é uma exigência de rendição da oposição. É uma farsa do estilo da tão apregoada abertura.”⁸²

Delações, perseguições, invasões, violência contra pessoas e estabelecimentos são atos que lembram “os melhores tempos do terrorismo aberto”⁸³, quando sedes dos jornais eram vigiadas e pessoas fotografadas. O objetivo da PF era “perseguir, com as ameaças de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, as organizações que atuam na clandestinidade.”⁸⁴ Outras prisões e perseguições: em Porto Alegre, os jornalistas Elmar Bones, Osmar Trindade, Rosvita Laux e Rafael Guimarães Filho do *Coojornal* foram condenados em primeira instância a cinco meses de prisão por terem divulgado documentos secretos pertencentes ao Exército, relativos à guerrilha do Vale da Ribeira e à perseguição e morte de Carlos Lamarca; em Foz do Iguaçu – Juvêncio Mazarollo, editor do *Nosso Tempo* cumpriu sentença condenatória; os diretores Pedro de Camargo, Cláudio Campos e Ricardo Lessa do *Hora do Povo* foram enquadrados na LSN e condenados a um ano e seis meses de prisão pela 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica, por terem denunciado, nas edições 30 e 36, mais de 150 autoridades que depositaram valores superiores a 14 bilhões de dólares em bancos suíços, entre

⁸² FREITAS, Célia. Jinkings: novas pressões da PF. **Resistência**, Ano VI, nº 52, p. 2, mar. 1983.

⁸³ DUAS invasões em fevereiro. **Resistência**, nº 51, mar. 1983. Repressão, p. 3.

⁸⁴ *Ibid.*, 1983, p. 3.

elas aparecem os nomes do senador Jarbas Passarinho e do governador Alacid Nunes.”⁸⁵

A LSN foi constituída em 1969 por decreto da Junta Militar que assumiu após a doença do presidente Costa e Silva. Em 1978 passou por reforma, mas manteve inalterada a sua essência: “servir como esteio de sustentação do regime militar e evitar ou dificultar qualquer tentativa de organização das forças populares em oposição a esse mesmo regime”. Mais de 150 pessoas foram enquadradas, condenadas, ou ameaçadas. O Núcleo de Anistia da SDDH, coordenado pelo professor Alexandre Cunha iniciou uma campanha contra essa lei e mobilizou várias pessoas e entidades. Segundo os Comitês, no Brasil 150 pessoas foram enquadradas na lei, destas 23 foram condenados “com penas que variam de cinco meses a dez anos de prisão”⁸⁶ e 43 estavam no Pará. Os ameaçados, indiciados e condenados eram: religiosos, políticos, jornalistas, sindicalistas, posseiros e lideranças populares.

Figura 14 – Protesto contra a LSN



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

No Pará, os padres Sávio Corinaldesi e Sergio Toneto tiveram uma Investigação Policial Preliminar (IPP) – passo inicial para o enquadramento na LSN – por terem pedido “a Deus mais educação e justiça para o povo”⁸⁷, durante uma romaria no município de Mojú. A juíza Dail Paraense interpretou o ato como subversivo e denunciou os sacerdotes. Outro caso é o de 17 participantes do jornal *Alicerce* que teve uma IPP aberta por conta de uma briga familiar (O pai revoltado

⁸⁵ DITADURA condena “Hora do Povo”. **Resistência**, n. 21, fev. 1981. Imprensa, p. 6.

⁸⁶ LSN: arma do regime contra a oposição. **Resistência**, ano VI, n. 53, p. 3, abr. 1983.

⁸⁷ MAIS DOIS padres. **Resistência**, ano VI, n. 53, p. 3, abr. 1983.

com o namoro da filha denunciou o rapaz e todos que trabalhavam no jornal como subversivos)⁸⁸.

Mas as páginas do *Resistência* não mostravam apenas denúncias. Os alternativos se apoiavam também divulgando os seus eventos, assim aconteceu com o periódico da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos que ganhou a seguinte nota: “São Luis, do Maranhão, também tem um jornal ‘nanico’: é o corajoso ‘A Luta do Campo e Cidade’ [...], de circulação quinzenal”, com linha editorial semelhante a sua: o “nº zero propunha [...] que o CAMPO & CIDADE seria [...] das amplas massas trabalhadoras [...] e portanto deveria centrar sua sustentação nessas classes, sem desprezar a participação e o apoio” dos intelectuais, dos profissionais liberais e da classe média em geral. A SMDDH promoveu o I Encontro Estadual com o objetivo de fortalecer o seu periódico. Dele participaram “representantes de dez municípios, sete bairros da capital e onze entidades democráticas e populares.”⁸⁹

Havia também outros anúncios como o calendário do Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais (CIPES) de 1980. Um trabalho sobre as lutas sociais e a história “feita de sangue, suor e lágrimas de todos aqueles que viveram com um único objetivo: a liberdade. São 12 pranchas [...] que mostram dramaticamente os capítulos mais importantes da luta pelo povo.”⁹⁰ Mas, sem dúvida que os anúncios mais frequentes eram de escritórios de advocacia e livrarias:

Figura 15 – Anúncio de escritório de advocacia



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

⁸⁸ ALICERCE. *Resistência*, ano VI, n. 53, p. 3, abr. 1983.

⁸⁹ SOUZA, José Maria. Encontro estadual fortalece “Campo e Cidade”. *Resistência*, Belém, n. 15, ago. 1980. Imprensa Popular, p. 7.

⁹⁰ PEÇA hoje o calendário do CIPES. *Resistência*, Belém, ano II, n. 11, p. 6, abr. 1980.

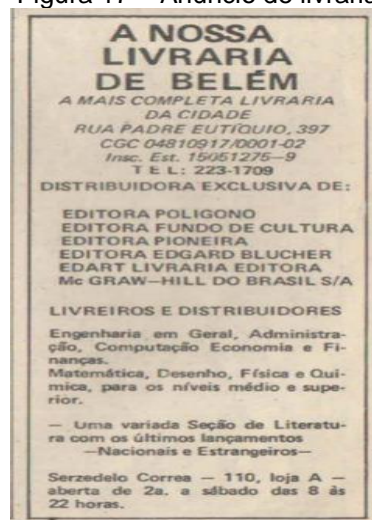
Figura 16 – Anúncio de escritório de advocacia



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Quanto às livrarias, apresentavam mais detalhes: editoras, lançamentos e preços eram informações que tentavam atrair o público, “Visite a LIVRARIA DO IPAR – Livros de Editora Vozes, Edições Paulinas, Edições Loyola”⁹¹; “A Nossa Livraria de Belém – a mais completa livraria da cidade”⁹²; “Livraria Jinkings – Comércio e Representações”; “Livraria Galilei Ltda.”⁹³ Os anúncios da Jinkings traziam indicações de livros, lançamento e preços, entre as leituras indicadas estavam: *Para a Crítica da Ideologia Burguesa. Socialismo: Democracia e Liberdade*, de G. Chakhanazarov; *Os Democratas Autoritários*, de João Almiro; *A Força do Povo*, de Marcio Moreira Alves; *O ABC da Classe Operária*, de Otávio Ianni; *Latifúndio e Proletariado*, de José Cezar Gnaccarini; *A guerrilha de Caparaó*, Gilson Rebello; *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*, de Boris Koval.⁹⁴

Figura 17 – Anúncio de livraria



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

⁹¹ VISITE a Livraria do IPAR. **Resistência**, Belém, n. 7, dez. 1978. Violência Policial 1, p. 7.

⁹² A NOSSA Livraria de Belém. **Resistência**, Belém, n. 7, dez. 1978. Violência Policial 1, p. 7.

⁹³ LIVRARIA Jinkings. **Resistência**, Belém, n. 7, dez. 1978. Varejo, p. 2.

⁹⁴ LIVRARIA Jinkings. **Resistência**, Belém, n. 19, p. 2, dez. 1980.

Figura 18 – Anúncio de livraria



LIVRARIA JINKINGS
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

Da coluna Prestes a Queda de Arraes – Paulo Cavalcante	215,00
A Queda do Estadismo – Antonio Pain	100,00
A Ideologia dos Industriais Brasileiros – Marisa Leme	90,00
O Direito e Ascensão do Capitalismo – Michael Tigar	180,00
Fascismo e Ditadura – Nicos Poulantzas	240,00
A Era do Imperialismo – Magdoff	130,00
Os Guerrilheiros do Imperador – Décio Freitas	110,00
A Política Monetária (Um ensaio de interpretação marxista) – Suzanne Brunho	120,00
Materialismo Dialético e Materialismo Histórico – Stálin	50,00
Vítimas do Milagre – Davis	110,00
As três Fontes do Marxismo – Lênin	60,00
Democracia para Mudar – Fernando Henrique Cardoso	50,00
Lições sobre o Fascismo – Palmiro Togliatti	90,00
Greve de Massa e Crise Política – José Alvaro Moises	100,00

Endereço – Rua Tamoios, 1592 – atende pelo fone: 222-7286

Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Da mesma forma os produtos vendidos nas campanhas do jornal poderiam ser encontrados neste estabelecimento, conforme o aviso: “Compre a camisa e o plástico da Anistia – à venda na Livraria Jinkings e na SDDH”⁹⁵. Seu proprietário, Raimundo Jinkings, tornou-se livreiro após perder o emprego, ser perseguido, preso e obrigado a viver na clandestinidade rotulado como subversivo. Teve a residência e a livraria invadidas, materiais confiscados e um carro atingidos por tiros. Enquanto para a SDDH ele era visto como um companheiro na luta por democracia, para os jornais de grande circulação era “um dos principais cabeças do movimento comunista [um] agitador profissional e presidente do famigerado CGT”⁹⁶ e seria preso em breve. Outro que precisou mudar de função foi Benedicto Monteiro após ter seus direitos políticos cassados, ser caçado e preso nas matas de Alenquer logo depois do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. Ele, Raimundo Jinkings, o advogado Itair Silva e o escritor Levihall de Moura fazem parte da primeira lista com 90 nomes de pessoas atingidas pelo movimento de 1964, apresentada pelo Comitê Paraense pela Anistia da SDDH, publicada na edição nº 8, de janeiro/79.

O apoio que que o jornal dava aos perseguidos pela repressão, levando ao conhecimento da população as injustiças do sistema, obrigava-o a buscar várias formas de renda, entre elas estavam as assinaturas. Por não ser de caráter empresarial o jornal dependia principalmente delas. A maior parte de sua receita

⁹⁵ [Anúncio]. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 8, fev. 1978.

⁹⁶ POLÍCIA efetua mais prisões... **A Província do Pará**, Belém, n. 20.826, p. 2, abr. 1964.

vinha dos assinantes que, segundo o próprio jornal, eram “o suporte da imprensa livre e democrática.”⁹⁷ A partir da terceira edição o leitor encontrava distribuídas pelas páginas do exemplar indicações como: “Os jornais do povo dependem do povo”; “Assine, compre, divulgue, discuta os jornais democráticos e populares”; “Leia, discuta e divulgue ‘RESISTÊNCIA’ – Um jornal do povo”. “Os assinantes são o suporte da imprensa livre e democrática”; “Jornal democrático vive da colaboração de seus leitores”; “A imprensa democrática, corajosa e combativa depende de você. Assine Resistência”; “Assine ‘Resistência’ e fique sabendo da verdade”; “Assine ‘Resistência’ e receba mensalmente em casa”; “Assine Resistência”; “Faça a sua assinatura!”. Segue como exemplo a Figura 19.

Figura 19 – Anúncio de Assinatura do *Resistência*



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Para ser assinante, o interessado poderia: preencher o cupom disponibilizado no exemplar ou solicitar por carta e enviar à SDDH; por vale postal ou ordem de pagamento em nome da Sociedade Paraense remetido à Caixa Postal; ou por telefone – a partir de dezembro/80. As opções de assinatura eram: Anual; Mensal; ou Permanente e a partir de janeiro/81 também eram oferecidas: a Anual de apoio; e a Semestral de apoio.

A edição de dezembro/81 anunciou nova campanha: atingir 3 mil assinaturas até julho/82. A ação lançada no Auditório do Sindicato dos Jornalistas pretendia garantir uma tiragem mínima acima de quatro mil exemplares. Participaram do evento: o vereador Adamor Filho (PMDB); o professor Durbiratan

⁹⁷ [Anúncio]. *Resistência*, Belém, n. 5, ago. 1978, p. 15.

Barbosa (presidente regional do PT); Izabel Cunha (CPT); a professora Venize Rodrigues (Comissão Pró-CUT); o pesquisador Jaime dos Santos (representante da CBB), além de diversos simpatizantes do jornal. O lançamento da “Campanha das 3 mil assinaturas” ganhou destaque nos jornais da grande imprensa. Os diários *A Província do Pará* e *O Liberal* publicaram “um anúncio de um quarto de página como cortesia de seus diretores Milton Trindade e Rômulo Maiorana.”⁹⁸

O *Resistência* juntava-se a outros alternativos na luta pela sobrevivência. Suas páginas estavam disponíveis para divulgação de exemplares e anúncios de assinaturas dos “jornais do povo”, “democráticos e populares”, uma parceria como a firmada entre ele e o *A Tribuna Operária*, mais um periódico em defesa dos “direitos dos trabalhadores, pela liberdade, pela democracia popular e o socialismo”⁹⁹ ou o *Denúncia*, também posicionado “ao lado dos setores democráticos e populares” que iniciava uma troca de anúncios com o *Resistência* a partir de maio/83.

Figura 20 – Anúncio de Assinatura do jornal *Denúncia*



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Essa parceria entre os dois periódicos acontecia enquanto o jornalista Carlos Alberto Kolecza, seu editor, não criava uma entidade que englobasse “todos os jornais da chamada imprensa popular, única forma de tentar superar as dificuldades e os boicotes sofridos pelos alternativos.”¹⁰⁰ O poio com os demais “nanicos” pode ser observado na frequência e disposição dos anúncios de assinaturas, às vezes colocados lado a lado.

⁹⁸ RESISTÊNCIA: Até julho, 3 mil assinatura. **Resistência**, Belém, n. 32, dez. 1981. Folha Igreja, p. 11.

⁹⁹ ASSINE A Tribuna Operária. **Resistência**, Belém, ano II, n. 11, p. 6, abr. 1980.

¹⁰⁰ DENÚNCIA: um jornal que resiste. **Resistência**, Ano VI, nº 55, p. 7, mai. 1983.

Figura 21 – Anúncios de Assinaturas de outros alternativos

ASSINE A TRIBUNA OPERÁRIA
Um jornal pelos direitos dos trabalhadores,
pe la liberdade, pela democracia popular e o socialismo.
ASSINATURA ANUAL DE APOIO

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Fone:

Estou remetendo um cheque de Cr\$ 500,00 para Editora Anita Garibaldi Ltda, Banco Itau, Ag. Jacoquar, conta Nº 03154, São Paulo, Capital.

Assine NANICO
jornal do
NÚCLEO DE
APOIO DE
NOTÍCIAS E
IDÉIAS DE
COMUNICAÇÃO

Envie cheque nominal ou
este jornal ser enviado por Assine de
Notícias e Idéias de Comunicação,
Trav. Barão de Mamoré,
314 - CEP 86.000 - Belém, PA.

Conheça os problemas de nosso país
e do mundo e informe-se
de forma democrática

ASSINE MOVIMENTO
Com a edição semanal
brasileira do Le Monde

Desejo receber
uma assinatura de Movimento

Nome
Endereço
CEP
Profissão
Cidade
Estado

Envie enviando o cheque nº em nome de Edi-
ção S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio
do Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se o pedido
de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser en-
viado para a Conta Postal CCP 182254 D - M Villas - Paris -
França. Preço de assinatura no exterior: ANUAL: US 70 - SE-
MESTRAL: US 35.

SEMESTRAL Cr\$ 300,00 ANUAL Cr\$ 600,00

Desejo receber gratuita-
mente 3 exemplares atra-
zados. Desejo receber gratuita-
mente 10 exemplares atra-
zados.

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão

End. - Estado Bairro

Fone Cidade Estado CEP

End. Comercial Hora Fone

Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Agony S/A
Rua Benedito Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
Mathias Góes, 57, Pinheiros, São Paulo (SP), CEP 05415, fone 853-6980.

Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 280,00

Assine RESISTÊNCIA
RESISTIR É O PRIMEIRO PASSO

SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Av. Pedro Miranda, 1806 - Fone : 236-1710 - Belém - Pará - Brasil

Assinatura semestral Cr\$ 30,00 anual Cr\$ 60,00

NOME FUNDO

END CIDADE ESTADO CEP

Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Figura 22 – Anúncio de Assinatura dos três jornais paraenses

Informe Amazônico

NANICO

RESISTÊNCIA

Faça uma assinatura
dos três jornais
alternativos do Pará

Cr\$ 800,00 por dia!
É quanto você
pode ganhar fazendo as-
sinatura do jornal "Resis-
tência". Colabore com a
imprensa alternativa. É
só procurar o compa-
nheiro Walteir Costa, na
sede da SDDH.

LULA ACUSA:
"Jarbas
Passarinho
age como
um nazista"

**Possesores acham GETAL
pior do que o INCRA!**

Habitu
reafirma:
Levy é
policial

OS ESTUDANTES
DIVERGEM E O
MOVIMENTO AVANÇA

Dom Alberto,
impopular, faz
revelações inéditas

Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

O *Informe Amazônico*, de Lúcio Flávio Pinto, começou a circular em setembro/80. Tratava-se de um boletim quinzenal composto por oito páginas e manteve o mesmo título da coluna diária de responsabilidade do jornalista em *O Liberal*. Era impresso exclusivamente para assinantes o que restringia a notícia a um público menor. Alguns exemplos dos assuntos tratados nas duas primeiras edições: “Serra Pelada paga dívida?”; a discussão sobre os incentivos fiscais; o ataque dos índios Gorotire; a vergonhosa história da Agrissal; Uma nova Jari surge no Pará.¹⁰¹ O NANICO (Jornal do Núcleo de Apoio de Notícias e Idéias de Comunicação) também ganhou espaço. Diz a nota: “Mais um jornal de boa qualidade em Belém”¹⁰², trata-se do mensário editado pelos alunos do curso de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Alguns cursos também produziam seus

¹⁰¹ CARVALHO, Luiz Maklouf. “Informe Amazônico”. *Resistência*, Belém, n. 17, out. 1980. Imprensa Alternativa, p. 2.

¹⁰² JORNAIS. *Resistência*, Belém, n. 10, jul. 1979. Varejo, p. 11.

próprios informativos. É o que mostra a nota sobre as entidades de bases na Universidade em 1983. Segundo ela, apenas cinco cursos divulgavam

suas lutas em jornais impressos próprios: o CA de Comunicação Social (jornal “Boca Livre”) o CA de Geologia (“O Cropólito”) o CA de Arquitetura (“Palafita”), o CA de medicina (“O Bulha”) e o CA de Ciências Biológicas (“Homeostase”) – todos saem irregularmente, dependendo dos recursos obtidos para editá-lo e da participação dos estudantes em torno dos CAs.”¹⁰³

Também da instituição federal *O Chato* merece atenção. Boletim editado e distribuído por “Segurança e Desenvolvimento Corporation Ltd [sic]” ou pela “PMPA (Pega & mata pobres associados)”, circulou na UFPA, no mês de junho/80. Composto por apenas quatro páginas, sem autoria e todas dedicadas ao estudante César Moraes Leite, baleado por um agente da PF dentro do Campus do Guamá, tinha por objetivo “transmitir a realidade universitária em forma de humor [...] negro”. Parece que foi criado para não deixar o ato criminoso ser esquecido. Para Luiz Maklouf Carvalho o material apresenta um “humor de alta qualidade [e] imaginação das mais criativas”. Suas vantagens, segundo o próprio boletim, eram: não ter censura, ser de graça e “não está comprometido com os ‘magníficos da vida’.”¹⁰⁴

O apoio entre esses jornais também acontecia quando um fazia ecoar a notícia divulgada pelo outro, como o *Resistência* fez com a matéria sobre a guerrilha do Araguaia transcrita do semanário *Movimento*, em agosto/78. O mesmo aconteceu com o *Varadouro*, um jornal do Acre que, embora pequeno, mantinha-se firme em favor das lutas populares e disposto a denunciar as irregularidades que o regime fingia ignorar. O mensário da SDDH reproduziu a delação do “jornal das selvas” que

denunciou a utilização do “agente laranja” por uma fazenda da região. No mesmo número fez sérias denúncias sobre conflitos de terra, sobre a situação dos índios, o ensino pago, etc... O jornal é lido nos seringais, nas roças dos posseiros e isso vem incomodando os fazendeiros e os políticos da região. [...] Segundo Marco Antônio, um dos responsáveis pela publicação, “o Varadouro” é feito essencialmente à base da colaboração de um grupo de pessoas que reside no Rio Branco e se dedica a várias atividades. [...] ele vem se destacando pela defesa intransigente das lutas populares e das minorias do Acre e da Amazônia de uma maneira geral. Sua penetração é muito grande não apenas em Rio Branco, mas em todo o interior do Acre [...]. Ressaltando que “o jornal não está preso a nenhum grupo político, Marco Antônio pede a colaboração de todos os setores da sociedade que dê um apoio ao jornal, pois ele vem tendo muitas dificuldades econômicas no momento”. O jornal vive da venda e publicidade, mas tem dado muito déficit. Como ele é impresso em Manaus, os custos acabam ficando enormes.¹⁰⁵

¹⁰³ AS ENTIDADES de base. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 54, p. 9, abr. 1983.

¹⁰⁴ VIVA “O Chato”. **Resistência**, Belém, ano II, n. 13, jun. 1980. Folha Varejo, p. 11.

¹⁰⁵ VARADOURO: um jornal das selvas. **Resistência**, Belém, n. 31, p. 5, nov. 1981.

Caso semelhante aconteceu com o boletim *A voz do pião* que publicou a denúncia de um associado contra a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil acusada de não representar os interesses dos trabalhadores. A notícia repercutiu e foi parar nas páginas do *Resistência*: “Conforme denúncia de um dos associados divulgada pelo A Voz do Pião [...] os diretores do Sindicato estão pedindo dinheiro aos patrões para manter a sede da entidade.”¹⁰⁶ Observa-se que boletins, folhetos, informativos e jornais que compõem a imprensa alternativa são importantes ferramentas utilizadas para informar, denunciar, divulgar, compartilhar e ser a voz dos menos favorecidos. Além de lutarem pelos direitos do povo, também apoiavam uns aos outros.

Outro momento de conversa eram as reuniões de crítica do jornal. Afinal, para dar vez e voz aos que pertenciam as camadas mais oprimidas era preciso escutá-los. Os alternativos levavam à população as realidades e situações que diariamente não apareciam nos diários da grande imprensa. Mas é verdade que as notícias não partiam somente do jornal. A comunicação entre o periódico e o público acontecia também na ordem inversa, ou seja, os leitores enviavam correspondências ao *Resistência*. As notas, relatos, elogios e críticas recebidas por este veículo impresso ganharam o seu espaço. A página “Imprensa Popular”, da Edição nº 50, de fevereiro/83 reuniu as correspondências recebidas durante as quinzenas anteriores a sua publicação. Entre elas estavam os impressos: *PORANTIM* – Em defesa da causa indígena¹⁰⁷; Carta aos posseiros e padres do Araguaia¹⁰⁸; *Boletim SINDICAL*¹⁰⁹; *Lamparina*¹¹⁰; *Denúncia*¹¹¹; *Igreja Hoje*¹¹²; *Cambota*¹¹³; *Relatório do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – Grupo do Jurunas*; *Sem Terra*¹¹⁴; *O Pró-Sindicato*¹¹⁵; *Unibairros*¹¹⁶; *Carajás nu e cru*¹¹⁷; O

¹⁰⁶ GRAVES denúncias contra a diretoria do sindicato. **Resistência**, Belém, ano VI, n. 55, mai. 1983. Folha Lutas Populares, Construção Civil, p. 6.

¹⁰⁷ Jornal editado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O n. 46, de dezembro/82 publicou o artigos “O etnocídio de 1 milhão de índios da tribo Mapuche” decretado pela ditadura militar do Chile.

¹⁰⁸ Texto escrito com “versos bíblicos em ritmo de prosa”, enviada pela CDDH-SERGIPO.

¹⁰⁹ Do Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais-CIPES.

¹¹⁰ Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

¹¹¹ Publicado pela Editora Pé no Chão Ltda., de Porto Alegre-RS.

¹¹² Boletim Informativo Semanal da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba.

¹¹³ Boletim da ASSESSOAR.

¹¹⁴ Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra.

¹¹⁵ Informativo da Comissão Pró-Sindicato dos Sociólogos.

¹¹⁶ O jornal dos bairros, de Juiz de fora, Minas Gerais.

¹¹⁷ Jornal com 8 páginas, publicado pela Fase Belém.

*Machado*¹¹⁸; *Voz do rodoviário*¹¹⁹; *Notisal*¹²⁰; *Luta sindical*¹²¹; *Jornalivo*¹²²; *Os impostos que o povo paga*¹²³; *Companheiro Gráfico*¹²⁴; *Vai-vem*¹²⁵; *Boletim do MLPA* (Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia); e *Revista da Arquidiocese*.

Além de críticas, denúncias e divulgações solidárias o *Resistência* veiculava conhecimentos através de assuntos publicados na página “Estudos” ou na promoção de eventos como: palestra, seminário, curso, debate, mesa-redonda, etc. Em agosto/82 aconteceu o II Encontro Estadual do Jornal *Resistência*, quando aspectos importantes a questões jornalísticas, financeiras e organizacionais foram colocados em pauta, além da reafirmação de seu programa político quanto a ser “um jornal de frente democrático-popular, aberto a todas as correntes seriamente comprometidas na luta contra o regime militar”¹²⁶. Ocorreu a reativação do Núcleo Cultural da SDDH, coordenado pelo cineasta Januário Guedes que realizou o debate sobre o livro *Carro dos Milagres*, de Benedicto Monteiro, na Livraria Jinkings. Em comemoração ao seu terceiro aniversário o jornal promoveu dois eventos: a palestra “A crise na imprensa: a imprensa dos monopólios, a imprensa dos partidos, a imprensa popular”, ministrada pelo jornalista e editor do jornal *Movimento*, de São Paulo, Raimundo Rodrigues Pereira, realizada no auditório da Casa da Juventude (CAJU); e a festa “*Resistência* no carnaval” realizada nos salões do Clube do Remo.¹²⁷

Resistencia também era arte, cultura e esporte. Notícias sobre lançamento de livros, shows, exposições, publicação de paródia, poesias e poemas, letras de músicas, cinema, peças teatrais e futebol passaram a dividir as colunas do periódico, mesmo em tom de crítica, como a publicação sobre “O crítico e alegre teatro de bonecos”¹²⁸ ou a banda “Sol do meio dia” que se apresentou nos teatros da Paz e Waldemar Henrique. Diz a nota: “Foi a primeira vez, acredito, que um conjunto local lotou as duas casas, e pôs o público em grande festa no final do espetáculo”, e

¹¹⁸ Informativo da Corrente Sindical Companheiros da Esperança, de Monte Alegre.

¹¹⁹ Órgão oficial do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém.

¹²⁰ Notícias de El Salvador, publicado pela Agência de Informação e Análise, de San Salvador.

¹²¹ Órgão de oposição sindical metalúrgica de São Paulo.

¹²² Do Centro de Pastoral Vergueiro.

¹²³ História em quadrinhos com explicações simples e direta – Centro de Pastoral Vergueiro.

¹²⁴ Boletim da Oposição Sindical Gráfica Local.

¹²⁵ Boletim das Migrações. Editado pelo Centro de Estudos Migratórios e pelo Centro de Pastoral dos Migrantes, de São Paulo.

¹²⁶ *Resistência* quinzenal: mais um passo. **Resistência**, Belém, n. 39, p. 2, set. 1982.

¹²⁷ TRÊS ANOS DE “RESISTÊNCIA”. **Resistência**, Belém, n. 21, fev. 1981. Imprensa, p. 5.

¹²⁸ MARIE, Jeanne. O crítico e alegre teatro de bonecos. **Resistência**, Belém, n. 31, nov. 1981. Cultura, Show, p. 16.

complementa: “Infelizmente, parece que o maior elogio aos artistas locais continua sendo este: tirem o time, moçada, para o sul.”¹²⁹

O alternativo da SDDH se manteve firme como “um jornal parcial” decidido a ser “ponta de lança” da oposição democrática, lutando ao lado das camadas mais oprimidas e em defesa de seus direitos e liberdades. Em seis anos passou por fases, crises e mudanças, umas por decisão de seus responsáveis, outras provocadas pelas circunstâncias. Apesar das dificuldades também obteve conquistas: a tiragem inicial de dois mil exemplares passou para cinco mil na edição de agosto/78 e chegou a sete mil com a de fevereiro/79 quando completou um ano; reestruturou-se mais de uma vez; conseguiu sua sede e uma gráfica; em 1980 mais pessoas se envolveram na luta pela reorganização do periódico; a partir de 1º de setembro/82 a publicação passou a ser quinzenal; ganhou quatro vezes o prêmio jornalístico “Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos”; e sua distribuição atingiu as localidades mais distantes na região Amazônica. Tudo isso com o apoio de leitores, amigos, colaboradores, comunidades dos bairros, sindicatos e várias entidades. Cumpriu um importante papel na luta democrática em favor dos direitos e liberdades, individuais e coletivos. O capítulo seguinte destaca algumas dessas faculdades mais constantes nas páginas do jornal *Resistência*.¹³⁰

¹²⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. “Sol” quente. **Resistência**, Belém, n. 13, jun. 1980. Varejo, p. 10.

3 INSTRUMENTO NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

O *Resistência* atuou como o instrumento da SDDH na luta por direitos e liberdades. Assumiu o compromisso de denunciar as injustiças e arbitrariedades cometidas contra a população. Sua função social, mais do que simples oposição ao governo, era servir como dispositivo usado na luta em defesa daquilo que o ser humano tem garantido, isto é, o direito: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à proteção, à propriedade, à moradia, à saúde, à educação, à locomoção, à informação, ao voto, à família, à manifestação, à associação, à opinião, à expressão, à religião, à nacionalidade, ao trabalho, ao repouso, à remuneração, a um padrão de vida digno. Todos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Relacionados a estes estão às faculdades de ouvir e falar, muito defendidas pelo periódico que solicitava a participação de todos nas reuniões de crítica com o objetivo de identificar os problemas, corrigir os erros e aperfeiçoar o jornal, tornando-o mais resistente diante das dificuldades. Assim, o público leitor ganhava vez e voz. As reuniões eram abertas ao público e o convite divulgado com informações de data, local e hora: “Reunião de crítica do ‘Resistência 1’ 13 de março 20 horas na sede da SDDH”¹³¹. Nem sempre as assembleias ocorreram regularmente, por exemplo, no dia 4 de outubro/78 aconteceu a reunião de crítica dos números: 2, 3, 4, 5 e 6 aberta a “Todos os interessados em participar mais ativamente [...]”¹³² do mensário. A presença do público era “importante para o aperfeiçoamento do jornal”¹³³ que contava com a participação de pessoas das comunidades de bairro, da periferia, os intelectuais, os estudantes, os padre, etc. Em uma das edições o editor convocou a participação, principalmente dos jornalistas: “Compareçam todos à próxima reunião de crítica [...] e vamos levar este barco pra frente”¹³⁴. Um de seus objetivos era transmitir a informação em linguagem simples e correta, pois entendia a necessidade do povo em ter

jornais que lhe mostrem corretamente o que está acontecendo, que o mantenha informado sobre os principais fatos, que fale, em linguagem simples aquilo que lhe interessa mais diretamente, que mostre ao povo

¹³¹ **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

¹³² **Resistência**, Belém, n. 6, mar. 1978. Editorial, p. 3.

¹³³ CARVALHO, Luiz Maklouf. Crítica. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

¹³⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. A resistência dos jornalistas. **Resistência**, Belém, n. 5, ago. 1978. Varejo, p. 2.

como vive, que dê a maior parte de seu espaço para que a própria população se expresse, diretamente”.

Essa preocupação com a linguagem e o compromisso com o leitor é semelhante o que determina os manuais de redação da grande imprensa. Porém, a principal diferença é a parcialidade, embora geralmente a imprensa, de certa forma, muitas vezes, mesmo afirmando ser imparcial, acaba assumindo determinados lados, principalmente em termos políticos. Pode ser que este fato seja em decorrência de os jornais terem passado a ser empresas de comunicação e com isso assumido lados conforme os seus interesses e de seus dirigentes.

Para o *Resistência* os jornais deveriam evitar o “imparcialismo, objetivismo e sensacionalismo” e assumir “uma posição, [...] ao lado do time mais fraco”. Afirmou em seu editorial de março/78 que “o fundamental [...], é saber que o ‘Resistência’ está aí, ao lado do povo, lutando cada vez mais para falar a sua linguagem simples, para emitir seu protesto, para dar-lhe a palavra, para apoiá-lo em sua luta.”¹³⁵ Mas o próprio periódico possuía as suas necessidades. Ele precisava de voluntários que ajudassem nas fases do processo gráfico, distribuição e venda. Outras contribuições eram as matérias enviadas pelos leitores e amigos do jornal estimuladas por seus dirigentes: “[...] é preciso que todos aqueles que acreditam no jornal colaborem de maneira mais efetiva escrevendo matérias e pequenas notas para o ‘varejo’.”¹³⁶ A página “Cartas” também servia para propagar a palavra de seu público. Essa troca de assistência era importante para ambos, como afirma na edição de aniversário de um ano: “O apoio da gente sem direitos, que está lutando para consegui-los, tem sido para nós o mais fundamental.”¹³⁷

O alternativo da SDDH assumiu o compromisso de atuar como “ponta de lança da ainda frágil, mas de indiscutível e vigoroso futuro, oposição democrática que ressurge em todo o Brasil e também aqui no Pará” e lutar “por dias melhores e mais justos para o povo brasileiro, tão desrespeitado [...] em seus direitos humanos mais elementares. [Ele] lutará neste campo, dentro da muito bem pesada **relação** de forças que se apresente a cada momento.”¹³⁸

¹³⁵ POVO e “Resistência”. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 3.

¹³⁶ COLABORAÇÃO. **Resistência**, Belém, n. 13, jun. 1980. SDDH, p. 2.

¹³⁷ CARVALHO, Luiz Maklouf. RESISTÊNCIA - um ano de luta. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 23, fev. 1979.

¹³⁸ UM JORNAL parcial. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Editorial, p.2. (grifo do autor)

Além de falar, ouvir e escrever a equipe responsável pelo jornal também se reservou o direito de “calar”, como aconteceu quando o delegado da PF Moisés Lima da Silva solicitou ao jornalista Raimundo Jinkings esclarecimentos sobre a publicação de matérias relacionadas ao inquérito contra os membros da Convergência Socialista/Alicerce. Seus editores resolveram apenas divulgar uma nota informando que “por entender que a ‘solicitação’ não tem respaldo legal, oficiou à PF não ter cabimento qualquer resposta.”¹³⁹

Por outro lado provocava o seu público com questionamentos, como aconteceu por ocasião da apreensão da edição nº 5: “Onde está o crime que justifique a apreensão do jornal RESISTÊNCIA?”; “Será crime a defesa dos Direitos Humanos do povo brasileiro?”; “Será crime denunciar os gestos de violência que sistematicamente se pratica contra o povo em geral, tais como os atos de exceção, a grilagem de terras, as desapropriações, as torturas e as perseguições políticas, e em especial contra aqueles que se opõem a essas atitudes?”¹⁴⁰ Mesmo com a repressão

o jornal da SPDDH [procurou] se firmar como um instrumento de luta em defesa da liberdade. Denunciando a violação dos Direitos Humanos na Cidade e no Campo, socializando as experiências adquiridas pelo movimento, contribuindo para o Estudo e o Debate das questões polêmicas e se posicionando frente a conjuntura política, sem deixar de expressar o Programa e a Carta de Princípios da SPDDH¹⁴¹

A carta relatava a situação e os problemas dos moradores da região amazônica, uma área de contrastes entre pobreza e riqueza. Empresas nacionais e multinacionais exploravam o espaço sem dar chance às pequenas e regionais. Os benefícios disponíveis aos grandes latifúndios impediam o uso produtivo e social da terra, resultando na expulsão dos pequenos produtores. A concorrência desleal da pesca industrial prejudicava o ribeirinho que dependia da pesca artesanal. Conflitos no campo, abandono nos rios, descasos na cidade. O camponês, o ribeirinho e o suburbano dividiam a mesma sensação de desamparo quando eram obrigados a viver sem: escolas, saúde, habitação, saneamento, lazer, trabalho, terra, respeito; quando perdiam o direito de decidir sobre a própria região. A condição de marginalizado pode trazer consequências mais graves, conforme revela a Carta da SDDH:

¹³⁹ SOLICITAÇÃO. **Resistência**, Belém, n. 57, jun. 1983. Política, p. 2.

¹⁴⁰ MAIS um ato de violência. **Resistência**, Belém, n. 6, p. 4, set. 1978.

¹⁴¹ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 64, p. 2, dez. 1984.

Submetido a opressão moderna, o homem comum deixa de ser cidadão e se torna simples habitante; não participa dos problemas de sua comunidade, não tenta resolvê-los; como consequência é indiferente aos apêlos de solidariedade humana, sendo causa dessa miséria social o fato consumado de que a esse habitante foi atribuído um mero papel de produtor e consumidor de mercadorias, que age sob o impulso recebido dia a dia.¹⁴²

Diante da situação apresentada surgiu a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos criada com base na DUDH, destinando-se a proteção e defesa de:

1. Moradia dotada de serviço planejado de água, esgoto e luz elétrica;
2. Emprego compatível com a dignidade humana. Salário justo e satisfatório, amparo ao desemprego;
3. Ensino público gratuito em todos os níveis;
4. Saúde;
5. Direito a formação de organizações de bairros e classes;
6. Acesso à terra e demais condições de produção ao homem rural que dela necessita para trabalhar e manter sua família;
7. Liberdade de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e convicção político-filosófica;
8. Creches, áreas de lazer acessível às crianças e adultos;
9. Restabelecimento do Instituto de Habeas Corpus de modo amplo;
10. Anistia ampla e irrestrita às pessoas punidas por motivos ideológicos, políticos, anseio popular legítimo;
11. Inviolabilidade de domicílio, sigilo absoluto na correspondência e comunicação telefônica;
12. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado;
13. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano, ou degradante;
14. Ninguém será condenado à morte;
15. Respeito e garantia de eleições periódicas e livres por sufrágio universal e secreto.¹⁴³

Com base nestes documentos o jornal defendia os direitos do cidadão. Em suas páginas estão várias denúncias de desrespeito à população. Entre os registros mais frequentes aparecem os descasos com os direitos à propriedade, à moradia, à instrução, à informação, à liberdade de expressão, à saúde e à vida. Podemos incluir mais um direito: à morte, negado aos desaparecidos durante a guerrilha e que permanecem vivos apenas nas lembranças de amigos e parentes.

¹⁴² A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Suplemento.

¹⁴³ *Ibid.*, 1978.

Até mesmo a estes últimos é negado o direito de saber onde estão seus mortos, de enterrar seus restos mortais para que eles também tenham o direito a um lugar de referencia, onde possam receber homenagens pessoais e assim finalizar um ciclo. Utilizando as palavras de Liniane Brum, sobrinha de um dos integrantes do grupo considerado “guerrilheiro”, a sensação é de “um velório que não acabava nunca.”¹⁴⁴ E isso tudo leva ao direito de justiça que sempre parece violado.

O *Resistência* de dezembro/84, após um ano sem circular, voltou “em meio as comemorações do 36º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos” e procurou “se firmar como um instrumento de luta em defesa da liberdade. Denunciando a violação dos Direitos Humanos na cidade como no campo”¹⁴⁵, no plano individual e coletivo. Sua função como instrumento propagador faz chegar ao conhecimento público notícias sobre transgressões. Com as seguintes perguntas colocava-se a disposição para ecoar as queixas dos que se sentiam lesados: “Estão metendo a mão no seu bolso? O patrão não quer pagar a hora extra? A firma ainda não assinou a carteira? A rua é um lamaçal? O salário não dá pra sustentar a família? A polícia matou mais alguém?”, e finaliza o texto colocando-se a disposição: “Não fique calado! Denuncie ao ‘Resistência’, o jornal dos Direitos Humanos.”¹⁴⁶

O texto acima, transcrito da edição especial de aniversário de três anos da SDDH, publicada em agosto/80, divide espaço com a matéria principal que noticia as comemorações referentes ao Dia do Trabalhador Rural e mostra em “sete páginas [...] a luta dos posseiros!” e “o grito [...] de milhares de lavradores da Amazônia” por “Terra!” e “Liberdade!”.¹⁴⁷ Entre os assuntos mais frequentes em suas páginas está o conflito agrário. Brigas, violência e morte provocadas em parte pela demora de uma reforma agrária. Sem providências efetivas os lavradores deram outro significado para a sigla INCRA: “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia”.

O problema se agravou com as contínuas migrações, principalmente rumo ao sudeste do Pará, sem um direcionamento e sem “instrumentos capazes de resguardar os interesses das inúmeras famílias que precisam da terra para trabalhar

¹⁴⁴ BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado**: o silêncio que vem do Araguaia. – Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012. p. 201.

¹⁴⁵ EDITORIAL. **Resistência**, Belém, n. 64, p. 2, dez. 1984.

¹⁴⁶ ESTÃO metendo a mão... **Resistência**, nº 15, ago. 1980. Campo, p. 18.

¹⁴⁷ **Resistência**, nº 15, ago. 1980. Capa.

e viver.”¹⁴⁸ A presença de grileiros e fazendeiros usando métodos violentos obrigam os colonos a abandonar suas terras, tirando-lhes o direito à propriedade. O Art. 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que: “Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.”¹⁴⁹ A carta de princípios da SDDH prevê em seu item 6 o “Acesso a terra e demais condições de produção ao homem rural que dela necessita para trabalhar e manter sua família.”¹⁵⁰ Embora o direito esteja garantido, o que se observa pelo noticiário impresso são histórias de violência e morte para ambos os lados, como o caso do dono da Fazenda Capaz. John Davis e dois filhos foram assassinados por camponeses da Vila Rondon, município de Paragominas, em julho de 1976. Apesar de receber incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para aplicar na pecuária, o norte-americano preferiu dedicar-se à extração e venda de madeira. Mesmo sem usar as terras pressionou os posseiros com ameaças, espancamentos e prisões, fechou vias de acesso às roças. Em 1977 outro filho de John Davis, com o apoio da polícia, derrubou casas, promoveu tiroteio, prendeu quatro moradores e fechou estradas. Em ofício enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas, José Maria Oliveira, perguntou: “até quando nossas autoridades vão deixar que os posseiros e trabalhadores rurais serem [sic] judiados pela polícia e por supostos fazendeiros?”¹⁵¹ Isto atinge também o direito ao trabalho. O Art. 23 prevê:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.¹⁵²

Em Baião 60 famílias da vila de Joana Peres estavam ameaçadas de perder casas e plantações. O mineiro Lázaro Gonçalves Barbosa comprou terras separadas na região, somadas chegavam a quatro mil hectares. Porém, ao tomar

¹⁴⁸ É LEGÍTIMO o emprego da força?. **Resistência**, n. 3, jun. 1978. Editorial, p. 3.

¹⁴⁹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

¹⁵⁰ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

¹⁵¹ MARIA, José. Fazenda Capaz: novo ataque aos posseiros. **Resistência**, Belém, n. 1, p. 5, mar. 1978.

¹⁵² DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948

posse o fazendeiro englobou as áreas dos moradores locais que estavam entre as suas. A briga envolveu o prefeito, Francisco Ramos; o governador do Estado; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Adão Paixão e Silva; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e padre Tiago Poels. Um morador foi torturado e duas pessoas processadas acusadas de “agitação.”¹⁵³

No Maranhão, 200 famílias do município de Santana, distrito de Presidente Vargas, em São Luis entraram em conflito com membros da família Braga (Erlito, Antônio, Erlindo, Raimundo e Ermínio) de certa tradição no Pará. No final de 1977, após a contratação de pistoleiros; proibição da pesca, de criação de animais e de venda de produtos; fechamento de estradas; casas e roças queimadas; intimidação de moradores a situação se agravou com o confronto entre os capangas de Erlito e três posseiros: Jonas (baleado nas costas), José Alves (ferido na perna) e Benedito (atingido no peito), resultando na morte de dois empregados e do próprio Erlito.¹⁵⁴

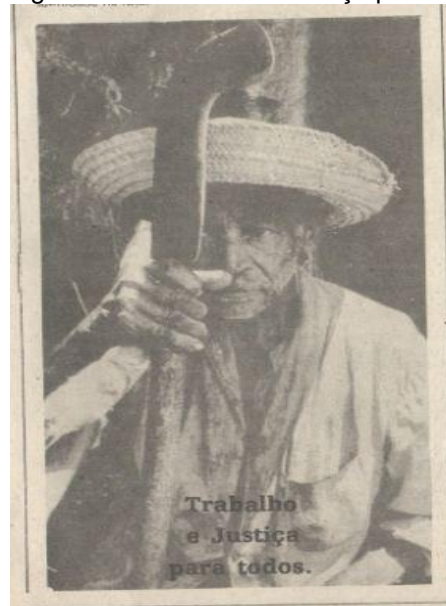
Sem terra o camponês não pode trabalhar e sem trabalho não tem como manter a família. O artigo “Terra pra quem nela trabalha” afirma: “Não tá certo tirar o direito de trabalhar na lavoura, quem sempre cultivou a terra. Não tá direito perseguir, mandar prender, torturar, queimar e derrubar a casa dos posseiros [...]”¹⁵⁵ Ações comuns praticadas contra o trabalhador rural que resiste a opressão. O lavrador quer liberdade para trabalhar e deseja trabalhar na sua terra porque é um direito seu. O *Resistência* também adota outras formas de abordagem para expor essa relação entre Direito – Terra – Trabalho – Justiça. Usa imagens e poemas para retratar os problemas enfrentados, tanto por quem mora no campo como na cidade. A Figura 23, retirada do texto jornalístico, reforça a questão agrária.

¹⁵³ CARVALHO, Luiz Maklouf. Baião: mais de 60 famílias ameaçadas de expulsão. **Resistência**, Belém, n. 1, p. 5, mar. 1978.

¹⁵⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. Tradição suja de sangue. **Resistência**, Belém, n. 0, p. 7, fev. 1978.

¹⁵⁵ TERRA pra quem nela trabalha. **Resistência**, Belém, n. 1, p. 4, mar. 1978.

Figura 23 – Trabalho e Justiça para todos.



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Para os posseiros retirados da Fazenda Chaparral, em Conceição do Araguaia a “injustiça venceu mais uma vez”. Após o uso da violência, arbitrariedades policiais, possíveis corrupções e a suspeita de sabotagem, o juiz em exercício, José Maurer Noronha, ordenou a reintegração de posse aos fazendeiros. Com proteção policial os pistoleiros contratados pelo fazendeiro mataram animais, queimaram casas, levaram as mulheres e crianças para Redenção sem o conhecimento dos homens. Diante das ocorrências, “descrente da justiça e impotente, José Marciano aceitou o acordo proposto” pelos donos da fazenda que pagariam aos posseiros menos de 50% do valor adequado. Com medo, o patriarca das 23 famílias expulsas revela ao *Resistência*: “Prefiro perder tudo. Num quero é perder um filho. O Henrique me disse: posso perder na lei, mas não perco no 45. Agora vou-me embora do Pará. Que aqui num fico mais.”¹⁵⁶

Na área denominada Buriti, próximo ao Km 12 da PA/70, no município de Marabá, cerca de 40 famílias corriam o risco de expulsão por terem embargado um serviço de demarcação do grileiro Saulo Von Randow em abril de 1980. Por isso, elas estavam enfrentando sérias ameaças e a grande burocracia do Getat.¹⁵⁷ Em Tucuruí o problema eram as terras desapropriadas pela Eletronorte, que não parecia interessada em revisar as indenizações e os processos de desapropriação: divisão

¹⁵⁶ OS POSSEIROS de Chaparral foram rendidos. *Resistência*, Belém, n. 2, p. 4, mai. 1978.

¹⁵⁷ REIS. Mais conflitos: posseiros ameaçados. *Resistência*, Belém, n. 16, set. 1980. Baixada, p. 18.

dos lotes por interesse social; e o reembolsados dos prejuízos.¹⁵⁸ Em Monte Horebe, município de Capitão Poço, sete policiais invadiram a residência e mataram José Clemente, líder dos posseiros que lutavam na justiça contra Zé Pedro, que sem documentos, afirmava ser o dono das terras.¹⁵⁹ No povoado denominado de Floresta, em Santa Luzia (Maranhão) a luta era entre pequenos produtores e grileiros. A prática realizada por políticos locais ganhou repercussões maiores após a chegada da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO).

Sobre as arbitrariedades cometidas em terras amazônicas D. Alano Pena, Bispo da Prelazia de Marabá comentou que em busca por terras livres “mal sabiam esses peregrinos que ali no ‘inferno verde’ os aguardavam, da forma mais violenta e acobertada, o arame farpado, a ambição, a perseguição e a injustiça.”¹⁶⁰ Seu depoimento para a CPI da Terra era sobre os problemas identificados no Estado do Pará: 120 famílias no município de Águas Brancas “após diversas prisões e violências, tais como derrubada de cercas, destruição de lavoura pelo gado, casas incendiadas [...] os posseiros foram vítimas de uma ação de reintegração de posse cujos autores foram os dois maiores latifúndios de Paragominas”¹⁶¹. Mesmo a Secretaria de Agricultura do Pará, através do Iterpa e do Projeto Fundiário de Paragominas, ter negado a autenticidade do título da terra, o Juiz concedeu a reintegração.

Na Vila Palestina eram 250 famílias ameaçadas por grileiro com títulos que não correspondiam à área em questão. De 1973 a 1975 os posseiros tiveram roças invadidas, perderam benfeitorias e sofreram ameaça de morte. Na demarcação realizada pela polícia as casas dos moradores foram derrubadas e queimadas. Na PA-70, 40 famílias residentes desde 1966 sofreram violências por parte do grileiro que em 1972 apresentou um título de terra falso. Em 1975 ele conseguiu uma liminar e os lavradores tiveram que assinar um documento se comprometendo em deixar a terra, suas casas foram queimadas. Em Vila Abel Figueiredo, 40 famílias ocupavam o lugar desde 1963, mas grileiros com títulos falsos fecharam estradas, invadiram posses, derrubaram a mata, plantaram capim e demarcaram a gleba com proteção da polícia. Em São Pedro da Agua Branca cerca

¹⁵⁸ CONTINUA a luta pelas terras desapropriadas. **Resistência**, Belém, n. 51, mar. 1983. Lutas Populares, p. 9.

¹⁵⁹ VIOLÊNCIA policial em Capitão Poço. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 11, jun. 1978.

¹⁶⁰ PENA, D. Alano Maria. Em busca de terras livres. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 6, 1978.

¹⁶¹ *Ibid.*, 1978, p. 6.

de mil famílias eram ameaçadas, na zona litigiosa entre o Pará e o Maranhão. Em São João do Araguaia somavam 62 famílias na mesma situação.

O jornal questionava o uso da força policial para resolver conflitos agrários. Várias vezes o direito à propriedade esbarrava na especulação, na grilagem, na corrupção, na injustiça, na violência policial ou de pistoleiro, elemento cada vez mais presente na vida dos posseiros. A força parece estar dos dois lados, ou seja, tanto os fazendeiros a empregam para expulsar os habitantes como estes precisam escolher se “perdem as suas posses ou resistem apoiados no código civil que diz: ‘É legítimo o emprego da força contra a turbação da posse’.”¹⁶²

Para expressar os conflitos agrários o *Resistência* também utilizava a arte, disponibilizando espaços em suas páginas para a poesia popular. Através delas os autores realizavam as suas reivindicações, denúncias, críticas, mostrando a realidade de suas regiões. Em setembro/78 o jornal publicou a poesia de Pedro Vieira Santos, posseiro, lavrador e poeta, morador de Sobra de Terra, região próxima a São Geraldo do Araguaia que se inspirou na própria luta pela terra para escrever seus versos. Segue fragmentos da obra:

Pois chegou lá no meu rancho
quatro praça militar
um fiscal do IBDF
proibindo desmatar.
Mas que possa ou que não possa
pobre tem que tocar roça,
ou então mandem matar.

[...]

Dos posseiros que conheço
não tem um homem letrado.
A profissão que entende
é foice, enxada e machado.
Se tirarem eles da roça
vão morrer afrajelado.¹⁶³

Em poucas palavras o autor retrata a vida do “homem da roça”, geralmente ameaçado, impedido de realizar suas tarefas, sem informação e formação e exposto à violência, podendo perder não apenas as suas posses, mas também a vida. Outros registros de protestos eram as comemorações realizadas pelo Dia do Trabalhador Rural (25 de julho). O *Resistência* sempre noticiou os

¹⁶² É LEGÍTIMO o emprego da força?. *Resistência*, Belém, n. 3, p. 3, jun. 1978.

¹⁶³ SANTOS, Pedro Vieira. [Poesia popular]. *Resistência*, Belém, n. 6, set. 1978. Campo, p. 19.

festejos desses trabalhadores. A edição de agosto/78 reproduz o “Hino do agricultor” que resume a situação de muitos camponeses:

Nós somos agricultores
Sempre de enxada na mão
Oh que vida tão cansada
Parecendo escravidão

Agricultores, com isso
Muito cuidado
Ve se vocês se reúnem
Porque estão muito isolados

Esta terra já não dá
já não tem mais condição
o que fazer de nossas vidas
se não tem mais produção?

Apelar pro sindicato
parece a solução
mas o que vamos fazer
se não temos união

Trabalhar pro fazendeiro
nem dá para ganhar o pão
sem direito e sem justiça
continua a escravidão

Pra legalizar a terra
vejam só que confusão,
só quem tem muito dinheiro
ou então um pistolão

Mas o agricultor é forte
sua fé não falta
nós tem esperança
que um dia vai mudar a situação.

Letra e música de agricultores de Vista Alegre.¹⁶⁴

A letra revela a angústia do pequeno produtor diante dos problemas agrários. Além das preocupações com a produção para o seu sustento, ainda se deparava com a falta de organizações, o trabalho escravo, a ameaça de grileiros, a falta de dinheiro. É possível perceber o sentimento de pequenez diante das injustiças. Em Oeiras o hino “A voz do povo” expressa o desejo pela reação, o clamor pela resistência do povo.

Eu quero ouvir a voz do povo
Eu quero ver todo povo acordar
E descobrir dentro da realidade
Que a semente da verdade
Está querendo germinar.

¹⁶⁴ HINO do agricultor. **Resistência**, Belém, n. 5, ago. 1978. Campo, p. 27.

Eu quero ouvir a voz do povo
 Eu quero ver todo o povo como irmão
 Eu quero ver todo o povo caminhando
 Se libertando do medo
 Que ele tem do tubarão
 Eu quero ouvir a voz do povo
 Todo o povo tem boca pra falar
 Ainda tem gente que aí se faz de mudo
 Fica num canto calado,
 Não se mexe do lugar.
 Eu quero ouvir a voz do povo
 Ouvi um grito mas não sei de quem foi
 Grita sem medo, grita muito minha gente
 Quem morre calado é sapo
 Debaixo do pé do boi.
 Eu quero ouvir a voz do povo
 Eu quero ver todo povo em união
 A consciência não se ganha sem esforço
 Vamos abrir os olhos
 Pra enxergar a situação.
 Eu quero ouvir a voz do povo
 O povo não é mais caranguejo
 E todoo povo se tornando consciente
 Descobrimo que é gente
 E caminhando pra frente.¹⁶⁵

Mas os poemas não eram apenas de protestos. A edição, de julho/78 apresentou os seguintes versos:

Amigos e companheiros
 vamos todos preparar
 25 de julho
 nosso dia vamos festejar.
 Nós somos uma classe
 que precisamos alertar:
 em cima dos nossos direitos
 ninguém pode pisar.

Para nós é um momento
 de muita alegria.
 Todas classes organizada
 pra comemorar seu dia.
 E faltava os lavradores,
 que ainda não sabia,
 25 de julho
 passava a nós não via.

É um dia especial
 pra todo lavrador
 que junto descobrimo
 qual é o nosso valor.
 Com o nome de quem trabalha
 tem muito enganaor;
 é nós que lavra o chão,
 nós que somos produtor
 (por um lavrador)¹⁶⁶

¹⁶⁵ A VOZ do povo. **Resistência**, Belém, n. 6, set. 1978. Campo, p. 18.

Casos de grilagens e desapropriações em Belém também aparecem nas páginas do alternativo da SDDH. A edição de fevereiro/78 fala sobre a força policial utilizada contra moradores sem teto depois que estes limparam e construíram barracos em uma área conhecida como “Invernada”, localizada na Padre Eutíquio. O terreno pertencia à COHAB e o governo pretendia construir uma área de lazer. Diante da situação o jornal *Resistência* lançou as seguintes questões: “Será que a construção da área de lazer, mesmo beneficiando um número maior de pessoas tem mais prioridade para um povo que mora em casebres insalubres ou paga aluguel em detrimento até da alimentação?”; “Quem se beneficiará dos parques de recreação? Aqueles que estão sendo escorraçados das áreas centrais da cidade ou os moradores de renda familiar mais alta?”; e “Onde ficará a população pobre que cada vez mais frequentemente entra em conflito com a polícia por causa de um pedaço de terra para abrigar a família?”¹⁶⁷

No bairro do Jurunas a grilagem ficou por conta da firma Mourão Ferreira que enganou muitos trabalhadores vendendo terrenos da União e deixou desprotegidos aqueles que não possuíam o título de propriedade. O problema aconteceu em outros bairros, situações que poderiam ser resolvidas ou amenizadas com a organização dos moradores.¹⁶⁸ A repressão policial e política eram táticas utilizadas pelo brigadeiro Rodopiano Barbalho, comandante do I Comando Aéreo Regional, responsável por expulsar centenas de famílias dos bairros da Pedreira e da Sacramenta.¹⁶⁹ Neste último bairro cinco mil famílias estavam ameaçadas de desapropriação. Sem uma definição por parte da justiça os moradores solicitaram ajuda do Governo Federal para que a situação dos terrenos ocupados fosse resolvida. Dois anos depois de enviarem a carta ao presidente os moradores continuavam sem uma definição.

O *Resistência* esteve presente no lançamento da Campanha pelo Direito de Morar no ano de 1983, coordenada pela Comissão dos Bairros de Belém, realizado no Centro Comunitário Boa Esperança, na Sacramenta. No momento

¹⁶⁶ MARIA, José. Dia 25 de julho vamos festejar. **Resistência**, Belém, n. 4, jul. 1978. Campo, p. 7.

¹⁶⁷ INVERNADA: habitação não é problema de polícia. **Resistência**, Belém, n. 0, p. 2, fev. 1978.

¹⁶⁸ ROCHA, Mário. Grileiros enganam povo do Jurunas. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

¹⁶⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. Nas terras da Sacramenta, o terror da Aeronáutica. **Resistência**, Belém, n. 17, out. 1980. Terrorismo, p. 10.

também houve entrega de títulos de propriedade da área conquistada pelos moradores em conflito com o latifundiário Ferro Costa.¹⁷⁰

Outro problema de Belém eram as baixadas com “mais de 400.000 mil belenenses” morando em péssimas condições “sem água, sem luz, sem esgotos, sem saneamento básico”, escolas, hospitais e mercados. Os recursos eram destinados a obras para beneficiar poucos e mais abastados. O primeiro item de sua Carta de Princípios da SDDH diz que toda pessoa tem direito à “Moradia dotada de serviço planejado de água, esgoto e luz elétrica.”¹⁷¹ Mas, observando as imagens e os relatos dos moradores das baixadas, parece que o Art. 25 da DUDH que trata sobre o direito a um padrão de vida digno não se aplicava a eles. Determina o texto:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.¹⁷²

Qualidade de vida era o que os habitantes das baixadas não possuíam e não sabiam o que viria a ser. Em uma de suas edições o *Resistência* pergunta: “Se a nossa época é marcada por uma profunda transformação, por que não transformar as baixadas de Belém numa coisa melhor e mais merecedora para as pessoas pobres e trabalhadoras?” E cita o caso da Barão do Triunfo, entre as avenidas 1º de Dezembro e Perimetral, onde os moradores sofriam com as casas invadidas pela água e estivas apodrecidas. Os moradores reivindicavam: limpeza das valas e aterro.”¹⁷³ A Figura 23 mostra o descaso das autoridades em relação ao atendimento do Art. 25 da DUDH.

¹⁷⁰ FESTA Popular. **Resistência**, Belém, n. 51, mar. 1983. Sacramento, p. 9.

¹⁷¹ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

¹⁷² DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948

¹⁷³ É UM inferno viver na Barão do Triunfo. **Resistência**, Belém, n. 16, set. 1980. Baixada, p. 7.

Figura 24 – Baixadas



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Entre as matérias publicadas pelo *Resistência* está a que fala sobre o remanejamento de 722 famílias da área do igarapé São Joaquim, no bairro do Una, para uma área da ENASA. A transferência seria realizada pela CODEM, órgão responsável pelo programa das baixadas. Porém, parte do terreno adquirido também era alagada, ou seja, os moradores mudariam de endereço e o problema também.

Em outra edição aparece a reivindicação dos moradores da travessa Mauriti (Bairro do Marco) por melhores condições de moradia. Em abril de 1978 eles enviaram carta ao prefeito de Belém, Ajax de Oliveira, solicitando aterro, construção de pontes e limpeza de valas. Porém, o prefeito enviou caçambas com lixo como aterro, complicando a situação das pessoas que ali residiam. A justificativa do prefeito era que as carradas de aterro ainda seriam enviadas para cobrir o lixo.¹⁷⁴ O assunto também parece na edição de maio/78 que divulgou a “Ciranda dos bairros”, texto transcrito do jornal Movimento e que se aplica, perfeitamente, às pessoas daquela área.

Na minha rua
 Tem tanto lixo e buraco
 Quando chove é tanta água
 Que inunda o barraco.
 O nosso povo
 todo mês pagando taxa
 Prefeitura não dá bola
 E a gente é que selasca

¹⁷⁴ ATERRO. *Resistência*, Belém, n. 3, jun. 1978. Varejo, p. 2.

Isso é demais é demais
problemas tem demais

Falta transporte,
Falta escola, falta emprego
nosso povo tão honesto
Tem que viver de arrego
É verminose
É fome, é desnutrição
O povo está na miséria
por causa da exploração.

Isso é demais é demais
problemas tem demais.

O pessoal tá morando nos morros
Faz tempo pagou as casas
E agora pede socorro
Apareceu um falso dono das terras
Que quer obrigar o povo
A deixar de morar nelas¹⁷⁵

Na Sacramenta cerca de 80% de uma população próxima a quarenta mil moradores residia em áreas alagadas¹⁷⁶. No Atalaia, os moradores reivindicavam uma solução para o problema da falta de água. Diz a nota: “Você paga a COSANPA mas sua casa não tem água? Pois faça como os moradores do Atalaia: una-se com os vizinhos e vá exigir a devolução do pagamento.”¹⁷⁷ A Figura 25 retrata também o descaso referente a esgotamento básico. A garota que inspirou o título da foto, para buscar água, anda sobre pontes de madeiras improvisadas. Ao fundo a imagem mostra palafitas.

Figura 25 – Garota aguadeira



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

¹⁷⁵ A MÚSICA do povo. **Resistência**, Belém, n. 2, p. 12, mai. 1978.

¹⁷⁶ CÉSAR, Donizette. Sacramenta. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

¹⁷⁷ COSTA, Walteir. Atalaia x COSANPA. **Resistência**, Belém, n. 17, p. 11, out. 1980.

Notícias sobre a falta desses direitos básicos eram frequentes nas edições do jornal, mesmo manifestações ocorridas antes de seu número zero, como o caso da “Guerra da Poeira”, um movimento popular que aconteceu no segundo semestre de 1977, promovido por moradores das principais vias de Belém que resolveram interditar as ruas até que a Administração pública resolvesse os problemas causados pela falta de asfalto, ação reprimida pela Polícia Militar com violência e prisões de moradores. Diz o Art. 9 da DUDH que “ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.”¹⁷⁸ Também cabe aqui a aplicação do item 9 da Carta de Princípios: “Restabelecimento do Instituto de *Habeas Corpus* de modo amplo.”¹⁷⁹ O pacote de reformas proposto por Ernesto Geisel previa a reparação de alguns direitos democráticos, entre eles o reestabelecimento do *habeas-corpus* e a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O editorial do nº 4, de julho/78 afirmou que

A restauração [...] de alguns direitos democráticos, como o *habeas-corpus*, para presos políticos, não foi uma concessão, mas uma conquista da luta do povo brasileiro. E o que o povo brasileiro exige não é um simples pacote de “reformas”, mas anistia ampla, geral e irrestrita, revogação de todas as leis de exceção, volta imediata da Democracia e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.¹⁸⁰

Porém, em troca dessas restaurações seriam inseridas na própria Constituição “medidas de emergência”, ou seja, o Presidente da República poderia suspender “por seis meses [...] todos os direitos políticos que a Constituição estabelece, no momento que bem quiser, na área que melhor lhe aprouver.”¹⁸¹ Para a luta democrática as medidas de emergências eram mais perigosas que o próprio AI-5 porque permitiam que práticas arbitrárias fossem praticadas de forma isolada, sem atingir o coletivo. Tinha como objetivo “a aplicação [...] da tática de repressão seletiva”, não sendo “necessário para desarticular um movimento a prisão de centenas de pessoas”¹⁸², mas apenas as suas lideranças.

Em 1978, dados indicavam que havia cerca de 200 presos políticos no Brasil; 12 mil exilados; 4.582 cassados; 3.783 aposentados pelo AI-5 e demais atos de exceção; e “um número indeterminado de exonerados por opiniões políticas e

¹⁷⁸ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

¹⁷⁹ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

¹⁸⁰ AS REFORMAS de Geisel. **Resistência**, Belém, n. 4, jul. 1978. Editorial, p. 3.

¹⁸¹ *Ibid.*, 1978, p. 3.

¹⁸² *Ibid.*, 1978, p. 3.

outro número indeterminado de desaparecidos.”¹⁸³ A Edição nº 4 do jornal *Resistência* apresenta mais dados sobre os atingidos pela repressão no Brasil. Segundo a Anistia Internacional: eram aproximadamente 20 mil brasileiros marginalizados da vida nacional pelos atos de exceção do regime militar de 1964; segundo cálculos de Antonio Modesto da Silva, 500 mil brasileiros foram condenados, processados, indiciados ou simplesmente presos desde o golpe até 1978; operários, camponeses, religiosos, estudantes, bancários, profissionais liberais, jornalistas, lideranças populares e expressivas figuras políticas foram mortos, cassados, banidos, exilados, atingidos pelo Decreto-Lei nº 477, AI-5, LSN e outros atos de exceção.¹⁸⁴ Muitas pessoas precisavam ser reintegradas “na vida política, produtiva e cultural do país”, entre elas os clandestinos – “centenas de condenados à revelia que vivem na clandestinidade forçada, passando toda a sorte de dificuldades e privações”, perseguidos – “pessoas impedidas de exercer funções públicas, sindicais ou universitárias”, desaparecidos que “apenas com uma anistia poderão ser definitivamente esclarecidas as suas situações”. O total de vítimas somente do AI-5 era de 1.607 brasileiros.¹⁸⁵ Cabe aqui a reprodução de um texto identificado apenas como “de um poeta africano”. Uma interpretação possível é a sua comparação com o regime militar que cerceou direitos e liberdades.

Na primeira noite
eles se aproximam
e colhem uma flor
de nosso jardim
e não dizemos nada.

Na segunda noite
já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada:

Até que um dia
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua e,
conhecendo o nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada
já não podemos dizer nada
- de um poeta africano -

¹⁸³ PELA ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2. (Dados transcritos do jornal *Em Tempo* de 20/02/1978)

¹⁸⁴ *Ibid.*, 1978, p. 2.

¹⁸⁵ ALEXANDRE, Manoel. Anistia. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 5, 1978.

As vítimas de perseguições por motivos políticos e ideológicos também têm o seu direito previsto pelo Art. 14 da DUDH: “Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.”¹⁸⁶ O item 10 da Carta de Princípios defende a “Anistia ampla e irrestrita às pessoas punidas por motivos ideológicos, políticos, anseio popular legítimo.”¹⁸⁷

A maior parte da população reivindicava a anistia ampla, geral e irrestrita. Sua aclamação nacional começou a partir de 1964. Em 1975 criou-se o Movimento Feminino pela Anistia. No ano de 1977 a luta ganhou mais força com manifestações nas ruas e surgimento de comitês. No início de 1978, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, foi lançado o Comitê Brasileiro pela Anistia. Sua proposta era “lutar pela revogação do AI-5, pelos direitos humanos, pela liberdade de Imprensa e por uma ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA” a todos que pensaram ou agiram contra o regime. Ela é Ampla “porque deve atingir todos os perseguidos, sem exceção” e Irrestrita “porque os punidos devem voltar a ser cidadãos[sic] como qualquer outro, sem nenhuma ressalva”¹⁸⁸. Segundo o professor Manoel Alexandre

o crescimento do movimento pela anistia é fruto do correspondente crescimento da oposição ao regime de exceção que nos sufoca há catorze anos, e a crescente exigência do estabelecimento de um Estado de Direito e democrático. O grande número de vítimas confere amplitude e legitimidade à luta pela anistia; mas a base não é só o grande número de brasileiros, mas o próprio povo, no seu conjunto, com a sua aspiração política de liberdade.”¹⁸⁹

O general Pery Beviláqua, aposentado com base no AI-5 após defender a anistia a presos políticos e cassados enquanto era ministro do Supremo Tribunal Militar, acrescentou que a anistia também deveria ser “Recíproca”, ou seja, “atingir até os funcionários do regime que cometeram atos de violência contra presos políticos, tais como torturas, prisões ilegais, etc.”¹⁹⁰ A Anistia Ampla e Irrestrita é “a medida mais corrente e humana” e “a forma mais justa de pelo menos recuperar os

¹⁸⁶ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

¹⁸⁷ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

¹⁸⁸ PELA Anistia. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

¹⁸⁹ ALEXANDRE, Manoel. Anistia. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 5, 1978.

¹⁹⁰ PELA ANISTIA. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

injustiçados para a vida civil normal.”¹⁹¹ O núcleo também adotou a partir de sua criação o programa do Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA.

No dia 23 de junho de 1978, no auditório do IPAR aconteceu a solenidade de formação do Núcleo Pró-Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, que ficaria responsável pelo desenvolvimento do movimento. Participaram da cerimônia: o General do Exército Pery Beviláqua; Nise Jinkings (representante do DCE); João Marques (vereador do MDB); Frei Luis (Secretário da CNBB regional Norte); os professores da Universidade Federal do Pará, Paulo Klautau e Manoel Alexandre; e o estudante e 1º Presidente do Diretório do CESEP, João Batista. Neste encontro foi defendida a

Anistia ampla, geral e irrestrita, com a punição dos torturadores, acusados de crime contra a humanidade. Democracia plena e irrestrita, com a liberdade de expressão e organização de partidos políticos, inclusive do partido dos trabalhadores. Desmantelamento do aparelho repressivo do Estado e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para reorganizar a vida da Nação.¹⁹²

Para o coordenador do Núcleo Pró-Anistia, Manoel Alexandre: a luta pela anistia estava “ligada inseparavelmente à defesa dos direitos humanos e à existência das liberdades democráticas que ponham fim à tortura, aos assassinatos políticos, ao desaparecimento e sequestro de cidadãos, às prisões arbitrárias”, também “inexistência de direito de defesa, restabelecimento pleno do Habeas Corpus e da cidadania para milhares de brasileiros que vivem exilados ou banidos.”¹⁹³ Trata-se de “apagar o ‘crime’ e todos os efeitos legais dele decorrentes.”¹⁹⁴

Quanto à modalidade ela pode ser: - Absoluta “quando não estabelece nenhuma condição para o gozo de seus benefícios”; - Plena ou Irrestrita “quando assegura o completo retorno às condições anteriores à punição”; - Limitada “quando exclui pessoas, grupos ou fatos”; - Condicional quando estabelece condições para o seu gozo”; e as - Restritas “que não asseguram o retorno às condições anteriores à punição”. É aplicada para o ato: - de inspiração política (inclui “a rebelião, a revolta, o motim por motivos políticos, a revolução”); - conexo (“tido na legislação penal comum como criminoso, mas que foi realizado para fins políticos”); e - coletivo

¹⁹¹ *Ibid.*, 1978, p. 2.

¹⁹² OU FICAR a pátria livre... **Resistência**, Belém, n. 4, p. 3, jul. 1978.

¹⁹³ ALEXANDRE, Manoel. Anistia. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 5, 1978.

¹⁹⁴ *Ibid.*, 1978, p. 5.

(“greve de operários ou estudantes, ou uma resistência coletiva de posseiros em defesa de suas terras”)¹⁹⁵.

Outra garantia é a do direito à liberdade de reunião. O Art. 20 da DUDH prevê: “Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.”¹⁹⁶ E o item 5 da Carta de Princípios: “Direito a formação de organizações de bairro e classes”¹⁹⁷. Isso garante a composição de sindicatos como o dos jornalistas, por exemplo, que “reunidos deverão reforçar o sentido de organização da categoria [...] já que somente dessa forma poderão enfrentar as pressões econômicas [...], a legislação repressiva que cerceia o livre exercício da profissão, e contra qualquer forma de controle da informação.”¹⁹⁸

Aqui também pode ser aplicado o item 7 da mesma Carta que prevê a “liberdade de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e convicção político-filosófica”. Mas nem sempre essas liberdades eram respeitadas. Em 1980, durante o VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro, cerca de 90 pessoas foram presas pela Polícia Federal, entre elas estava Raimundo Jinkings, jornalista responsável de *Resistência*. Tanto a SDDH, como o jornal solidarizam-se com o seu jornalista “por entender como essenciais os direitos de manifestação do pensamento, de reunião e de organização, inclusive para os partidos obrigados à clandestinidade.”¹⁹⁹ Durante este episódio a polícia também invadiu o jornal *Voz da Unidade* e saqueou seus arquivos. Em 1979, durante as greves, os operários Santos Dias (São Paulo) e Orocílio Martins (Minas Gerais) foram mortos pela repressão. Em 1980 trabalhadores no ABC foram espancados e líderes sindicais presos.

Moradores também se organizavam. A Comunidade de Base do Jurunas (Cobajur) realizou um encontro onde os principais eixos de luta deliberados foram: contra a carestia, direito de morar e a reorganização da campanha “Escola para todos.” As organizações eram necessárias para que se discutam os problemas, como: “a falta de água, comida, escolas, hospitais, até os problemas da política, do AI-5, das eleições, das liberdades democráticas.”²⁰⁰

O direito à instrução é previsto pelo Art. 26 da DUDH. Ele diz que “Todo ser humano tem direito à instrução” e que “será gratuita, pelo menos nos graus

¹⁹⁵ *Ibid.*, 1978, p. 5.

¹⁹⁶ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

¹⁹⁷ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

¹⁹⁸ JORNALISTAS vão discutir liberdade de imprensa. **Resistência**, Belém, n. 19, p. 2, dez. 1980.

¹⁹⁹ SOLIDARIEDADE a Jinkings e ao “Voz da Unidade”. **Resistência**, nº 46, p. 2, dez. 1982.

²⁰⁰ A MELHOR tática contra a pobreza. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Direitos Humanos, p. 3.

elementares e fundamentais. [...] A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.” Educação é o terceiro item assegurado pela Carta de Princípios: “Ensino público gratuito em todos os níveis”²⁰¹. As notícias veiculadas pelo *Resistência* revelam outra realidade. Uma dessas matérias mostra que alunos dos bairros Atalaia, Guanabara e Brasília foram prejudicados com o fechamento da escola de 1º grau, de propriedade das freiras Betânias, porque o “convênio com a SEDUC não dava nem para pagar a limpeza.”²⁰². Outra edição traz: “Governo não cumpre a lei. Tá faltando escola”²⁰³.

Figura 26 – Capa da Edição nº 1, de março/78



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Outro direito usurpado do povo era o de escolher os seus representantes. O direito a liberdade de voto é o 15º item na Carta de princípios da SDDH, publicada pelo *Resistência* de fevereiro/78. Ele trata sobre o: “Respeito e garantia de eleições periódicas e livres por sufrágio universal e secreto.”²⁰⁴ A DUDH garante em seu Art. 21 que

²⁰¹ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

²⁰² KLAUTAU, Afonso. **Resistência**, Belém, n. 1, mar. 1978. Varejo, p. 2.

²⁰³ PEDRO, João. Governo não cumpre a lei. Tá faltando escola. **Resistência**, Belém, n. 1, p. 7, mar. 1978.

²⁰⁴ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento.

1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
[...]
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.²⁰⁵

Conforme o argumento utilizado por aqueles que impediam o voto popular, o motivo era porque o povo não estava preparado para escolher os seus governantes. Desde 1964 a escolha de governadores e presidentes era de forma indireta, sendo os primeiros eleitos pelas Assembleias Estaduais e o segundo pelo Congresso Nacional. O *Resistência* sempre esteve presente e atento aos períodos de sucessão, como em 1979 quando o presidente seria eleito por um conjunto de aproximadamente 800 pessoas, formado por deputados federais, senadores, governadores e representantes de outras assembleias. No lugar de milhões de brasileiros, esse Colégio Eleitoral apenas referendaria “as ordens do presidente Geisel” que indicou, como “homem de sua preferência”, o general João Baptista de Figueiredo, candidato com ideias e um programa de governo desconhecidos. Com objetivo de que o povo participasse de alguma forma o mensário da SDDH publicou comentários, matérias e realizou enquete sobre a sucessão. O resultado foi: um candidato elogiado pelos militares, visto com cautela por políticos e empresários e sem a manifestação da população. E a imagem que representa melhor aquele momento é a figura reproduzida pelo *Jornal do Brasil*:

Figura 27 – “A surpresa do povo”



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

A sucessão presidencial em 1979 levou o general João Baptista Figueiredo ao poder por eleição indireta. 800 políticos substituíram milhões de

²⁰⁵ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948

brasileiros lesados em seu direito de escolha democrática.”²⁰⁶ O mesmo procedimento levou ao cargo de governador do estado do Pará, o deputado federal Alacid Nunes: “Ninguém votou, ninguém deu teco, ninguém opinou. Apenas as oito estrelas, do atual e do futuro presidente da República, as idéias medievais e atrasadas do ministro da Justiça, a subserviência desregrada do presidente da Arena”, além de “uma intrincada linha de influências palacianas, onde o poder do dinheiro e da força é que acabam determinando.”²⁰⁷ Eleições indiretas colocam na Administração Pública homens que nada tinham “em comum com o povo. Que nunca, efetivamente, fizeram nada para melhorar-lhe as tão duras condições em que vive.”²⁰⁸

Nas ruas e nas mãos do povo o *Resistência* fazia valer o direito pela informação, um dos primeiros defendidos pelo periódico. Mas, Luiz Maklouf expõe logo no primeiro número a preferência que a maior parte da população tem por outros meios de comunicação, deixando o jornal como ultimo item na lista de escolhas. Cogita que talvez o motivo seja o preço do exemplar; ou a linguagem complicada ou muito “frouxa”. Para ele o certo seria uma comunicação clara e simples que mostrasse ao leitor os fatos corretamente. Seguindo essa linha o jornal também mantinha o compromisso de reservar a maior parte de seu espaço à população. E ele cumpria essa tarefa expondo em suas páginas as angustias de quem se sentisse lesado em algum direito. Entre esses estava também o respeito à liberdade de opinião e expressão, previsto pelo Art. 19 da DUDH:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.²⁰⁹

Com base nisto a SDDH protege e defende a “liberdade de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e convicção político-filosófica.”²¹⁰ Uma garantia violada muitas vezes com as apreensões de exemplares, causando danos materiais e informativos. Entre os casos registrados pelo *Resistência* está o do alternativo *Repórter* que teve parte de sua edição apreendida por trazer na capa a imagem do general Figueiredo vestido de rainha da Inglaterra ao lado da “chamada

²⁰⁶ MARIA, José. E se o Magalhães ganhar?. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Sucessão, p. 4.

²⁰⁷ A CONFUSÃO do governo. **Resistência**, Belém, n. 2, mai. 1978. Editorial, p. 3.

²⁰⁸ *Ibid.*, 1978, p. 3.

²⁰⁹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948

²¹⁰ A CARTA de princípios. **Resistência**, Belém, n. 0, fev. 1978. Documento, item 7.

‘Figueiredo é a nossa rainha’, como a mostrar que ele reinará mas não vai governar.”²¹¹ Uma prova do atentado à liberdade de imprensa condenado pelo jornal da SDDH que “se solidariza com os jornalistas do REPORTER, assim como de qualquer um que tenha seu direito de livre expressão cerceado pelos órgãos de repressão.”²¹²

Figura 28 – Capa do jornal *Repórter*



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Apreensão do *Pasquim* aconteceu após a publicação de uma montagem com o rosto do presidente Figueiredo colado em um corpo feminino usando biquíni e sobre um bolo com a indicação de “Feliz aniversário”. O *Resistência* noticiou o ocorrido com o seguinte texto: “A ditadura militar, além de tudo, não tem senso de humor. O ministro da Justiça Abi Ackel, mandou apreender a edição do semanário ‘Pasquim’, causando grande prejuízo à editora Codecri.”²¹³

²¹¹ IMPRENSA. *Resistência*, Belém, n. 9, P. 10, fev. 1979.

²¹² *Ibid.*, 1979, p. 10.

²¹³ PASQUIM. *Resistência*, Belém, ano II, n. 11, p. 17, abr. 1980.

Figura 29 – Capa do semanário *Pasquim*

Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

O próprio *Resistência* “pagou” pelas denúncias que fez. Teve exemplares apreendidos, colaboradores perseguidos, sede invadida e gráfica destruída. Segundo a nota publicada durante a primeira interrupção de suas edições: “qualquer verdade tem um preço alto”. Foram necessárias várias campanhas de reestruturação. Mas o prejuízo ultrapassou a questão financeira. Após outra crise que o manteve fora de circulação durante um ano, reconhece em seu editorial que esse tempo “sem o RESISTÊNCIA circulando nos locais de trabalho, no Campo, nos Bairros e escolas foi um prejuízo para a [...] luta.”²¹⁴ Um prejuízo intelectual e informativo porque a interrupção das edições agredia o direito a informação e a liberdade de expressão.

Mesmo, como instrumento na luta pelos direitos humanos o *Resistência* defendia, principalmente, o direito à informação sem se intimidar com perseguições. Ao publicar a matéria especial sobre a guerrilha do Araguaia, em agosto/78, justificou que duas razões motivaram a transcrição: “a seriedade do assunto, até há pouco o maior tabu da imprensa brasileira; e o fato de a luta do Araguaia ter-se desenvolvido na Amazônia, pelo que o nosso povo precisa ser informado dos acontecimentos.”²¹⁵

²¹⁴ EDITORIAL. *Resistência*, Belém, n. 64, p. 2, dez. 1984.

²¹⁵ A GUERRILHA do Araguaia. *Resistência*, Belém, n. 5, ago. 1978. Especial, p. 9.

O jornal *Movimento* também teve seus direitos e liberdades desrespeitados. Sofreu invasões, sequestrados, interrogatórios, detenções, ameaças e intimidação de funcionários e seus parentes. Atoos terroristas executados em represália às ideias propagadas pelo periódico, como: o fim do regime; uma “Constituinte soberana, democrática e livremente eleita como única forma de estabelecer nesse país um regime de ampla participação popular”²¹⁶; assim como “uma anistia ampla, geral e irrestrita que devolva ao povo a possibilidade de escolher livremente os seus dirigentes e concidadãos de pleno direito.”²¹⁷

Um momento de discussões sobre “Direitos” aconteceu durante o III Congresso Nacional Pela Liberdade de Imprensa, realizado em Belém, pelo Sindicato da categoria, durante o período de 11 a 13 de dezembro/80 e teve como primeiro tema “O jornalista, a sociedade e o exercício da Liberdade de Imprensa”. Nas plenárias os debates aconteceram em torno de questões como:

o direito social à informação e à liberdade para divulgá-la; as formas tradicionais de censura: prévia, autocensura e censura econômica; as novas formas de censura: armada e paraestatal; toda a legislação censural e repressiva, tais como a Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional, Código Nacional de Telecomunicações, Estatuto dos Estrangeiros; a censura no rádio e televisão.²¹⁸

No período de abertura o ministro das comunicações anunciou “a volta da censura prévia nos jornais”, mas com outro rótulo: “Lei das responsabilidades.”²¹⁹ Em “plena liberdade de imprensa no Brasil” existiam: 21 jornalistas processados com base na Lei de Segurança Nacional. O jornalista Paulo Roberto Ferreira, do jornal *Resistência* foi processado, junto com mais dois sócios da gráfica Suyá, acusado de imprimir “material subversivo.”²²⁰ Sem provas o processo foi arquivado.

Mesmo com os direitos garantidos a imprensa era impedida de divulgar certas notícias. Sem condições de reprimir a greve (40.000 operários) do ABC Paulista por ser um movimento pacífico, o governo decidiu censurar qualquer notícia sobre a divulgação do movimento operário “nos meios de comunicação de maior acesso ao público: rádio e televisão.”²²¹

²¹⁶ EDIÇÃO S/A. A perseguição ao jornal “Movimento”. *Resistência*, Belém, n. 2, p. 4, mai. 1978.

²¹⁷ *Ibid.*, 1978, p. 4.

²¹⁸ JORNALISTAS discutiram liberdade de imprensa. *Resistência*, Belém, n. 20, p. 2, jan. 1981.

²¹⁹ FERREIRA, Paulo Roberto. *Resistência*, Belém, n. 13, jun. 1980. Varejo, p. 11.

²²⁰ 21 JORNALISTAS atingidos pela LSN. *Resistência*, Ano VI, nº 57, jun. 1983. Folha Repressão, Imprensa, p. 6.

²²¹ AS MÁQUINAS simplesmente pararam. *Resistência*, Belém, n. 3, p. 4, 1978.

A censura sempre esteve presente em cada período da história. Ela não é exclusividade do período da ditadura militar no Brasil (1964–1985), por exemplo, em 1904 já havia um sensor acompanhando as publicações no jornal *Correio da manhã*. Também não é uma exclusividade da imprensa, ela aparece em outras manifestações, como: na literatura, no cinema, na música, etc., que também sentiram os cortes de sua “tesoura” ou o silêncio de sua mordaza inibidora. Sua atuação é evidente durante os períodos ditatoriais, quando a vigilância aumenta, principalmente com relação aos adversários (sejam eles de qualquer esfera: social, política, etc.). Quando se observa a história da censura na imprensa essa constatação ganha mais destaque. Um recorte histórico que confirma essa atuação da censura no Pará é o período da ditadura militar no Brasil que durou de 1964 até 1985.

A presença dos agentes da repressão era constante dentro das redações dos jornais. Também se tornou constante a experiência “de enfrentar e conviver com as restrições do período da ditadura [...]”²²² Mas a censura não se limitou aos jornais impressos. Ela expandiu-se para outras formas de expressão: teatro, música, literatura, cinema, fotografia, desenhos, gravuras, arte em geral. Nestas áreas o papel castrador agia como mordaza que era “o modo de operar dos agentes da repressão [...]”²²³ No contexto político e social a rotina era de prisões e perseguições a lideranças estudantis, sindicais e culturais. A censura era o instrumento pelo qual a repressão revelava a sua fúria “contra a literatura, o teatro, a música, e o cinema no Pará.”²²⁴

Por ser um instrumento de controle, ela servia como filtro sobre o que poderia ser divulgado. Muitos textos foram vetados e outros aprovados com mutilações, como os casos citados pela Professora Dra. Zélia Amador de Deus, do Instituto de Ciências da Arte, em entrevista²²⁵ a Paulo Roberto Ferreira²²⁶: a montagem do texto *Interrogatório*, de Peter Weiss, pelo “Grupação” (Zélia Amador, Luiz Otávio Barata, Margareth Refkalesky, Walter Bandeira e Mariza Mokarzel) foi desconsiderada por falta de coerência textual após os diversos cortes realizados

²²² FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará**: a mordaza a partir de 1964. – 1. ed. – Belém, PA : Paka-Tatu, 2015. p. 13.

²²³ *Ibid.*, 2015, p. 14.

²²⁴ *Ibid.*, 2015, p. 14.

²²⁵ Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2013. FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará**: a mordaza a partir de 1964. 1. ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2015. p. 109.

²²⁶ Jornalista; Mestre em Ciências da Educação; Professor Universitário; e Pesquisador de história da mídia.

pelos censores de Brasília; em outra montagem, *Coronel de Macambira*, de Joaquim Cardoso, utilizado como avaliação dos alunos da Escola de Teatro da Universidade Federal do Pará, também precisou de ajustes devido às várias mutilações. Por isso algumas técnicas de distração – bastante citadas em textos sobre a censura – eram utilizadas para disfarçar aquilo que os censores não deveriam notar. Em regimes ditatoriais esses recursos são bastante utilizados na produção artística. Ali Mazrui explica que durante a repressão do colonialismo a poesia tornou-se uma forte aliada da política e por se apresentar “cifrada” exige mais atenção do leitor. Esta situação aparece descrita na fala de um dos personagens de Lídia Jorge, que diz: “Nos regimes como este [...] não se escreve, cifra-se. Não se lê, decifra-se.”²²⁷

Em Belém, o universo literário também sofreu ações da censura, por exemplo, o fechamento da 1ª Feira do Livro e Exposição de Arte Infanto-Juvenil por ordem do Brigadeiro Rodopiano Barbalho. O evento era realizado pelas Livrarias: Jinkings, Grão Pará e Nossa Livraria de Belém com apoio dos ministérios da Educação e do Exército. Fato registrado em o “Jornal do Brasil, de 28 de outubro de 1980, com o título ‘Brigadeiro fecha feira do livro, em Belém’.”²²⁸

Além da presença dos sensores, havia também a autocensura. Os jornais que, apesar de toda repressão, conseguiam escrever de forma mais crítica eram aqueles identificados como alternativos. Por isso pagavam com: perdas, prisões, detenções, intimidações, perseguições e até mesmo encerravam as suas atividades. Kucinski atribui ao termo “alternativo” quatro significados: algo que não está ligado a políticas dominantes; uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; única saída para uma situação difícil; e o desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam.²²⁹

Segundo o prof. Roberto Corrêa²³⁰, um dos responsáveis pelo jornal *O Papagaio*, informativo do Curso de Economia da Universidade Federal do Pará, diz que após o golpe civil-militar de 1964 a sua geração que nos “anos 50 frequentara os salões iluminados das festas de quinze anos, dançando o rock e o twist” passou nas décadas de 1960 e 1970 “a frequentar a penumbra fumacenta dos inferninhos”

²²⁷ JORGE, Lídia. *A costa dos murmúrios*. – Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 161.

²²⁸ FERREIRA, Paulo R. Mordaça nas artes: literatura, teatro, cinema e música. In: FERREIRA, Paulo R. **A censura no Pará: a mordaça a partir de 1964**. – 1. ed. Belém, PA : Paka-Tatu, 2015. p. 96.

²²⁹ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

²³⁰ É professor da Faculdade de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Cedeu os arquivos digitalizados do jornal *O Papagaio*.

onde ouviam “Chico Buarque, Caetano, Gil, Bob Dylan, Aretha Franklin e os Beatles, discutindo a corrente filosófica da moda: Karl Marx, Sartre, Marcuse e Garaudy, Celso Furtado, Keynes, ou Freud”. O ponto de encontro nas manhãs de sábado era a livraria Martins onde se misturavam aos intelectuais. O professor lembra ainda do “Dr. Levy Hall de Moura [...] comentando as últimas novidades editoriais”²³¹. A população de Belém, assim como do resto do país, no início dos anos de 1960, também

vivia uma efervescência política e intelectual. Seminários, congressos, cineclubes, teatro amador, salões de arte, tudo isso e muito mais, compunha a cena do despertar de uma geração ávida de saber e que [...] desejava, ardentemente, participar do processo de mudanças estruturais que ocorria em todo o mundo do pós-guerra.²³²

Uma época em que as paixões de direita e de esquerda transformavam os fóruns de debates em “rinhas ideológicas”. Havia também o embate na música, como

nas piegas canções do tipo “Eu te amo Brasil eu Te amo...”, ou nas apelativas e sentimentaloides de Roberto Carlos com seu “Obrigado Senhor por mais um dia...” [enquanto que] na contramão do adesismo, Chico Buarque atacava com o seu “Diz que Deus diz que dá, não vou duvidar oh nega...”²³³

No Brasil, durante o período de “1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar.”²³⁴, entre eles sugeriram: *Pif Paf*, *Opinião*, *O Bondinho*, *Versus*, *O Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Resistência* entre outros. Segundo Kucinski

havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960 [...] foram [...] os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas [...] Diversamente da contra-cultura norte-americana dos anos de 1950 e 1960.

A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a

²³¹ CORRÊA, Roberto. O primeiro de abril de 1964 e as lembranças de uma época. **Diário do Pará**, Belém, 04 abr. 1994, p. B-7.

²³² CORRÊA, 1994, p. 7.

²³³ *Ibid.*, 1994, p. 7.

²³⁴ *Ibid.*, 1994, p. 7.

primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.²³⁵

Apesar de produção independente, alguns não escaparam ao controle da censura. Driblando o autoritarismo atuavam criticamente defendendo a democracia, os direitos humanos e denunciando qualquer forma de abusos por parte do governo. As ações repressoras apareciam como resposta. Um periódico que sofreu punições foi o semanário *Movimento*. A diretoria de Edição S/A desabafa:

Além da feroz censura a que este jornal já é submetido desde o seu número experimental, querem destruí-lo. E para isso procuram isolá-lo. O governo criou um conceito de falsa liberdade de imprensa e as forças obscurantistas procuram levá-lo até o fim: querem dizer que existe total liberdade de imprensa no país e para isto basta que destruam os remanescentes jornais censurados do país que ainda sobrevivem.²³⁶

Em junho/78 a censura prévia atingiu três jornais no país: *O São Paulo*, da arquidiocese de D. Evaristo Arns; a *Tribuna de Imprensa* e o *Movimento*. Este último estava sofrendo as “consequências das mesmas violências que levaram *Opinião* a suspender sua circulação.”²³⁷ Elementos invadiram os escritórios do jornal no Rio de Janeiro e apesar da direção de sua editora recorrer ao ministro da Justiça pedindo providências ninguém foi preso. O sr. Armando Falcão nunca recebeu os editores do jornal e também “nenhuma providência foi tomada para apurar a responsabilidade pela violência assim como outras atitudes suspeitas dos mesmos elementos que praticaram a invasão.”²³⁸

Quando este jornal deixou de ser censurado o *Resistência*, que também nas edições de julho/78 e setembro/78 circulou com tarjas pretas sobre determinadas colunas, publicou uma nota: “Finalmente foi suspensa a censura prévia nos jornais. Mas pesa sobre nós ainda as incertezas das leis de excessão[sic]”²³⁹ A censura previa foi regulamentada em 26 de janeiro de 1970 pelo Decreto-Lei 1.077 para livros e periódicos.

²³⁵ KUCINSKI, 2001, p. 5-6

²³⁶ EDIÇÃO S/A. A perseguição ao jornal “Movimento”. **Resistência**, Belém, n. 2, p. 4, mai. 1978.

²³⁷ SOUZA, J. M. A luta do “Opinião” contra a censura. **Resistência**, Belém, n. 3, p. 10, jun. 1978.

²³⁸ *Ibid.*, 1978, p. 10.

²³⁹ SEM censura. **Resistência**, Belém, n. 4, jun. 1978. Cartas, p. 15

Figura 30 – Cartaz “Movimento sem censura”



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

Outras proibições ocorreram também aos colaboradores do jornal, como aconteceu com o vereador João Marques, do PMDB que teve seu nome censurado pela direção do jornal *O Estado do Pará* em “matéria sobre a briga Aeronáutica/Pedreira (dia 7/9), transcrevendo documento dos moradores do bairro, onde consta o nome do parlamentar como advogado do povo, ‘O Estado’ simplesmente o suprimiu.” *Resistência* explica que o

ataque ao vereador começou com um artigo assinado por engano pelo diretor da empresa, Avertano Rocha, mas na verdade redigido por um outro diretor, Irawaldir Rocha. Tudo porque João Marques vinha fazendo sistemáticas e justas críticas à desastrosa administração do prefeito Felipe Santana – que, aliás, só o jornal do Avertano Rocha tem o desplante de defender.”²⁴⁰

O jornal da SDDH se solidarizou com os alternativos submetidos a ações repressivas e reafirmou-se como instrumento de apoio às lutas populares por melhores condições de vida para a população, principalmente pelos mais necessitados e manteve sua linha editorial de oposição e combate aos abusos do regime. Além dos problemas do dia a dia da população urbana e rural, os assuntos “tortura” e “guerrilha” aparecem estampados nas colunas de algumas edções do periódico. Como visto anteriormente, essa postura combativa lhe rendeu perseguições, apreensões, interrogatórios, invasões e boicote agravando a crise

²⁴⁰ CARVALHO, L. M. Censura. *Resistência*, Belém, n. 17, out. 1980. Imprensa, p. 2.

financeira, causando atrasos e interrupções em sua periodicidade. O jornal contava com a colaboração efetiva dos sócios da SDDH, simpatizantes, e com o apoio de diversas entidades democráticas e movimentos de base. Passou por sérias crises financeiras e deixou de circular em alguns períodos. A cada interrupção o prejuízo foi “para a luta” em geral, porque no campo ou na cidade os problemas continuavam acontecendo sem que houvesse um espaço para serem divulgados à população.

Resistência representa um papel importante: como mídia impressa que apresenta um teor testemunhal (quando revela acontecimentos de determinada época) e permite a recuperação da memória; como fonte (quando fornece dados relevantes para a construção de determinado período ou assunto que se deseja estudar); e como objeto (quando serve de evidência para validar ou contestar assuntos). É possível identificar no jornal uma escrita de teor testemunhal como, por exemplo, o relato de testemunhas que revelam os seus dias.

O jornalista quando escreve sobre um momento ou um fato de sua atualidade deixa naquele registro um teor testemunhal. A ocorrência relatada através de um determinado ponto de vista, pode se apresentar ao leitor com outras interpretações. Ele serve como mediador entre o passado e o presente, o assunto e o leitor. Esse mediador, que é uma terceira pessoa dando seu testemunho sobre o que ouviu do outro ou viu em determinada época, aparece menos possível no texto. Por causa da censura, algumas matérias não possuem autoria ou apresentam codinome. Por esse motivo não foi possível comprovar o autor de certas matérias encontradas nos exemplares pesquisados.

Com ou sem autoria identificada o jornal *Resistência* serviu como importante fonte de informação e objeto de estudo. Para Luca o noticiário impresso é como a enciclopédia do cotidiano. O historiador José Honório Rodrigues entende o jornal como uma das “principais fontes de informação histórica”, assim como reconhece também, que às vezes, não há independência e nem exatidão no seu conteúdo editorial sendo caracterizado como uma mistura de imparcialidade e do tendencioso.

4 A RESISTÊNCIA NOS POEMAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

A guerrilha do Araguaia foi um movimento revolucionário ocorrido no Norte do Brasil durante a primeira metade da década de 1970. Segundo o Dossiê sobre a ditadura, os guerrilheiros começaram a chegar à região desde 1966²⁴¹ e estabeleceram-se em uma área estratégica localizada entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás (atual Tocantins). Durante a repressão as Forças Armadas mobilizaram cerca de sete mil militares²⁴² contra setenta e três guerrilheiros divididos em três destacamentos. O Exército realizou três campanhas e até o final de 1973 vinte guerrilheiros foram mortos, todos os prisioneiros executados, alguns corpos decapitados e enterrados em bases militares.²⁴³ O tema “guerrilha do Araguaia” permaneceu longe das páginas dos periódicos durante muito tempo. Somente após a censura prévia (1978) poucos jornais ousaram publicar matérias referentes à luta armada do Norte do Brasil. Os jornais *Movimento*, *Coojornal* e *Resistência* romperam o silêncio.

O movimento criou a União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULPD), responsável pelo lançamento do programa “Em Defesa do Povo Pobre”. Elza Monnerat disse ao jornal *Movimento* que se tratava de uma “síntese das principais reivindicações da região [...] mais ou menos as mesmas [...] da maior parte das zonas camponesas do país.”²⁴⁴ Contou também que durante a guerrilha surgiram poetas e músicos entre o grupo que compuseram o Hino dos guerrilheiros, dois poemas em estilo de literatura de cordel e várias poesias dedicadas a Helenira Rezende de Sousa Nazareth (a Fátima) e João Carlos Haas Sobrinho (o Juca).

Em fevereiro/79 o jornal *Resistência* publicou, com exclusividade, oito “poemas da guerrilha do Araguaia” (Anexo D): *Cantar é preciso*; *Verso & Reverso*; *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia*; *Eh Marabá*; *O Finado Joaquim*; *O início*; *Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia*; e *Poema do Soldado Morto*²⁴⁵, supostamente escritos por componentes do grupo. Eles fazem parte do folheto

²⁴¹ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 403.

²⁴² Segundo o mapa sobre as operações, no verso do livro *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade* (Anexo F), na 1ª campanha foram 5 mil homens; na 2ª de 8 a 10 mil; e na 3ª de 5 a 6 mil.

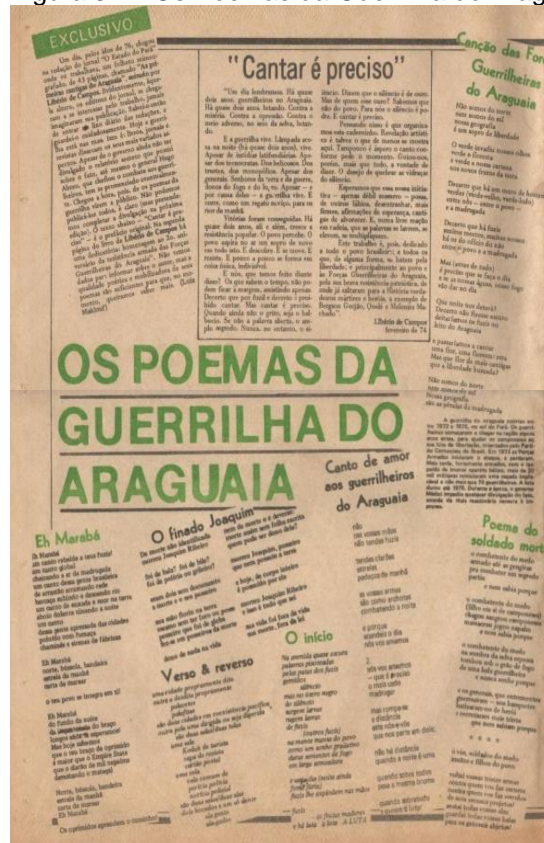
²⁴³ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, *op. cit.*, 2009. p. 403.

²⁴⁴ Por que tanto segredo. *Resistência*, Belém, nº 5, ago. 1978. Especial, p. 13.

²⁴⁵ MAKLOUF, Luiz. Os poemas da guerrilha do Araguaia. *Resistência*, Pará, N. 9, fev. 1979, p. 24.

mimeografado com quarenta e três²⁴⁶ páginas, intitulado *Primeiras Cantigas do Araguaia*, de Libério de Campos.

Figura 31 – Os Poemas da Guerrilha do Araguaia



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

A dedicatória, na segunda página, indica ser uma produção em “homenagem ao 2º aniversário [1974] da resistência armada das Forças Guerrilheiras do Araguaia.”²⁴⁷ Segundo relato de Luiz Maklouf Carvalho, em 1976 o material foi entregue na redação de *O Estado do Pará*. Sem a possibilidade de publicação permaneceu longe do conhecimento do público até 1979, quando foi publicado parcialmente no jornal *Resistência*. Sobre o autor, Luiz Maklouf, responsável pela obra, revelou não haver dados. Segundo a apresentação disponível na versão eletrônica do folheto “Libério de Campos pode ser uma alusão dos autores aos objetivos de sua luta – ‘Liberdade-Camponeses’.”²⁴⁸

²⁴⁶ A versão online recebeu mais duas poesias entregues por um ex-exilado na Suécia: *A HELENIRA REZENDE* e alguns fragmentos *ESCUCHA LA VOZ DEL ARAGUAIA*.

²⁴⁷ MAKLOUF, Luiz. Os poemas da guerrilha do Araguaia. *Resistência*, Pará, N. 9, fev. 1979, p. 24.

²⁴⁸ FAMILIARES de mortos e desaparecidos há guerrilha do Araguaia. Apresentação. In: CAMPOS, Libério. **Primeiras Cantigas do Araguaia**. 1980. Disponível em:

Realmente não existe entre os componentes do movimento ninguém com esta identificação, nem como “nome” ou “codinome”. A referência mais próxima é a do militante conhecido como “Joca”, ou Líbero Giancarlo Castiglia, italiano, filho de ativistas (mãe afiliada ao Partido Comunista Italiano e pai ao Partido Socialista) ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e após 1964 passou a viver na clandestinidade. Realizou cursos de capacitação política e militar na China e na Albânia. Era amigo de André Grabois e chegou ao Sudeste do Pará no final de 1967 junto com Maurício Grabois e Elza Monnerat. Adotou o nome de João Bispo Ferreira da Silva, estabeleceu-se como comerciante na localidade de Faveira e integrou a comissão militar da Guerrilha do Araguaia.²⁴⁹ Está desaparecido desde o dia 25 de dezembro de 1973. Além da semelhança dos nomes nada consta sobre ele ser o verdadeiro autor dos poemas. Com relação a seu desaparecimento o Dossiê informa que

Nenhum dos três relatórios dos ministérios militares entregues ao ministro da Justiça [...] em 1993, faz menção a Líbero. Algumas matérias jornalísticas fazem referência [a outros] combatentes. Em todas as pesquisas feitas na região, não surgiu nenhuma referência à presença de Líbero ou “Joca”, após o dia 25 de dezembro de 1973.²⁵⁰

Se não há comprovação de que os combatentes da guerrilha escreveram os poemas de *Primeiras Cantigas do Araguaia*, também não se pode provar o contrário. Assim, considerando este argumento; mais a informação de Luiz Maklouf, de que “a qualidade poética e mobilizadora de seus [versos] são suficientes para que [...] queiramos saber mais”²⁵¹ e a disponibilizada na versão eletrônica que diz: “Quem as lê percebe que, de fato, foram feitas por pessoas muito íntimas da guerrilha”²⁵², os oito poemas, independente de quem os escreveu, são considerados neste como objeto neste estudo por estarem relacionados à guerrilha do Araguaia. A partir do próximo parágrafo os poemas serão apresentados para identificação de seus enquadramentos na poética de resistência: como **tema** ou como **processo**.

<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=21032&Pesq=>

Acesso em: 17 jun. 2017.

²⁴⁹ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 520-521.

²⁵⁰ *Ibid.*, 2009. p. 520-521.

²⁵¹ MAKLOUF, Luiz. Os poemas da guerrilha do Araguaia. **Resistência**, Pará, N. 9, fev. 1979, p. 24.

²⁵² FAMILIARES de mortos e desaparecidos há guerrilha do Araguaia, 1980.

4.1 A Poética de Resistência

A primeira frase no capítulo “Narrativa e Resistência”, de Alfredo Bosi é: “Resistência é um conceito originalmente ético, e não estético.”²⁵³ Ela está ligada à força de vontade no sentido de opor-se a forças externas. A arte, porém, estaria relacionada às potências do conhecimento e não de força de vontade. Neste sentido, “não se deveria misturar conceitos próprios da arte e conceitos próprios da ética e da política.”²⁵⁴ Mas, ele também nos oferece a solução ao dizer que é possível passar “da esfera ética para a estética” quando o autor explora os seus valores (força) que “repelem e combatem os antivalores respectivos.”²⁵⁵ Com vários exemplos Bosi chega às aproximações entre narrativa e resistência, identificando duas maneiras: *resistência como tema*; e *resistência como processo construtivo*.

A primeira está relacionada a obras que representam o engajamento do autor contra determinada ideologia dominante (política ou filosófica, ou regime) posicionada historicamente. Para Bosi o “tema da resistência se universaliza na cultura existencialista. Confere uma dimensão ética a uma atitude que transcende a fato da oposição.”²⁵⁶ A escrita é: não conformista, revolucionária, de recusa. Trata-se da relação entre narrativa e resistência ética ocorrida em um âmbito com significado temporal, inserido na cultura de resistência política. O conflito não acontece dentro da personagem. Ela é provocada por determinado impulso externo que a motiva a reagir ou resistir.

A segunda é sobre obras “escritas independentemente de qualquer cultura política militante” que mostre “uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema.”²⁵⁷ O embate vai além do estilo e da mentalidade dominante. Basicamente a tensão ocorre em dois momentos: antes (a ideia, o motivo, a origem) e durante o próprio processo de escrita. Com relação à poesia o autor identificou as modalidades: a resistência da *sátira* e da *paródia*; a resistência profunda da *poesia mítica*; a resistência

²⁵³ BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. In: BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118.

²⁵⁴ *Ibid.*, 2002, p. 118-119.

²⁵⁵ *Ibid.*, 2002. p. 120.

²⁵⁶ *Ibid.*, 2002. p. 129.

²⁵⁷ *Ibid.*, 2002. p. 129.

interiorizada da *lógica* (memória e imaginação enlaçadas); e a resistência que se faz *projeto* ou *utopia* no poema voltado para a dimensão do futuro.²⁵⁸ Ele define:

A poesia, forma auroral da cultura, está aquém da teoria e da ação ética, o que não significa, porém, que não possa conter em si a *sua verdade*, a *sua moral*; e sobretudo, o seu modo, figural e expressivo, de revelar a mentira da ideologia, a trampa do preconceito, as tentações do estereótipo.²⁵⁹

Com base nas explicações os poemas serão apresentados para comprovação sobre o tipo de resistência e a modalidade que se enquadram. Mesmo sem identificar os possíveis autores é preciso reconhecer a importância desses textos no sentido literário e histórico, além do valor emocional que eles representam para os parentes e amigos dos mortos e desaparecidos. Os familiares revelam:

Estas poesias são de imenso valor para nós. Primeiro por ser um resto de vida, do coração de nossos entes queridos, perdidos de forma tão bárbara na Guerrilha. Depois, pelo seu valor histórico, pois constituem sem dúvida um material precioso para o estudo da guerrilha, das aspirações dos guerrilheiros, de como encaravam a luta. Sendo assim, decidimos publicá-las, pois sabemos da nossa responsabilidade na tarefa de resgatar a memória dos nossos filhos, pais, irmãos, maridos, que participaram da guerrilha do Araguaia.²⁶⁰

A memória contida neles ajuda a resgatar fragmentos de um período importante para a História. Revela-se, no caso, uma memória histórica que, segundo Halbwachs são eventos vividos em determinada época e em nível nacional que chegaram ao conhecimento apenas “pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente”, ocupando assim, “um lugar na memória da nação”. Tais momentos nos obrigam a confiar na recordação de outra pessoa, (no caso, confiar no teor testemunhal contido nas informações do jornal) considerando-a como única fonte sobre o assunto tratado, ou seja, “uma memória emprestada.”²⁶¹ Mesmo que a memória histórica seja ampla, ela representa o passado de forma resumida e esquemática; diferente da memória individual que se apresenta de forma contínua e densa.

O primeiro texto *Cantar é / Preciso*²⁶² foi escrito em terceira pessoa e no folheto está dividido em duas partes, cada uma com metade do título. No jornal, o

²⁵⁸ *Ibid.*, 2002. p. 130-131.

²⁵⁹ BOSI, 2002. p. 131.

²⁶⁰ FAMILIARES dos mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia.

²⁶¹ HALBWACHS, 1990. p. 54.

²⁶² A adoção da barra no meio do título foi iniciativa nossa para separar as duas partes da poesia.

texto aparece publicado em duas colunas e o título centralizado de forma que cada termo fique sobre o seu fragmento, conforme Anexo E. Segue a sua transcrição:

Cantar é

Um dia lembramos. Há quase dois anos, guerrilheiros no Araguaia. há quase dois anos, lutando. Contra a miséria. Contra a opressão. Contra o meio adverso, no meio da selva, lutando.

E a guerrilha vive. Lâmpada acesa na noite (há quase dois anos), vive. Apesar de insídias latifundiárias. Apesar dos tecnocratas. Dos belicosos. Dos trustes, dos monopólios. Apesar dos generais. Senhores da terra e da guerra, donos do fogo e do lógro. Apesar – e por causa deles – a guerrilha vive. E corre, como um regato noviço, para os rios da Manhã.

Vitórias foram conquistadas. Há quase dois anos, ali e além, cresce a resistência popular. O povo percebe. O povo aspira no ar um sopro de novo em tudo isso. E descobre. E se move. E resiste. E pouco a pouco se forja em coisa única, indisível.

E nós, que temos feito diante disso? Os que sabem o tempo não podem ficar à margem, assistindo apenas. Decerto que por fuzil e decreto é proibido cantar. Mas cantar é preciso. Quando ainda não o grito, seja o balucio. Se não a palavra aberta, o amplo segredo. Nunca, no entanto, o silêncio. Dizem que o silêncio é de ouro. Mas de quem esse ouro? Sabemos que não só povo, para nós o silêncio é podre. E cantar é preciso.²⁶³

A primeira metade: “*Cantar é*” – o parágrafo inicial fala sobre o começo e as dificuldades encontradas na guerrilha: “Um dia lembramos. Há quase dois anos, guerrilheiros no Araguaia. Há quase dois anos, lutando. Contra a miséria. Contra a opressão. Contra o meio adverso, no meio da selva, lutando.”²⁶⁴ A memória individual e coletiva é requisitada para mostrar o passado de luta e resistência apesar das dificuldades. Essa resistência também é exaltada no segundo parágrafo quando diz: “a guerrilha vive [...] Apesar dos tecnocratas. Dos belicosos. Dos trustes, dos monopólios. Apesar dos generais. Senhores da terra e da guerra [...] Apesar – e por causa deles – a guerrilha vive”. Viver é preciso para ir além e somar forças até a vitória, apesar das dificuldades. É justamente por causa dos “obstáculos” que se deve resistir mais. O autor usa dois termos importantes para representar a resistência: o **regato** que, embora pequeno e de pouco volume, consegue esgueirar-se até os rios; e **manhã** – não importa o que aconteça, sempre existe “manhã”.

No terceiro parágrafo o êxito é cantado porque o povo apoia o movimento: “Há quase dois anos, ali e além, cresce a resistência popular. O povo aspira no ar um sopro de novo em tudo isso. E descobre. E se move. E resiste”. O escritor sente que deve agir e com o apoio da população e lutando a seu lado é mais estimulante. Ele sabe dos perigos, mas é necessário continuar na luta, é o que pode ser

²⁶³ CAMPOS, Libério. Cantar é preciso. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 24, fev. 1979. 1ª parte.

²⁶⁴ *Ibid.*, 1974. p. 6.

interpretado no fragmento: “Decerto que por fuzil e decreto é proibido cantar. Mas cantar é preciso. Quando ainda não o grito, seja o balbucio [...] Nunca, no entanto, o silêncio. Dizem que o silêncio é de ouro. Mas de quem esse ouro? Sabemos que não é do povo.”²⁶⁵ Mais uma vez usa um termo que representa um som fraco, porém insistente. Uma leitura desta primeira parte pode ser sobre a importância de voz, mesmo fraca, que seja insistente. “Cantar” é ter voz. O cantar sugere repetição o que, por sua vez, fortifica o canto e facilita memoriza-lo. A memória também é um elemento de resistência pois resiste ao tempo. Toda essa primeira parte do poema pode ser resumida em: cantar é = resistir – mesmo que seja pela memória.

A segunda parte, através do termo “*Preciso*” é como uma afirmação da necessidade pessoal e coletiva de resistir. Contém a justificativa pela escrita, as esperanças e as ações do grupo.

Preciso

Pensando nisso é que organizamos este caderninho. Revelação artística é talvez o que de menos se mostre aqui. Tampouco é áspero o canto conforme pede o momento. Guiou-nos porém, mais que tudo, a vontade de dizer. O desejo de quebrar as vidraças do silêncio.

Esperamos que esta nossa iniciativa – apenas débil sussuro – possa, de outros lábios, desentranhar, mais firmes, afirmações de esperança, contigas de alvorecer. É, numa livre reação em cadeia, que as palavras se lavrem, se elevem, se multipliquem.

Este trabalho é, pois, dedicado a todo o povo brasileiro; a todos os que, de alguma forma, se batem pela liberdade; e principalmente ao povo e às Forças Guerrilheiras do Araguaia, pela sua brava resistência patriótica, de onde já saltaram para a História verdadeiros mártires e heróis, a exemplo de Bergson Gurjão, Quelé e Helenira Machado.²⁶⁶

O próprio título sugere dois significados: 1º) Se complementar a primeira parte do título (Cantar é) “preciso” aparece como adjetivo, ou seja, “Cantar é **necessário**”, “Cantar é **exato**”; 2º) Se usado separado “preciso” serve como a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo – **Eu preciso...** “dizer”, “quebrar as vidraças do silêncio”, “levar o meu canto a outros”, “reverenciar meus companheiros”. A justificativa no início deixa claro que a intenção é mais ética do que estética: “Pensando nisso é que organizamos este caderninho. Revelação artística é talvez o que de menos se mostre aqui. Tampouco é áspero o canto conforme pede o momento. Guiou-nos porém, mais que tudo, a vontade de dizer. O desejo de quebrar as vidraças do silêncio”. Outra vez o desejo de que um “débil

²⁶⁵ CAMPOS, 1974. p. 6.

²⁶⁶ *Ibid.*, 1979, p. 24.

sussurro” ganhe ecos, ampliando-se até virar um som coletivo. Essa vontade de coletividade lembra que

Uma das marcas mais constantes da poesia aberta para o futuro é a *coralidade*. O discurso da utopia é comunitário, comunicante, comunista. O poema assume o destino dos oprimidos no registro da sua voz. O coro atua, necessariamente, um modo de existência plural. São as classes, os estratos, os grupos de uma formação histórica que se dizem no tu, no vós, no nós de todo poema abertamente político. Mas o coro não se limita a evocar uma consciência de comunidade; ele pode também provocá-la, criando nas vozes que o compõem o sentimento de um destino comum.”²⁶⁷

A ideia de coro remeta a coletividade e no futuro é isso que contribui para a construção de determinado acontecimento ou período. Halbwachs explica que a memória individual “não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade.”²⁶⁸ O texto finaliza referenciando “verdadeiros mártires e heróis, a exemplo de Bergson Gurjão, Quelé e Helenira”.

Ao falar sobre testemunho, Márcio Seligmann-Silva diz que o conceito de mártir está próximo à acepção de sobrevivente, aquele “que atravessou uma provação” – “*Martyros* em grego significa justamente testemunha” –, ou seja, a “acepção de testemunho como sobrevivente e como mártir indica a categoria excepcional do ‘real’ que o testemunho tenta dar conta *a posteriori*”²⁶⁹. As três pessoas: Bergson (Bergson Gurjão Farias – Jorge, desaparecido desde 8 de maio de 1972), Quelé (Kleber Lemos da Silva o Kelé ou Carlito, desaparecido desde 29 de junho de 1972) e Helenira (Desaparecida desde 29 de setembro de 1972) permanecem como desaparecidas, não podem dar seus testemunhos, mas as vozes no texto apresentam um teor testemunhal referentes aos ideais dos guerrilheiros. “Cantar” é “preciso” apesar de tudo; cantar os ideais, a memória, o passado, a luta, as dificuldades, a guerrilha, as vitórias, a resistência e repeti-los sempre. Cantar é preciso apesar de proibido, porque eleva a voz. Mesmo que seja um sussurro, cantar é resistir ao silêncio. Bosi diz que o “‘gemido da criatura opressa’ não se cala por infanda que seja a espera da libertação. E porque esse gemido é também

²⁶⁷ BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977. p. 181-182.

²⁶⁸ HALBWACHS, 1990. p. 54.

²⁶⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____ (Org). **História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. – Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2003. p. 374.

protesto, altera-se, muda de tom e de timbre, vira grito, rouco desafio, duro afrontamento, até achar os ritmos da poesia utópica.”²⁷⁰

Em *Verso & Reverso* as rimas acontecem como um jogo de posições e oposições que constroem um sentido utilizando a desconstrução: uma/outra/duas, palacetes/palafitas, sala/cela, dita/desdita, dirigida/digerida.

Verso & Reverso

uma a cidade propriamente dita
 outra a desdita propriamente
 palacetes
 palafitas
 são duas cidades em coexistência pacífica
 outra pela uma dirigida ou seja digerida
 são duas salas/duas telas
 uma sala
 Kodak do turista
 capa de revista
 cartão postal
 uma cela
 vala comum de
 perícia polícia
 notícia policial
 são duas salas/duas alas
 dois bocados e só um dente
 ala gente
 ala-gados²⁷¹

A construção do poema mostra uma tensão entre ética e estética. A forma resiste ao padrão. As palavras dizem sem dizer ou falam o contrário. Duas cidades dentro da mesma resistindo uma a outra. Ma “verso” a outra “Reverso”, uma “dita” a outra “desdita”, uma com “palacetes” a outra com “palafitas”, uma tem “sala” que aparece nas lentes dos turistas a outra tem “cela” e só aparece nas páginas policiais, uma tem “ala” para gente a outra tem “ala” para “gente-gado”. A estrutura do poema mostra sempre a primeira sobre a outra: palacetes sobre palafitas; sala sobre cela; gente sobre gado. Aquela que é verso subjugando o seu reverso. A poesia em si é uma resistência que trabalha a imagem do real – mas esse “real” é “aquele representado pela literatura de testemunho” e “não deve ser confundido com a ‘realidade’ tal como ela era pensada [...] pelo romance realista e naturalista: o ‘real’[...] aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que [...] resiste à representação.”²⁷² Há um embate da poesia com o momento presente, agindo pela oposição. Ela

²⁷⁰ BOSI, 1977. p. 177.

²⁷¹ CAMPOS, 1974. p. 11.

²⁷² SELIGMANN-SILVA, 2003. p. 372-372.

resiste à falsa ordem, que é [...] barbárie e caos [...] Resiste ao contínuo 'harmonioso' pelo descontínuo gritante; resiste ao descontínuo gritante pelo contínuo harmonioso. Resiste aferrando-se à memória viva do passado; e resiste imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia."²⁷³

Outro município mencionado é Marabá. Ela é apresentada como um ponto de referencia, um norte, uma bússola, carta de orientação. Pode ser que tenha sido escolhida para representar todas cidades da região onde ocorreu a guerrilha. O poema fala em “canto rebelde” e “fuzis”, mas os mapas mostram que os embates aconteceram mais ao sul, próximos a São Geraldo e Xambioá.

Eh Marabá

Eh Marabá
 um canto rebelde a teus fuzis!
 um canto global
 cheirando a ar de madrugada
 um canto dessa gente brasileira
 de arrastão arrastando rede
 barçaça subindo e descendo rio
 um canto de enxada e suor na terra
 aboio dolente ninando a noite
 um canto
 dessa gente apressada das cidades
 poluído com fumaça
 chaminé e sirenes de fábricas

Eh Marabá
 norte, bússola, bandeira
 estrela da manhã
 carta de marear

o teu povo se integra em ti!

Eh Marabá
 do fundo da noite
 da impotência do braço
 longos anos te esperamos!
 Mas hoje sabemos
 que o teu braço de oprimido
 é maior que o Empire State
 que o clarão de mil napalms
 devastando o matagal

Norte, bússola, bandeira
 estrela da manhã
 carta de marear
 Eh Marabá

Os oprimidos aprendem o caminho!

O poema também contem o termo “canto” somente na primeira estrofe como um grito de angustia: “um **canto rebelde** a teus fuzis!” (o “não” a opressão);

²⁷³ BOSI, 1977. p. 146

um **canto global** (de todos – a força do coletivo); um **canto** dessa gente brasileira (união e identidade); um **canto de enxada** e suor na terra (os problemas agrários); um **canto** (reforçar o apelo ou o protesto). E esse povo que grita precisa de uma direção: Norte, bússola, bandeira (seguir lutando). As insatisfações de quem mora também na cidade. Todos oprimidos em busca de um norte. Esse homem desorientado e reprimido é retratado no próximo texto. Um Joaquim finado, aquele que se finou, perdeu as forças e definhou.

O finado Joaquim

De morte não identificada
 morreu Joaquim Ribeiro
 foi de bala? foi de bile?
 foi de polícia ou grileiro?
 eram dois sem documento
 a morte e o seu posseiro
 sua mão floriu na terra
 mesmo sem ter foro ou posse
 posseiro que foi gleba
 fez-se em posseiros da morte
 dono de nada na vida
 nem da morte o é deveras:
 morte assim sem folha escrita
 quem pode ser dono dela?
 morreu Joaquim, posseiro
 que nem possuiu a terra
 e hoje, de corpo inteiro
 é possuído por ela
 morreu Joaquim Ribeiro
 e isso é tudo que sei
 sua vida foi fora da vida
 sua morte, fora da lei

Pode-se dizer que este poema fala sobre os conflitos agrários. Primeiro perdeu os direitos, depois a vida. Não possuía nem terra e nem documentos. Joaquim nunca foi “dono de nada na vida” e nem na morte. Até o corpo deixou de ser seu e passou a ser da terra. Tiraram a única coisa que era sua, a vida, assim como lhe tiraram antes o direito à propriedade, à segurança. Em poucos versos o autor retrata a vida (ou a morte) de muitos camponeses que não têm nem mesmo uma identidade reconhecida porque sem documentos é como se não existissem, pelo menos não legalmente. As matérias publicadas pelo jornal *Resistência* sobre os problemas no campo revelam o abandono dos moradores rurais e muitas vezes, por causa disso, eles ficavam expostos a violências e

injustiças. Esta situação de desrespeito provocou o desejo de mudanças que levassem a uma vida melhor para todos. A ideia de “semente” está no poema “O início”.

O início

Na avenida quase escura
 palavras pisoteadas
 pelas patas dos fuzis
 gemidos
 silêncio
 mas no útero negro
 do silêncio
 surgem larvas
 rugem larvas
 de fuzis
 (outros fuzis)
 na mente mansa do povo
 como um sonho gradativo
 duras sementes de fogo
 em larga semeadura

 e um dia (noite ainda
 fome fúria)
 fuzis lhe explodem nas mãos

 fuzis

 as frutas maduras
 e há luta a luta LUTA.

Na primeira estrofe a repressão pode ser interpretada como a “quase escuridão” que chega e silencia, porém ela mesma “gera”, como um útero, a larva da resistência – “o primeiro estágio do desenvolvimento, independente e móvel, do ciclo de vida”²⁷⁴. O poema mostra o surgimento e a evolução de ideias revolucionárias provocadas pela insatisfação. Aquele que oprime também faz germinar o desejo de lutar em seu oprimido. A “fome” é a própria vontade de combater e o ápice do processo é o amadurecimento da fruta. Também é possível acompanhar a evolução pelo gemido – rugido – explosão, ruídos que aumentam até estourar na luta. O soldado também ganha espaço nos textos da guerrilha.

Poema do soldado morto

o combatente do medo
 armado até as gengivas
 pra combater um segredo
 partiu
 e nem sabia porque

 o combatente do medo
 (filho em si de camponeses)

²⁷⁴ FERREIRA, A. B. H., 2000. p. 419.

chegou sangrou camponeses
 massacrou jogou napalm
 e nem sabia porque

o combatente do medo
 na sombra da selva espessa
 tombou sob o grão de fogo
 de uma bala guerrilheira
 e nunca soube porque

e os generais, que entrementes
 guerreavam – nos banquetes
 batizaram-no de herói
 e recrutaram mais trinta
 que nem sabia porque

* * * *

ó vós, soldados do medo
 irmãos e filhos do povo

voltai vossas tristes armas
 contra quem vos faz escuros
 contra quem vos faz escuros
 de seus escuros projetos!
 sustai todas vossas alas
 guardai todas vossas balas
 para os generais abjetos!

Há relatos de confrontos e mortes de soldados. Os índios da etnia Suruí falaram ao repórter do jornal Movimento sobre o período em que serviram de batedores para o Exército. Eles confirmaram que carregaram muitos mortos para dentro do helicóptero. As cabeças eram cortadas e fotografadas. Disse o índio: “Era homem, mulher, tudo misturado. Mas de primeiro morreu um bocado de soldado. Soldado foi tomar água, a Dina estava esperando lá: páaaaaa.”²⁷⁵ O autor tenta chamar atenção para quem realmente morre. Os estrategistas ficam com os méritos mas o executores é que se arriscam e morrer, sem saber o motivo. Os próximos textos fazem referência à guerrilha. São eles: *Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia* e *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia*, respectivamente. O primeiro também está dividido em duas partes:

Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia

1.
 não
 nas vossas mãos
 não tendes fuzis

 tendes clarões
 estrelas
 pedaços de manhã

 as vossas armas

²⁷⁵ ÍNDIO Suruí... **Resistência**, Belém, n. 5, ago. 1978. Especial, p. 14.

são como archotes
combatendo a noite

e porque
acendeis o dia
nós vos amamos

2.
nós vos amamos
- que é preciso
o mais cedo
madrugar

mas rompe-se
a distância
este nós-e-vós
que nos parte em dois;

não há distância
quando a noite é uma

quando sobre todos
pesa a mesma bruma

quando sobretudo
a ordem é lutar²⁷⁶

Os versos indicam que o clarão que o guerrilheiro tem nas mãos não é de fuzil, mas são as luzes da manhã, ou seja, a esperança de um futuro melhor. O segundo também se assemelha ao prefácio do folheto *Cantar é / Preciso. Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia* é um poema que fala de igualdade. A luta é pela liberdade e as armas são os ideais. A “noite” combatida e vencida pelo dia. O poeta utiliza o jogo de claro e escuro para expressar a resistência contra o regime, representado pelo escuro, sombrio da noite e as ideias revolucionárias trazem a claridade do dia.

Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia

Não somos do norte
nem somos do sul
nossa geografia
é um sopro de liberdade

O verde invadiu nossos olhos
verde a floresta
e verde a nossa certeza
nos novos frutos da terra

Decerto que há um muro de homens
verdes (verde-velho, verde-lodo)
entre nós – entre o povo –
e a madrugada

Decerto que há fuzis
muitos mortos, muitos nossos
há os do ofício do não

²⁷⁶ CAMPOS, 1974. p. 24-25.

entre o povo e a madrugada

Mas (antes de tudo)
é preciso que se faça o dia
e se as nossas águas, nosso fogo
vão dar no dia

Que noite nos deterá?
Decerto não fizesse escuro
deitaríamos os fuzis no
leito do Araguaia.

e passaríamos a cantar
uma flor, uma floresta; esta
Mas que flor de mais cantigas
que a liberdade buscada?

Não somos do norte
nem somos do sul
Nossa geografia
são as pétalas da madrugada²⁷⁷

Esses dois últimos textos confirmam o que diz o prefácio. É pelo canto que se revela o comprometimento com as causas defendidas no movimento. A propagação de uma melodia entoada com força pode chegar a mais pessoas e reunir mais vozes, tornando mais potente a força do coletivo. A primeira e a última estrofes não situam o poeta combatente em nenhum lugar porque a sua pátria é a liberdade. A geografia é como “um sopro de liberdade” e como “pétalas da madrugada”. Este último verso liga-se à **madrugada** da quarta estrofe como o **futuro almejado**, porém no momento impedido pelos “do ofício do não”, que representa o regime militar, e também tem relação direta com a sétima que inicia empregando o verbo no futuro do pretérito do indicativo: “e passaríamos a cantar / uma flor”, que por sua vez é apenas o início de algo maior a **floresta**, finalizando com a pergunta que também é a própria resposta “Mas que flor de mais cantigas / que a liberdade buscada?”. Os poemas reunidos no folheto apresentam uma polifonia. São vozes capturadas pela escrita que registram as experiências, ideias, sentimentos, vontades e desejos de quem viveu a guerrilha. Sons que resistem ao silêncio imposto pela censura, pelo autoritarismo, pela repressão.

Na poesia de resistência o conflito acontece pelo choque entre valores e antivalores. O homem de ação tem compromisso com a verdade e suas decisões são baseadas na coerência e na percepção dos fatos. Neste caso, ele se difere do romancista que “dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva”, ou seja, a

²⁷⁷ CAMPOS, 1974. p. 38-39.

narrativa “trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável.”²⁷⁸ Mas não podemos dizer que nas narrativas não haja resistência aos antivalores. Como o narrador é livre para criar as suas representações do bem e do mal, ele pode, utilizando as técnicas de foco narrativo, destacar os valores ou antivalores em sua ficção, revelando assim as resistências do “eu”. Com isso o leitor consegue acompanhar os movimentos da consciência dos personagens.

Os valores e antivalores têm o que Bosi chama de “fisionomia”, traços que os poetas expressam muito bem em seus escritos porque “captam e os exprimem mediante imagens, figuras, timbres de vozes, gestos, formas portadoras de sentimentos que experimentamos [...]”²⁷⁹ ou observamos no outro. Nos poemas o termo **canto** serve como amplificador de ideais porque são potencializados pela voz e ecoam, propagando-se em vários sentidos. O seu alcance é maior. **Fuzil** indica a repressão, mas também aparece como resistência. **Noite, Escuro, Madrugada** são palavras que indicam o autoritarismo que envolve todos, independente da vontade do povo. Em oposição a elas os autores usaram **manhã, dia, clarões, estrelas** como expressão de desejos por tempos melhores. Alusão à **luz** como referência aos integrantes do movimento guerrilheiro dispostos a lutar por uma transformação social, tendo como objetivo principal a conquista de liberdades e direitos humanos combatendo os obstáculos:

E a guerrilha vive. **Lâmpada acesa na noite** (há quase dois anos), vive. Apesar das insídias latifundiárias. Apesar dos tecnocratas. Dos belicosos. Dos trustes, do monopólio. Apesar dos generais. Senhores da terra e da guerra, donos do fogo e do logro. Apesar – e por causa deles – a guerrilha vive. E corre, como um regato novoço, para os rios da manhã.²⁸⁰

Outro exemplo é o **verde** de *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia* que é empregado no sentido de **esperança** – a zona rural por onde iniciou a luta – e também representa o Exército como o “muro de homens verdes” entre os guerrilheiros e a população. Os “novos frutos da terra” – a certeza do envolvimento do homem local aderindo à batalha em busca de dias melhores e mais justos.

Todos os poemas fazem parte de um conjunto de textos, supostamente escritos durante o período da guerrilha do Araguaia. Mesmo que não se possa

²⁷⁸ BOSI, 2002. p. 15.

²⁷⁹ BOSI, 2002. p. 130.

²⁸⁰ CAMPOS, Libério, 1979, p. 24. (grifo nosso)

comprovar as autorias, eles fazem referencia a determinado período: a ditadura militar no Brasil, por isso, podem ser classificados como poemas de resistência de tema. Também apresentam tenções que estão além de sua escrita. Alguns apresentam projeto e/ou utopia, são eles: 1. *Cantar é Preciso*; 2. *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia*; 3. *Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia*; 4. *O início* – são poemas de resistência como tema e como processo ou forma e enquadram-se na modalidade com projeto e utopia.

Os que não têm a guerrilha como tema, mas estão relacionados ao período são: 1. *Eh Marabá* – não traz claramente o mesmo tema dos citados acima, mas retrata problemas e destaca a sua força pela luta, então, pode ser considerado também como um poema de resistência como tema e como processo ou forma e enquadra-se na modalidade que faz projeto e utopia; 2. *O finado Joaquim* é um poema que não fala de projetos, nem de utopia, nem de conflitos armados, não aparece “fuzil”, nem esperança. Poderíamos dizer que seja um “poema de entrega” porque é sobre um homem que não tem nada, nem o direito à morte. A única posse que lhe concederam tomou posse do seu corpo. Seria neste caso, apenas um poema de resistência como Tema.

Mas, conforme as palavras de Bosi o texto de resistência como processo ou forma, antes de ser escrito “já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes”. Neste sentido *O finado Joaquim*, na condição de ideia e antes de ser fixado em um papel, teve o seu conflito; 3. O mesmo acontece com *Verso & reverso* que mostra as consequências de um sistema injusto que provoca conflitos dentro do mesmo espaço; 4. O autor de *Poema do soldado morto* discorda da posição submissa do soldado que luta e morre sem saber os motivos. Ele é contra a imposição do regime militar. Todos apresentam podem ser poemas de resistência como tema e também como processo ou forma. Dos oito poemas: quatro enquadram-se como de resistência com relação ao tema e o processo ou forma, com apresentação de projeto ou utopia; quatro são sobre outros assuntos, mas dentro de uma temática maior que engloba a todos. Desses um é de resistência como tema e como processo ou forma com projeto e utopia; e três apenas como de tema e de processo ou forma.

Identificou-se também que estão na resistência *lírica* que “entrança os fios da memória com os da imaginação.”²⁸¹ Essas possibilidades também podem ser testadas entre narrativas e resistência, mesmo fora de um contexto de militância política. Bosi afirma que a resistência nas narrativas resgata não apenas o dito e ouvido, mas aquilo que permanece calado “por medo, angústia ou pudor”. Quando a fala já não é possível para contar acontecimentos importantes, tanto a nível individual quanto coletivo, a escrita aparece como salvadora. Halbwachs diz que

[...] a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado [...] Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências [...] então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.²⁸²

Os textos utilizam uma linguagem poética que fala de seu presente, mas aponta para o futuro idealizado. Para explicar melhor a relação entre memória, história e literatura buscou-se apoio nas palavras de Le Goff: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.”²⁸³ Complementando esse pensamento, acrescenta-se a literatura que registra a memória e a história, coletiva ou individual e relaciona passado-presente-futuro.

Assim, todas as produções aqui verificadas foram consideradas de resistência como tema por que se referem a um período na história e apresentam características de recusa, de não aceitar as imposições do regime, de combate a ideologia do momento. A resistência também acontece com relação à forma. Desses, cindo fazem projeto ou utopia e estão voltados para o futuro. Um poema é caracterizado por verso, rima, som e ritmo que contribuem para a harmonia do texto, nestes escritos a ideia de produção é muito mais ética do que estética, conforme justificativa do autor: “Revelação artística é talvez o que de menos se mostra aqui.”²⁸⁴ O objetivo é transmitir “o canto” e contagiar o máximo possível. Percebe-se

²⁸¹ BOSI, 2002. p. 23.

²⁸² HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo-SP : Edições Vértice, 1990. p. 80-81.

²⁸³ LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1996. p. 477.

²⁸⁴ CAMPOS, 1974. p. 7.

que a resistência se mostra pela crítica direta ou velada da desordem estabelecida, conforme já citado anteriormente.

Podemos dizer que a capa do folheto também é uma poesia e traz essas ideias porque tem o desenho da mão segurando uma arma virada para o horizonte onde surge o sol por traz de um obstáculo que pela abertura em “V” deixa passar os raios e na parte superior da folha o título: *Primeiras cantigas do Araguaia* dentro de uma nuvem, na parte inferior um espaço em branco no centro com as laterais riscadas, como um caminho que corta o pasto. O folheto é finalizado com a dedicatória

a todo o povo brasileiro; a todos os que, de alguma forma, se batem pela liberdade; e principalmente ao povo e às Forças Guerrilheiras do Araguaia, pela sua brava resistência patriótica, de onde já saltaram para a História verdadeiros mártires e heróis, a exemplo de Bergson Gurjão²⁸⁵, Quelé e Helenira Machado.²⁸⁶

Os escritos do folheto permitem que os ideais de pessoas ligadas ao movimento armado desenvolvido no Norte do Brasil na década de 1970 resistam até o presente. Os textos são como pontes que se ligam ao passado e este, por sua vez, conectam-se ao futuro com projeções de desejos e sonhos que também estão acoplados ao nosso presente – que deveria ser a concretização dessas vontades de quem, no passado, lutou por dias melhores. Não podemos esquecer que essa ponte entre passado e presente também é um dos objetivos da história. Mas é importante dizer que, embora estejamos falando de um registro de “ontem” (no caso dos poemas) a ideia principal de interpretação é considerar o tempo de sua escrita como presente, pois a partir deste ponto é possível identificar futuro utópico na obra. Os

²⁸⁵ Bergson Gurjão Farias (Jorge): Desaparecido em 08/05/1972. Pertencia ao destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Teve o corpo pendurado de cabeça para baixo em uma árvore e era chutada pelos para-quedistas mobilizados na caça aos guerrilheiros. DOSSIÊ Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed., 2009. p. 343.

²⁸⁶ Segundo notas no final do folheto: Quelé: “Outro guerrilheiro. Atacado de malária, ardendo em febre, abrigava-se sob uma árvore, quando foi surpreendido por soldados. Sofreu então toda sorte de torturas. Ferido e sangrando foi levado prisioneiro amarrado sobre um cavalo. Em todo o caminho gritou, concitando o povo a continuar a luta. Sua voz foi-se tornando cada vez mais débil, até que se calou em definitivo. Este episódio é largamente conhecido e reconhecido pelos moradores da região, havendo já adquirido uma certa aura de fato lendário”; Informações no *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (2009, p. 356): “Kleber Lemos da Silva (Kelé, Carlito). Desaparecido em 29 de junho de 1972. Militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), integrante do Destacamento B da Guerrilha do Araguaia”. Helenira Rezende de Souza Nazareth (Preta, Fátima) “Jovem paulista. Muito conhecida nos meios estudantis de vários Estados, devido a ter participado da diretoria da UNE. Perseguida pela repressão, foi viver com os camponeses da região do Araguaia, lá incorporando-se à guerrilha. Destacou-se pela sua coragem e dinamismo. Foi morta durante um combate com as forças policiais”; desaparecida em 29/09/1972. CAMPOS, Libério. *Primeiras cantigas do Araguaia*, 1974. p. 44.

poemas do folheto *Primeiras Cantigas do Araguaia* revelam outras informações relacionadas a seus autores. A sua escrita deixa rastros que indicam a condição de vida dos poetas/combatentes. Como já comentado, até mesmo a sua capa é uma poesia:

Figura 32 – Capa – Primeiras Cantigas do Araguaia



Fonte: Arquivo privado Alexandre Cunha

A mão que segura a arma de frente para o sol pode ter duas interpretações: uma como resistência a noite se considerarmos o sol se pondo; e outra a mão está saudando o dia que nasce com os raios de esperança e de vitória. A revolução começando pelo campo com a guerrilha rural e expandindo-se por todas as regiões. Essa era a ideia das Forças Revolucionárias, e o medo do regime. Por isso o governo enviou para a região do Araguaia cerca de sete mil militares para reprimir os guerrilheiros. Homens e mulheres considerados subversivos pelo regime e colocados na condição de clandestinos, foras da lei tão a margem da sociedade como o homem, ambos sem garantias de seus direitos e expostos a violência dos conflitos.

4.2 A vida nua do(s) autor(es) dos poemas da guerrilha do Araguaia

Cada pessoa que assumiu um codinome em função do movimento ocorrido na região do Araguaia abriu mão de sua identidade. A partir do momento que se reuniram em grupos assumiam caracterização de bando trabalhando para preservar a vida de todos. De certa forma foram banidos de seus ambientes quando sentiram o peso da repressão. E assim, passaram a viver na ilegalidade. A existência dos guerrilheiros pode semelha-se a do *homo sacer* no sentido de “vida nua”, ou seja, quando sua existência passa a não ter valor e ele entra na condição de matável. Segundo Agamben

o *Homo sacer*: aquele que no direito romano arcaico era uma figura contraditória, sendo ao mesmo tempo em que era sancionada a “sacralidade de uma pessoa”, também autorizava a própria morte, ou seja, “aquele que qualquer um podia matar impunemente não devia, porém, ser levado à morte nas formas sancionadas pelo rito”.²⁸⁷

Como não há identificação exata de autoria, todos serão considerados como autores e guerrilheiros. Mesmos assim, os poemas continuam como fonte principal o que não impede as informações de outras origens que falam sobre a vida, a morte e o desaparecimento dos integrantes da guerrilha do Araguaia, durante e após o período dos conflitos, aparecerem no texto e servirem para confrontar ou afirmar o que dizem os poemas sobre a vida nua de seu(s) autor(es) e dos combatentes. As informações encontradas nestas produções somam-se as de outras fontes.

Os textos poéticos indicam em que condições esses companheiros de luta se aproximaram daquela “figura do direito romano arcaico” a qual tinha a vida humana incluída no ordenamento de sua exclusão (sua matabilidade), o *homo sacer*. Assim, surgem as questões: Esse poder de vida e de morte também é aplicado ao guerrilheiro? A sua vida é matável? É insacrificável? Ele está na zona de indiferença? Para responder aos questionamentos foram utilizados os fundamentos de Giorgio Agamben sobre o *homo sacer*, relacionados a posição do militante em relação a sua exclusão/inclusão e a violência a qual o seu corpo foi exposto dentro de uma zona de indiferença.

²⁸⁷ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 79.

Trata-se da relação do *homo sacer* e a vida nua com os autores e seus oito textos do folheto *Primeiras Cantigas do Araguaia*. Segundo os familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha o material é “de imenso valor [...]. Primeiro por ser um resto de vida, do coração de [seus] entes queridos, perdidos de forma tão bárbara”. Ele constitui “um material precioso para o estudo da guerrilha, das aspirações dos guerrilheiros, de como encaravam a luta.”²⁸⁸ Esses restos, fragmentos de memórias foram recolhidos com o auxílio das publicações que circularam nas páginas do *Resistência*. Foi através dele que os familiares souberam da existência do folheto e conseguiram uma cópia disponibilizando-a na internet. Tais reminiscências servem tanto para a recuperação de memórias como para a reafirmação de identidades dos integrantes do movimento armado conhecido como guerrilha do Araguaia que entraram o confronto com as Forças Armadas na região Norte do Brasil durante a ditadura militar. Não apenas os poemas, mas outras reportagens ajudaram a esclarecer o questionamento sobre a memória daquele que foi aniquilado.

A primeira edição a publicar matéria sobre o assunto circulou em agosto/78. Seis páginas com entrevistas e relatos de personalidades do Exército, policiais da região, população local, ex-integrante do movimento, igreja e índios da etnia *Suruí*. Tratava-se da transcrição da matéria publicada pelo semanário *Movimento*, de São Paulo. Com o título “História da Guerrilha do Araguaia” os fatos foram apresentados historicamente, desde quando os primeiros guerrilheiros chegaram na região em 1967 e estabeleceram-se como moradores. Os primeiros a chegar foram: Angelo Arroyo, Maurício Grabois, Elza Monnerat, Paulo Rodrigues, João Carlos Hass Sobrinho e Osvaldo Orlando Costa. Além destes, outros nomes aparecem na matéria: João Amazonas de Souza Pedrosa, José Genoíno Neto, Antônio Ribas, Flávio, Amauri, Sueli, Maria Dina, João, Lourival e outros.

Em fevereiro/79 o jornal circulou com nova divulgação sobre o movimento armado ocorrido no Norte do Brasil. Tratava-se de oito poemas sobre a guerrilha do Araguaia. A mesma edição apresentou a reportagem com o pai de Jana Moroni Barroso, desaparecida na região quando participou da guerrilha. Diante do silêncio sobre o assunto a edição de novembro/79 questionou: “O que foi, afinal, a guerrilha do Araguaia?”. Entre outras coisas, o texto jornalístico mostrou como o Exército

²⁸⁸ FAMILIARES dos mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia, 1974.

tentou convencer a população local de que os guerrilheiros eram pessoas más. Um lavrador contou ao repórter: “Eles dizia que os terroristas eram estrangeiros, gente que queria tomar o Brasil. Dizque o avião que eles tinham era invisível, transparente. Descia no mato trazendo as armas, mas a gente não via.”²⁸⁹ Com o objetivo de levar mais esclarecimento a população o *Resistência* preparou um resumo sobre o assunto e publicou ao lado das fotos de doze integrantes do movimento guerrilheiro do Araguaia: Jana Moroni Barroso; José Genoíno Neto; Elza Monnerat; Arildo Valadão; João Carlos Haas Sobrinho; Helenira de Souza Nazareth; Ciro Flávio Salazar; Antônio Ribas; Idalício Soares Aranha Filho; Áurea Valadão; Ângelo Arroyo; e Osvaldo Orlando Costa. Desses, apenas dois sobreviveram. A edição de dezembro/80 fala sobre a caravana dos familiares dos mortos e desaparecidos pela região dos conflitos, seguindo a “trilha do ‘povo da mata’”.

Com base nas informações do jornal cruzadas com as de outras fontes: o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 – 1985)*; o livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, de Tais Moraes e Eumano Silva; o livro *Antes do Passado: o silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Brun; é possível observar a relação de vida nua nos autores dos poemas e nos combatentes do movimento guerrilheiro. Para isso serão considerados apenas os combatentes: Osvaldo Orlando da Costa; Helenira Rezende de Souza Nazareth; Bergson Gurjão Farias; Kleber Lemos da Silva; Jana Moroni Barroso; e Cilon da Cunha Brum.

Sobre Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldo): no jornal consta que ele tinha “quase dois metros de altura, sapatos nº 48. Oficial da reserva [...] e engenheiro. Jogador de basquete do Botafogo do Rio.”²⁹⁰; no Dossiê Ditadura conta como “Desaparecido” em abril de 1974. Comandante do Destacamento B. Militante obrigado a viver na clandestinidade. Chegou à região do Araguaia por volta de 1966 e passou a viver como garimpeiro e caçador. Segundo informações de moradores ele morreu em abril de 1974, foi baleado por um ex-guia, fuzilado por militares, teve o corpo “dependurado por cordas em um helicóptero”, caiu, teve o pé quebrado, a cabeça decepada e seu cadáver mutilado por chutes, pedradas, pauladas e queimado.

²⁸⁹ O QUE FOI, afinal, a guerrilha do Araguaia?. *Resistência*, Belém, n. 3, p. 10, nov. 1979. Edição Extra.

²⁹⁰ A GUERRILHA do Araguaia. *Resistência*, Belém, nº 5, ago. 1978. Especial, p. 9.

Sobre Helenira Rezende de Souza Nazareth (Preta, Fátina): no jornal consta: ex-dirigente da UNE. Ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam suas pernas e a torturaram até a morte.²⁹¹; consta no Dossiê Ditadura: “Desaparecida” em 29 de setembro de 1972. Era integrante do Destacamento A. No relatório do Ministério da Marinha (1993) está como “foragida”. No arquivo do DOPS/PR o seu nome entre os identificados como “falecidos”. No relatório da Manobra Araguaia, de 30 de outubro de 1972 a informação é sobre a morte da terrorista Helenira.

Sobre Bergson Gurjão Farias (Jorge): seu nome aparece no poema *Cantar é Preciso* publicado pelo *Resistência* em fevereiro/78; no Dossiê Ditadura aparece como “Desaparecido” em 8 de maio de 1972. Pertencia ao Destacamento C. Estudante. Seu corpo foi levado para Xambioá, bastante deformado foi pendurado em uma árvore de cabeça para baixo e recebeu vários chutes. Para os fuzileiros ele era terrorista; no livro *Operação Araguaia* ele aparece como: cearense, brincalhão, paulista, guerrilheiro e caboclo. Também informa que caiu em uma emboscada, sendo metralhado.

Sobre Kleber Lemos da Silva (Kelé, Carlito): seu nome também está no poema *Cantar é Preciso*; a informação no Dossiê Ditadura é de “Desaparecido” em 29 de junho de 1972. Integrante do Destacamento B, economista, pesquisador. Baleado no ombro, foi preso, torturado, amarrado em um burro e arrastado. Elza Monnerat relata este último fato ao jornal: “Quelé, depois de preso foi amarrado a um burro e arrastado pela estrada.”²⁹²

Sobre Jana Moroni Barroso (Cristina): o jornal informa que ela era estudante; o Dossiê Ditadura informa “Desaparecida” em 8 de fevereiro de 1974. Casada com Nelson Lima Piauhy (Nelito), militante, integrante do Destacamento A, professora, morta; no livro *Operação Araguaia* há relatos de que, após emboscada ela rendeu-se aos militares. Depois de presa foi vista muito machucada, com as roupas rasgadas e um saco cobrindo a cabeça.

Sobre Cilon da Cunha Brum (Comprido, Simão): Não há registro de seu nome nas páginas do jornal *Resistência*; no Dossiê Ditadura aparece como “Desaparecido” em 27 de fevereiro de 1974. Integrante do Destacamento C. militante; no livro *Operação Araguaia* ele é mencionado como ex-presidente do

²⁹¹ POR QUE tanto segredo?. *Resistência*, Belém, nº 5, ago. 1978. Especial, p. 13.

²⁹² *Ibid.*, 1978, p. 13.

centro acadêmico de economia da PUC-SP, gaúcho, guerrilheiro, companheiro de Osvaldão no tiroteio da gruta, esquerdista. Preso na base das Forças Armadas em Xambioá andava se algemas, mas era vigiado. Um dia foi levado até a mata e morto; o livro *Antes do Passado*, de autoria de sua sobrinha e afilhada é resultado de pesquisas sobre o percurso do padrinho até a região do Araguaia. Como não conviveu com ele não possuía lembranças do tio. Por isso, realizou buscas na tentativa de resgatar imagens, manias, jeito de sorrir, de falar, de andar, os costume e manias de Cilon.

Podemos dizer que a ausência de memórias e o silêncio que o tema exigiu durante algum tempo tenham sido os elementos provocadores que a fez montar uma memória sobre o tio. Sarlo afirma que “não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato da vontade.”²⁹³ De um modo mais simples Márcia Lima e Silva explica: “o passado retorna ainda que não se queira, e, ao mesmo tempo, mesmo que se queira convocá-lo, nem sempre se obtém sucesso.”²⁹⁴

No caso de Liniane Brum, como em sua mente existia somente o vazio, a vontade a fez apropriar-se das memórias alheias para suprir as ausências de lembranças de alguém querido para construir as suas memórias com relação a ele, mesmo que o resultado final não fosse completo. Trata-se de uma memória apoiada nas lembranças mediadas e no discurso de terceiros, o que não impede a presenta de fragmentos da imaginação. Mesmo sendo de caráter individual, essas lembranças passaram ao coletivo no momento de sua construção porque durante o processo de montagem surgiram conexões com que o ligavam a um evento maior e de interesse geral: a guerrilha do Araguaia.

Com relação ao movimento guerrilheiro o nome Cilon e dos outros combatentes, principalmente dos destacados neste texto aparecem em quase todas as fontes (jornais, livros, listas de mortos e desaparecidos políticos, etc.). Mesmo com algumas variações de uma para outra eles sempre serão *guerrilheiro, militante, estudante, terroristas, os paulistas, o povo da mata*, aqueles que entraram em confronto com as Forças Armadas no Norte do Brasil entre 1972 a 1975. Os dados

²⁹³ SARLO, 2007, p. 9.

²⁹⁴ LIMA E SILVA, Márcia I. O poder da restrição. **Jornal da Biblioteca Pública do Paraná**. Disponível em: <http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1053>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

oficiais indicam que eles estão *Desaparecidos*, mesmo existindo relatos sobre seus óbitos, como o dos índios *Suruí* que falaram ao jornal *Movimento*: “Esse cara (o índio Arecachu) ajudou muito carregando morto dentro do hericópire [sic]. Cortava a cabeça e levava pro São Raimundo para tirar retrato.”²⁹⁵ e “Dina... – diz que ela era baiana -, foi pegada lá em Marabá; ía atravessar pro São Félix, mataram ela. O Osvaldão morreu sozinho.”²⁹⁶

Ao comparar as narrações de vida e de morte com o poema *O finado Joaquim* que “finou” sem nenhum direito, é possível aproximar ficção e realidade. A personagem poética não teve direito nem mesmo de morte (ignorada) porque “sua vida foi fora da vida / sua morte, fora da lei”; As “personagens” reais, vivendo na clandestinidade, estavam à margem da lei, o que os deixava expostos a qualquer violência que por sua vez não eram obrigadas a nenhum reconhecimento. Assim, mesmo com testemunhas, mas sem o “corpo” (mutilado, decapitado, abatido, finado) eles passaram à condição de desaparecidos, perdendo também o direito a morte.

O pai de Jana Morrone, o médico Benigno, oito anos após os confrontos ainda resistia em aceitar a morte da filha. Ele acreditava que ela “poderia estar em qualquer lugar da floresta mais pro lado de Marabá, talvez doente, desmemoriada [...]”²⁹⁷ A mãe de Líbero Giancarlo Castiglia (conhecido como João Bispo Ferreira da Silva ou Joca) citado logo no início deste capítulo, em 2007 (com 90 anos) não abandonada a “esperança de que o Estado brasileiro lhe [daria] informações e esclarecimentos sobre o que aconteceu com seu filho”. Ao falar do filho ela usava o tempo presente do indicativo: “O meu filho é uma pessoa [...]”²⁹⁸. Liniane Brum expressou em sua obra: é como “um velório que não acabava nunca.”²⁹⁹

Todo o processo de existência é marcado por rituais ou cerimônias que simbolizam passagem de uma etapa para outra, uma finaliza e a outra começa. Geralmente essas transições são celebradas como, por exemplo: nascimento, batizado, conclusão de um curso, etc., mesmo sem comemoração, existe uma simbolização que significa o fechamento de um ciclo. No caso dos desaparecidos não se pode concluir uma fase porque não há cerimônia, nem simbólica porque não existe velório e nem funeral sem o principal: o corpo. Um desaparecido está ausente

²⁹⁵ ÍNDIOS Suruí, batedores do Exército... **Resistência**, Belém, nº 5, ago. 1978. Especial, p. 14.

²⁹⁶ *Ibid.*, 1978, p. 14.

²⁹⁷ Encontrem Jana. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 18, fev/79.

²⁹⁸ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009. p. 521.

²⁹⁹ BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado**: o silêncio que vem do Araguaia. – Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012. p. 201

e presente ao mesmo tempo. Perde o direito a morte e a um lugar onde a família e os amigos possam reconhecer como de referencia.

Os relatos indicam que os guerrilheiros sofreram violências e foram mortos sem que os algozes respondessem por seus crimes. Poderiam alegar o fato de estar na condição de clandestinos, a margem da lei e expostos às agressões. Este argumento perde força quando observamos a realidade da região e vimos que os posseiros também são agredidos e mortos barbaramente e os assassinos permanecem impunes. Porém, o militante mesmo antes de passa à clandestinidade, já era visto como ameaça, assim como o camponês que mora em áreas de conflitos. Neste sentido os dois aparecem na mesma condição, um a margem pela subversão o outro por não ter a garantia de seus direitos. Ambas as vidas são matáveis sem a punição dos culpados.

Quanto a produção poética, observou-se a presença de várias vozes indicando um coletivo que exalta o combate, convoca a população, faz crítica social. Expõem a vida do excluído e oprimido, mas também revelam a vida de “seus autores”. Como o discurso revolucionário é uma ameaça, a própria autoria, de origem subversiva coloca a vida do autor como matável. A exclusão do homem local, registrado na poesia revela também a condição do *homo sacer*, excluído e exposto. No caso do “clandestino” quando a identidade principal precisou ser substituída ela igualmente passou a ser matável. Neste caso a morte ocorreu mais de uma vez.

Na verdade os guerrilheiros assumiram várias identidades. Se cruzarmos os dados das fontes veremos as mesmas informações com poucas variações, ou seja, nome, idade, naturalidade, escolaridade, filiação, e engajamento. Para o regime eles eram: terroristas, subversivos, bandidos, guerrilheiro. Para os familiares e amigos eram: filhos, irmãs, tios, padrinhos, amigos, estudantes, irmãos, sobrinhos. Na busca por memórias relacionadas ao seu tio, Liniane Brum deixou claro que não pretendia saber onde estavam os restos mortais de seu parente. Mesmo que isto possa dar uma ideia de infinita espera, a atitude da autora ultrapassou os limites da identidade de “guerrilheiro”, estendendo-o a condição de tio, irmão, filho.

Assim, a imagem restrita que aparece nos relatórios do regime ganhou projeções maiores quando a sobrinha apresentou um desenho mais definido e enriquecido de tio enquanto personagem histórico, isso é possível no testemunho da pós-memória. Apesar de concordar com o ponto de vista de Beatriz Sarlo (que

discorda da pós-memória), essa ideia deu contornos a construção de Brum. Pelo menos para explicar a construção da memória apoiada em outras.

Na “montagem” de suas próprias memórias ela contou com fragmentos de lembranças dos outros que conviveram com Cilon. Fotos, cartas e depoimentos contribuíram para montar uma memória sobre o parente desaparecido desde o dia de seu batizado. Entre as fontes, o jornal serviu como instrumento no auxílio na construção de sua memória, mas de caráter muito importante, porque mesmo com informações reduzidas ele ajuda com informações que apontam um caminho sobre aqueles desaparecidos. Se os rastros servem para incentivar a busca por detalhes sobre determinado assunto ou pessoa, o silêncio, o vazio, o nada, a ausência de informações também serve como elemento motivador. Passado, presente e futuro apoiam-se na elaboração de uma memória feita com lembranças soltas que foram unidas com o objetivo de trazer para a luz aquilo que ficou oculto. A ausência do passado estimulou o presente que possibilitou o surgimento de uma memória particular.

Liniane Brum outorgou-se a função de juntar os fatos e apresentar os depoimentos das testemunhas. Ela não viveu, não viu, não tem lembranças. E é justamente por não ter nada que buscou apoio em terceiros. A sobrinha de Cilon se coloca na posição de “procuradora”, em todos os sentidos da palavra, quando busca informações e objetiva resolver questões quanto a memória de quem conheceu seu tio e a partir daí montar, não as suas próprias memórias, mas ter uma imagem, apoiada em lembranças alheias, de quem foi seu tio e padrinho.

Neste caso, ela não pode ser testemunho de seu tio, mas lhe outorgou o direito de ser sua procuradora, uma vez que “quem deveria ter sido o sujeito em primeira pessoa do testemunho está ausente, é um morto do qual não existe representação vicária.”³⁰⁰ Uma procuradora no sentido de atuar também em benefício próprio, já que a pretensão é montar um conjunto de lembranças e adotá-las como suas a partir do presente.

Nesta ausência de memórias e do sujeito a sobrinha passou a ser a responsável pela apresentação do ser ausente, mas não do que está nos jornais, revistas, livros, dossiê ou depoimentos sobre o *guerrilheiro, militante, desaparecido político*; coletou informações sobre o *seu tio, seu padrinho, irmão de seu pai, filho de*

³⁰⁰ SARLO, p. 34.

sua avó, amigo, o ser humano Cilon. Esses dados não estavam nos livros ou nos jornais. Os periódicos atuaram como indicadores, local de onde se poderia ter alguma informação.

Com relação a memória registrada pelos poemas, podemos dizer que ajuda a resgatar uma parte da história. Revela-se, no caso, uma memória histórica dos acontecimentos vividos em determinada época e em nível nacional que chegaram ao conhecimento “pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente”, ocupando assim, “um lugar na memória da nação”.

O poema *Cantar é Preciso* (prefácio) faz a dedicação do trabalho literário “ao povo e às Forças Guerrilheiras do Araguaia, pela sua brava resistência patriótica, de onde já saltaram para a História verdadeiros *mártires* e *heróis*, a exemplo de Bergson Gurjão, Quelé e Melenira Machado.”³⁰¹ Os dois primeiros já “desaparecidos” em 1974 (data de produção do folheto). Existe uma relação entre o **povo** e as **Forças Guerrilheiras do Araguaia** que os une e iguala. O poema inicia: “Há quase dois anos lutando. Contra a miséria. Contra a opressão. Contra o meio adverso, no meio da selva [...]”, percebemos não só a exclusão daquele que é considerado à clandestinidade, mas também a segregação da população local que atraída àquela área, foi de certa forma banida. O mesmo abandono que aparece em *O finado Joaquim*, em *Verso & reverso*; em *O início* com o gemido silenciado e isolamento do útero escuro; em *Poema do soldado morto* aquele enviado para morrer demonstrando uma vida sem valor.

A própria estrutura e as palavras, dentro de suas normas, podem ser comparadas aquele que está fora da lei. Sua transgressão em relação à forma é explicada pelo autor que informa tratar-se de uma obra ética e não estática: “E cantar é preciso. Pensando nisso é que organizamos este caderninho. Revelação artística é talvez o que de menos se mostra aqui.”³⁰²

Ao mesmo tempo em que os textos infringem a norma excluindo-se dela, também resistem a ela quando dispõem livremente as palavras e as estrofes. Quem assina a obra, Libério de Campos, se de fato for um codinome, matou o(s) verdadeiro(s) autor(es) quando lhe(s) tirou a garantia do reconhecimento dos créditos, conforme o Art. 27 da DUDH: “Todo ser humano tem direito à proteção dos

³⁰¹ CAMPOS, Libério. *Cantar é Preciso*. **Resistência**, Belém, n. 9, fev/79. Poemas da Guerrilha do Araguaia, p. 24.

³⁰² *Ibid.*, 1979, p. 24.

interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.”³⁰³ A obra revela a sua autoria indicando a clandestinidade do escritor colocando-o na condição de *matável*. Eles também se enquadraram na poesia de resistência e poderiam ser uma produção de guerrilha ou de militância.³⁰⁴

³⁰³ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

CONCLUSÃO

Resistência é uma força contrária a outra, a definição de Newton é quando um corpo opõe-se a outro para conservar o próprio estado. Ele também nos oferece uma segunda opção: o impulso – quando um corpo tenta udar a estado do outro. O impulso pode ser empregado como as forças que resistem, mas também que objetivam mudar o outro. O propósito dos opositores do regime era mudança. Neste sentido o termo impulso se aplicaria também como força não apenas de resistir, mas de mudar.

Essa vontade pela mudança atingiu várias áreas que encontravam na arte uma forma de protesto, desabado, de manifestação. Além da produção artística os jornais alternativos também eram instrumento de denúncias contra o governo e os seus simpatizantes. Entre eles estava o *Resistência*, um periódico definido como parcial, oposicionista, instrumento na luta em defesa dos direitos humanos. Em suas páginas circulavam muitas críticas, denúncias, ao governo, aos empresários, aos político, etc. Mas, a maior parte de suas notícias eram sobre conflitos agrários, a falta de escola, a desapropriação em Belém, as áreas alagadas, a falta de transporte, de água encanada, de energia, a poeira, a enchente, o lixo, o desrespeito com os direitos do cidadão.

Por causa dessa postura sofreu sanções, passou por dificuldades, atrasos, interrupções, promoveu campanhas, montou a gráfica, ganhou prêmios, começou mensário, passou a ser quinzenal, voltou a ser impresso uma vez por mês, participou de eventos, conseguiu aumentar a tiragem de dois mil para sete mil exemplares, divulgou matérias que não teriam espaço nos jornais da grande imprensa, ousou, resistiu. Sempre mantendo o discurso inicial, o de estar ao lado da das camadas mais fracas, lutando por seus direitos. As denúncias, as brigas eram sempre, ou maioria, por garantias negadas ao coletivo ou individual. Por isso, focando especificamente no problema identificado, o *Resistência* é mais que um veículo de comunicação opositor. A sua função é atuar de fato como instrumento em defesa dos direitos humanos. Como definido em seu editorial, ele era um “jornal do povo, pelo povo” e por direitos e liberdades democráticas fundamentais.

O registro dos poemas na Edição de fevereiro/79 pode ser considerado como uma garantia ao direito de informar, mas também de evitar o esquecimento. A memória contida neles ajuda a resgatar fragmentos de um período importante para a

História. Para verificar o enquadramento dos poemas da guerrilha em relação à poética de resistência, considerou-se as aproximações de Alfredo Bosi sobre a resistência como tema e como processo. Observou-se que nos poemas da guerrilha as “fisionomias” são bem marcadas. Por exemplo: O **canto** serve como amplificador de ideais porque são potencializados pela voz e ecoam; o **Fuzil** indica a repressão; **Noite, Escuro, Madrugada** são palavras que indicam o autoritarismo; em oposição estão: **manhã, dia, clarões, estrelas** como expressão de desejos por tempos melhores. Alusão à **luz** como referência aos integrantes do movimento guerrilheiro dispostos a lutar por uma transformação social.

Eles fazem parte de um conjunto de textos escritos durante o período da guerrilha do Araguaia. Mesmo que não se possa comprovar as autorias, eles fazem referência a determinado período: a ditadura militar. Por isso, podem ser classificados como poemas de resistência de tema. Também apresentam tensões que estão além de suas escritas. Alguns apresentam projeto e/ou utopia, são eles: 1. *Cantar é Preciso*; 2. *Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia*; 3. *Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia*; 4. *O início* – são poemas de resistência como tema e como processo ou forma, enquadra-se na modalidade com projeto e utopia.

Os que não têm a guerrilha como tema, mas estão relacionados ao período são: 1. *Eh Marabá* – não traz claramente o tema dos citados acima, mas retrata problemas e destaca a sua força pela luta, então, pode ser considerado também como um poema de resistência como tema e como processo ou forma e enquadra-se na modalidade que faz projeto e utopia; 2. *O finado Joaquim* é um poema que não fala de projetos, nem de utopia, nem de conflitos armados, não aparece “fuzil”, nem esperança. Poderíamos dizer que seja um “poema de entrega” porque é sobre um homem que não tem nada, nem o direito a morte. A única posse que lhe concederam tomou posse do seu corpo. Seria neste caso, apenas um poema de resistência como Tema.

Mas, conforme as palavras de Bosi o texto de resistência como processo ou forma, antes de ser escrito “já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes”. Neste sentido *O finado Joaquim*, na condição de ideia e antes de ser fixado em um papel, teve o seu conflito; 3. O mesmo acontece com *Verso & reverso* mostra as consequências de um sistema injusto que provoca conflitos dentro do mesmo espaço; 4. O autor de *Poema do soldado morto* discorda da posição submissa do soldado que luta e morre sem saber os motivos. Ele é contra a

imposição do regime militar. Todos apresentam podem ser poemas de resistência como tema e também como processo ou forma. Dos oito poemas: quatro enquadram-se como de resistência com relação ao tema e o processo ou forma, com apresentação de projeto ou utopia; quatro são sobre outros assuntos, mas dentro de uma temática maior que engloba a todos. Desses um é de resistência como tema e como processo ou forma com projeto e utopia; e três apenas como de tema e de processo ou forma. Identificou-se também que estão na resistência *lírica* que “entrança os fios da memória com os da imaginação.”³⁰⁵ Essas possibilidades também podem ser testadas entre narrativas e resistência, mesmo fora de um contexto de militância política.

Assim, todas as produções aqui verificadas foram consideradas de resistência como tema por que se referem a um período na história e apresentam características de recusa, de não aceitar as imposições do regime, de combate a ideologia do momento. A resistência também acontece com relação à forma. Desses, cinco fazem projeto ou utopia e estão voltados para o futuro. Se outros poemas são caracterizado por verso, rima, som e ritmo que contribuem para a harmonia do texto, nestes escritos sobre a guerrilha, a ideia de produção é muito mais ética do que estética, conforme justificativa do autor: “Revelação artística é talvez o que de menos se mostra aqui.” O objetivo é transmitir “o canto” e contagiar o máximo possível. Percebe-se que a resistência se mostra pela crítica direta ou velada da desordem estabelecida, conforme já citado anteriormente.

Quanto a relação de “vida nua”, é importante lembrar que alguns militantes adotaram outro nome ou um codinome em função do movimento ocorrido na região do Araguaia. Passaram a viver na clandestinidade e em uma região de poucas condições. Todos serão considerados para identificação da “vida nua”. Mesmos assim, os poemas continuam como fonte principal o que não impede de informações de outras origens que falam sobre a vida, a morte e o desaparecimento dos integrantes. Com base nas observações dos guerrilheiros selecionados concluímos que ao cruzar as informações de outras fontes com o poema *O finado Joaquim* que “finou” sem nenhum direito, é possível aproximar ficção e realidade. A personagem poética não teve direito nem mesmo de morte; As personagens

históricas, vivendo na clandestinidade, estavam à margem da lei, o que os deixava expostos a qualquer violência que por sua vez não eram obrigadas a nenhum reconhecimento. Assim, mesmo com testemunhas, mas sem o “corpo” (mutilado, decapitado, abatido, finado) eles passam à condição de desaparecidos, perdendo também o direito a morte.

Conforme os três exemplos de parentes de desaparecidos, mesmo com indicação de que podem estar mortos, sem o corpo a família continua esperando, mesmo que por uma definição. Os relatos mostram que os guerrilheiros sofreram violências e foram mortos sem que os algozes respondessem por seus crimes. Isto o iguala ao guerrilheiro e autores ao homo sacer, aquele ser matável, de vida nua e sem as proteções da justiça.

A constatação neste tópico ultrapassou a expectativa. Ao comparar os dados das fontes observou-se uma situação que se revelou somente durante a pesquisa. Trata-se de uma sobrinha que não possui nenhuma lembrança do tio e essa ausência de memórias somada ao silêncio que o tema exigiu durante algum tempo tenham sido os elementos provocadores que a fez montar uma memória do parente desaparecido. Ela, Liniane Brum, possuía apenas o vazio. Por isso ela apropriou-se das memórias alheias para suprir as ausências de lembranças de alguém querido e construir as suas memórias com relação a ele, mesmo que o resultado final não fosse completo.

Constatou-se ainda que o nome dos combatentes aparecem em quase todas as fontes com variações. Assim, eles assumem várias identidades, meso os mortos e desaparecidos. Eles aparecem como: *guerrilheiro, militante, estudante, terroristas, os paulistas, o povo da mata*, aqueles que entraram em confronto com as Forças Armadas no Norte do Brasil entre 1972 a 1975.

Quanto a produção poética, observou-se a presença de várias vozes indicando um coletivo que exalta o combate, convoca a população, faz crítica social. Expõem a vida do excluído e oprimido, mas também revelam a vida de “seus autores”. Como o discurso revolucionário é uma ameaça, a própria autoria, de origem subversiva coloca a vida do autor como matável.

Na verdade os guerrilheiros assumiram várias identidades. Se cruzarmos os dados das fontes veremos as mesmas informações com poucas variações, ou seja, nome, idade, naturalidade, escolaridade, filiação, e engajamento. Para o regime eles eram: terroristas, subversivos, bandidos, guerrilheiro. Para os familiares

e amigos eram: filhos, irmãs, tios, padrinhos, amigos, estudantes, irmãos, sobrinhos. Na busca por memórias relacionadas ao seu tio, Liniane Brum deixou claro que não pretendia saber onde estavam os restos mortais de seu parente. Mesmo que isto possa dar uma ideia de infinita espera, a atitude da autora ultrapassou os limites da identidade de “guerrilheiro”, estendendo-o a condição de tio, irmão, filho. Essas imagens deram amplitude aquela subversiva das fontes oficiais.

REFERÊNCIA

A Província do Pará, Belém, n. 20.826, p. 2, abr. 1964.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 79.

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. *In*: BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977. p. 181-182.

BRASIL. **Constituição** (1988). Dos direitos e deveres individuais e coletivos, Art. 5º. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado**: o silêncio que vem do Araguaia. – Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012. p. 201.

CABRAL, B. F.; CANGUSSU, Débora D. D. A luta em defesa da igualdade e das liberdades públicas no direito norte-americano. **Jus Navegandi**, Teresina, 2008, p. 3. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22484-22486-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

Charaudeau 2006, p. 233 *apud* FREIRE, 2009, p. 293. FREIRE, Eduardo N. O *design* do jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 291 - 310, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/2658/1703>. Acesso em: 14 jan. 2018.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

CORRÊA, Roberto. O primeiro de abril de 1964 e as lembranças de uma época. **Diário do Pará**, Belém, 04 abr. 1994, p. B-7.

CORRÊA, Fabiola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. História do Jornalismo no Brasil E no Pará, da Colônia à República Velha. Trabalho apresentado ao GT Jornalismo, do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0246-1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

FAMILIARES de mortos e desaparecidos há guerrilha do Araguaia. Apresentação. *In*: PRIMEIRAS Cantigas do Araguaia. 1980. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=21032&Pesq=>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio B. H.; ANJOS, Margarida dos; FERREIRA, Marina B. (Coord. de ed.). **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. Lexicografia Margarida dos Anjos et al. 4. ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 238, 425.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará**: a mordaza a partir de 1964. – 1. ed. – Belém, PA : Paka-Tatu, 2015. p. 13.

FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 4., 2006, São Luís. **Anais do 4º Encontro ALCAR**, São Luís: UFMA, 2006, p. 8. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F7Ewsh_ig6MJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/Tempos%2520de%2520Resistencia.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 mai. 2018.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo-SP : Edições Vértice, 1990. p. 80-81.

JORGE, Lídia. *A costa dos murmúrios*. – Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 161.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão [et. al.]. 4 ed. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1996. p. 477.

LIMA E SILVA, Márcia I. O poder da restrição. **Jornal da Biblioteca Pública do Paraná**. Disponível em: <http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1053>. Acesso em: 01 mar. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

NEWTON, Isaac. Axiomas ou Leis do Movimento. *In*: NEWTON, Isaac. **Principia**: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural. – 2. ed., 3. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 54. Livro I. Disponível em: <https://archive.org/stream/Principia.Livro.1.2.3-Isaac.Newton/Principia%20-%20Livro%20I%20-%20Isaac%20Newton#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC: Rio, 2009, p. 4.

Resistência, Belém, n. 0, fev. 1978.

Resistência, Belém, n. 1, fev. 1978.

Resistência, Belém, n. 2, p. 4, mai. 1978.

Resistência, Belém, n. 3, jun. 1978.

Resistência, Belém, n. 4, p. 15, jul. 1978.

Resistência, Belém, n. 5, p. 2, mar. 1980. Edição Extra.

Resistência, nº 5, ago. 1978. Folha Nacional, p. 2.

Resistência, Edição Extra nº 6, setembro/78, p. 23.

Resistência, Belém, n. 7, p. 3, dez. 1978.

Resistência, Belém, n. 9, p. 24, fev. 1979.

Resistência, nº 10, p. 2, jul. 1979.

Resistência, Belém, ano II, n. 11, p. 6, abr. 1980.

Resistência, Belém, ano II, n. 13, jun. 1980.

Resistência, Belém, n. 16, p. 2, set. 1980.

Resistência, Belém, n. 20, p. 10, jan. 1981.

Resistência, Belém, n. 13, jun. 1980. Varejo, p. 10.

Resistência, Belém, ano II, n. 14, jul. 1980. O Papa e a Igreja da Amazônia, p. 7.

Resistência, Belém, n. 15, p. 20, ago. 1980.

Resistência, Belém, n. 16, set. 1980. Baixada, p. 18.

Resistência, Belém, n. 17, out. 1980. Imprensa Alternativa, p. 2.

Resistência, Belém, n. 19, p. 2, dez. 1980.

Resistência, nº 21, p. 2, fev. 1981.

Resistência, Belém, n. 9, p. 23, fev. 1979.

Resistência, Belém, n. 31, nov. 1981. Cultura, Show, p. 16.

Resistência, nº 32, dez. 1981. Folha Igreja, p. 11.

Resistência, Belém, Edição n. 37, p. 2, mai. 1982.

Resistência, Belém, n. 39, p. 2, set. 1982.

Resistência, nº 46, dez. 1982. Editorial, p. 2.

Resistência, nº 50, fev. 1983. Editorial, p. 2.

Resistência, nº 51, p. 2, mar. 1983.

Resistência, Ano VI, nº 52, p. 2, mar. 1983.

Resistência, Ano VI, nº 53, p. 3, abr. 1983.

Resistência, Ano VI, nº 54, p. 2, abr. 1983.

Resistência, Ano VI, nº 55, p. 7, mai. 1983.

Resistência, Ano VI, nº 57, jun. 1983. Folha Política, Caso Suyá, p. 2

Resistência, nº 64, p. 8, dez. 1984.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, Memória, Literatura**: o testemunho na era das catástrofes. – Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2003. p. 374.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Os primeiros passos do colonismo social no Pará: Folha do Norte e A Província do Pará. Trabalho apresentado no GT de Mídia Impressa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Os%20primeiros%20passos%20do%20colonismo%20social%20no%20Para%20Folha%20do%20Norte%20e%20A%20Provincia%20do%20Para.pdf/view>. Acesso em: 26 out. 2015.

ANEXO B – “Espelho da realidade”³⁰⁷

Os patrão que têm fazenda
pra os peão já tem falado:
“Vou arranjar um vaqueiro,
não quero mais agregado.
Vou deixar de tocar roça,
os meus planos tá mudado.
Vou fazer esta colheita
porque sou financiado.
Minhas máquinas tudo é cara,
adubo é um preço danado,
Na lavoura eu ponho capim
e vou formar pasto pra gado”.
O pobre do lavrador
já fica bem apertado.

O povo doente e fraco
prejudica a nação,
faz o homem cachaceiro,
faz outro virar ladrão,
faz mulher mudar de vida
pra poder ganhar o pão,
traz a fome e a miséria
na cidade e no sertão:
periga a humanidade
dá uma revolução.

ESPELHO DA REALIDADE

de um Violeiro de Goiás.

³⁰⁷ ESPELHO da realidade. *Resistência*, Belém, n. 1, p.4-5, mar. 1978.

ANEXO C – “Vida de pobre”³⁰⁸

Vida de pobre



dá poeta ilustrado
mas infelizmente não posso
tenho muito obrigação
pois sou pai de cinco filhos,
corta o meu coração.

Por isso tenho que enfrentar
as durezas do sertão,
não tenho tempo de escrever
segundo minha inspiração,
andando com meus pés descalços,
minha roupa remendada.

Minha família se sente
fraca e desanimada,
não come bem; por isso
leva a vida amargurada.
Meus filhos quando adoecem
eu não tenho condição.

Meus filhos não são sadios
têm a canela comprida
tem o pescoço fininho
de grande só tem a barriga
atacados de lombriga.
Ahl se eu tivesse dinheiro
pra zelar pros meus filhos . . .
Seriam todos sadios
usando de um bom estilo
mas como eu não tenho dinheiro
eles se sentem intranquilos

Nessa altura não tenho
terra pra trabalhar
Pois quem trabalha de ameia
e de arrendo
não dá para criar a família
comer bem no seu lar.

A quem trabalha de ameia
eu dou essa sugestão:
Ficou com o braço esquerdo
deu o direito ao patrão,
— isto eu falo por que
essa é a minha impressão —
Pobre é escravo do rico
isso eu digo pra vocês.

Basta eu dizer que o pobre
nunca tem vez
só chega por derradeiro.
O rico bebe água limpa
e o pobre só o lameiro.

Sofre o sertanejo no campo
sofre o pobre estradaireiro
sofre a mulher sem marido,
sofre o homem sem dinheiro?
enquanto que muitos
têm cama feita de dinheiro.

Sofrem as crianças doentes

sendo filhos de pai pobre
sofrem os velhos no asilo
comendo restos dos nobres
sofre o pescador do rio
tentando ganhar o cobre.

Sofre o marido na roça
sofre a mulher na cozinha
sofre a criança doente
sofre também a vizinha
quando não tem pra comer
nem um pouco de farinha.

Sofre o pobre motorista
trabalhando que nem louco
enricando quem já é rico
Mas seu ordenado é pouco
mas tem aguentar calado
tem que ouvir e não dar o troco.

Sofre o pobre pedreiro
que faz belas construções
casa bonita pro rico
mas ele mora em ranchão
anda de roupa rasgada
e também de pé no chão.

Sofre o pobre vaqueiro
na sua vida de gado
arriscando a sua vida
pra ver os outros apumados
sofre o pobre na cadeia
sendo desconsiderado.

Sofre o índio na mata
sofre o filho sem pai
sofre o pobre empregado
pois seu ordenado é pouco
sofre o pobre lavrador
quebrando os dedos nos tocos.

Sofre o povo oprimido
geralmente falando
pois só se vê os colonos,
o povo se lastimando
fica pra baixo e pra riba
andando que nem formiga

Cada vez vai piorando,
enquanto muitos são ricos
ficam bem descansados
têm dinheiro pra tudo
para pagar empregado
pois têm cama de dinheiro,
pra dormir descansado.

Nós vemos muitos ricos
que veio dos estrangeiros
tomando conta das terras
deste país brasileiro
nós somos donos de tudo
ficamos por derradeiros.

Rico tem nome grande
deputado, senador, ministro,
presidente, general e doutor
enquanto um pobre coitado
chama-se chapéu atolado
sem um pingo de valor.

Tem muitos pobres famintos,
muitos ricos sossegados
gente com muita fortuna
gente sem nenhum bocado
gente com educação
outros menos educados.

Tem gente muito sabida
gente boba demais
tem gente indo pra frente
tem gente indo pra trás
gente que trabalha muito
gente que nada faz.

Vou terminar minha estória
já está um pouco comprida
mas digo sempre que o pobre
nunca tem saída
se não tiver um apelo
para ter um paradeiro
muito se perde na vida.

Estão os pobres sofrendo
esta grande opressão
sofrendo fome e sede
da justiça do patrão.
Poderemos pensar firme
tem um deus que dá regime
nesses grandes tubarão.

Direito virá até nós.
A mesma costura que cose
deixa o remendo na mão.
O importante é se amar
trabalhar sem egoísmo
pra não cair no abismo
e olhar pra todos irmãos.

Deus Senhor mestre e juiz
de tudo que a terra encobre,
dai-me força, idéia e rima,
gentileza, sem ser nobre
para escrever meus versos
sezundo a vida de um pobre.

Quem não conhece não sabe
a dor que outros sentem
o quanto que sofre um pobre
desse nosso continente;
muitos ainda diz
que é um país
que vai pra frente.

Eu que sou pobre é que sei
a dor que sente um pobre
pois só se conhece um homem
pelo valor do cobre.
Somos escravos dos ricos
e da nobreza dos nobres.

Nunca fui rico na vida
e nunca tive prazer
Toda a minha capacidade
é trabalhar e sofrer
Por isso que agora
meus versos vou escrever.

Minha sina era de ser poeta,
porém foi revogada
pois o dilema da vida
mudou minha jornada.
Sou de uma família pobre
por isso não sou de nada.

Dizem que é só no Nordeste
que dá poeta afamado
mas eu queria mostrar
o valor do meu Estado
mostrar que em Minas Gerais
nasce homem capacitado.

E também o Centro, Sudeste

³⁰⁸ EXPEDITO. Vida de pobre. *Resistência*, Belém, n. 5, ago. 1978. O poeta de Rio Maria, p. 32.

ANEXO D – “Os poemas da guerrilha do Araguaia”³⁰⁹

EXCLUSIVO

Um dia, pelos dias de 76, chegou na redação do jornal "O Estado do Pará" um trabalho, um folheto mimeografado de 43 páginas, chamado "As primeiras cantigas de Araguaia", assinado por Libério de Campos. Evidentemente, aqui, a obra, os poemas do jornal, se chegou a ser interessante para trabalhar, já que imaginaram sua publicação. Sabia-se então de entrar no livro diário das redações, e guardá-lo cuidadosamente. Hoje a guerrilha está nas mãos de livros, jornais e revistas dissuocados, os seus mais variados aspectos. Apesar de o governo ainda não ter divulgado o relatório secreto que possui sobre o fato, até mesmo o general Hojós Alves, que chefiou o combate aos guerrilheiros, tem se permitido eventualmente, Chagas a hora, pelo de os poemas da guerrilha serem a público. Não podemos publicar todos, é claro (mas pretendemos completar a divulgação na próxima edição). O texto abaixo – "Cantar é preciso" – é o prefácio original. Na segunda página do livro de Libério de Campos há uma dedicatória: homenagem ao 2o. aniversário da resistência armada das Forças Guerrilheiras do Araguaia". Não temos dados para informar sobre o autor, mas a qualidade poética e mobilizadora de seus poemas são suficientes para que, no momento, quisermos saber mais. (Luiz Maklouf)

"Cantar é preciso"

"Um dia lembramos. Há quase dois anos, guerrilheiros no Araguaia. Há quase dois anos, lutando. Contra a miséria. Contra a opressão. Contra o meio adverso, no meio da selva, lutando.

E a guerrilha vive. Lâmpada acesa na noite (há quase dois anos), vive. Apesar de inimizades latifundiárias. Apesar dos tecnocratas. Dos burocratas. Dos trunfos, das oligarquias. Apesar dos generais. Senhores da terra e da guerra, donos do fogo e do aço. Apesar – e por causa deles – a guerrilha vive. E corre, como um regato selvagem, para os rios da manhã.

Vitórias foram conquistadas. Há quase dois anos, ali e além, cresce a resistência popular. O povo percebe. O povo aspira ao seu próprio futuro. E se levanta. E se move. E se organiza. E se organiza em coisas finas, individuais.

E nós, que temos feito muito pouco? Os que sabem o tempo, não podem ficar a esperar, assistindo apenas. Devemos que por fim e devoto: é preciso cantar. Mas cantar é preciso. Quando ainda não o gritos, seja o balbúcio. Se não a palavra aberta, o simples segredo. Nunca, no entanto, o silêncio. Dizem que o silêncio é de ouro. Mas de quem esse ouro? Sabemos que não do povo. Para nós o silêncio é poeira. E cantar é preciso.

Pensamos assim: é que organizamos este caderno. Revolução artística é talvez o que de menos se mostra aqui. Tempo não é tempo o canto conforme pede o momento. Guiso-o, porém, mais que tudo, a vontade de dizer. O desejo de quebrar os vidraças do silêncio.

Esperamos que esta nossa iniciativa – apenas dúbio número – possa, de outros lábios, desentranhar, mais firmes, afirmações de esperança, cantigas de abençoar. E, numa livre reação em cadeia, que as palavras se lacerem, se elevem, se multipliquem.

Este trabalho é, pois, dedicado a todo o povo brasileiro; a todos os que, de alguma forma, se lutem pela liberdade; e principalmente ao povo e às Forças Guerrilheiras do Araguaia, pela sua brava resistência patriótica, de onde já saltaram para a história verdadeiros mártires e heróis, a exemplo de Bergson Gujão, Quadi e Melanin Machado".

Libério de Campos
fevereiro de 74

Canção das Forças Guerrilheiras do Araguaia

Não somos do norte
nem somos do sul
nossa geografia
é um sopro de liberdade

O verde levanta nossos olhos
verde o floresta
e verde a nossa caravana
sua novos frutos da terra

Desejo que há um canto de homens
verde (verde-verde, verde-lado)
entre nós – entre o povo –
e a madrugada

Desejo que há fúria
muitos rostos, muitos nomes
há no do ofício do não
entre o povo e a madrugada

Mas (antes de tudo)
é preciso que se faça o dia
e se as nossas ações, nossas legi-
vão dar no dia

Que noite nos detém?
Desejo não fosse escuro
deitar fúria no fogo no
lito do Araguaia

e passar fúria a cantar
uma flor, uma florinha; esta
Mas que flor de mais cantigas
que a liberdade buscada?

Não somos do norte
nem somos do sul
nossa geografia
é as pétalas da madrugada

A guerrilha do Araguaia nasceu em
1972 e 1973, no sul do Pará. Os guerrilheiros começaram a chegar no região alguns
anos antes, para apoiar as organizações do
sul do Pará, lideradas por José de Fátima
de Camargo de Sá. Em 1974 as Forças
Armadas iniciaram o ataque, a guerrilha
foi varrida, totalmente aniquilada, não o que
pode de mesmo aspecto físico, mas de 30
mil soldados iniciaram uma expedição longa
e não mais que 30 guerrilheiros. A luta
durou até 1976. Durante a luta, o general
Mário implantou algumas divisões de fôlego,
sendo de vital importância a presença de
armas.

OS POEMAS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Eh Marabá

Eh Marabá
um canto rebelde a terra tua
um canto global
obediendo a se de madrugada
um canto dessa gente brasileira
de arrastado arrastado rede
barragem subindo e descendo no
um canto de estado e não na terra
abrir dentro vivendo a noite
um canto
dessa gente oprimida das cidades
potado com fumaça
chamado e stromas de fábrica

O finado Joaquim

De morte não identificada
morreu Joaquim Ribeiro
foi de hoje? foi de hoje?
foi de política ou grilo?
sem dois sem documento
a morte e o seu possente
seu não fúria na terra
mesmo sem ter fúria no povo
possente que foi de glória
foi-se em possessivo da morte
dono de nada na vida

morreu Joaquim Ribeiro
e hoje, de corpo inteiro
é possível por ele
morreu Joaquim Ribeiro
e não é tudo que sei
sua vida foi fúria de vida
sua morte, fora de lei

Verso & reverso

uma cidade propriamente dita
muito a direita propriamente
palavras
palavras
são duas cidades em resistência pacífica,
outro pelo seu direito ao seu direito
são duas cidades duas vidas
uma vida
Kodak de turista
siga de turista
cartão postal
uma vida
você remova de
partida partida
notícia política
são duas cidades duas
duas cidades e um só direito
são duas
são duas

O início

Na amizade quem escreve
palavras pinceladas
perda para dos fatos
gentílico
silêncio
mas no o novo negro
do silêncio
surgeu larva
regem larva
de fúria
(outro facto)
na mente nunca do povo
como um amor gradual
dará momentos de fogo
em largo amoroso
e surge (neste ainda
fúria fúria)
fúria se expande nas mãos
fúria
as fúria mudadas
e há hoje a luta A LUTA

Canto de amor aos guerrilheiros do Araguaia

não
nas vossas mãos
não tendes fúria
tendes cit das
estrelas
pedra de marabá
as vossas armas
são como archotes
combatendo a noite
e porque
acordais o dia
nós vos amamos

Poema do soldado morto

o combatente do modo
aparece até as gravas
pra mostrar um segredo
partido
e não sabia porque
o combatente do modo
(filho em si de composição)
chegou sempre empunhando
mananciais fúria capado
e não sabia porque
o combatente do modo
na memória da selva espanta
sustentou até o grão de fogo
de uma bela guerrilha
e nunca soube porque
e no general, que extremamente
governava – nos momentos
lutava em um de herói
e reentrava mais triste
que não sabia porque
o via, soldado do modo
lutava e filho do povo
você nunca viveu antes
dentro quem vos faz sentir
neste quem vos faz sentir
de seus momentos práticos
muito triste como não
guardar todas vossas lutas
para se governar abster!

³⁰⁹ CARVALHO, Luiz Maklouf. Os poemas da guerrilha do Araguaia. Resistência, Belém, n. 9, p. 24, fev. 1979.

ANEXO E – “Cantar é preciso”³¹⁰

“Cantar é preciso”

“Um dia lembramos. Há quase dois anos, guerrilheiros no Araguaia. Há quase dois anos, lutando. Contra a miséria. Contra a opressão. Contra o meio adverso, no seio da selva, lutando.

E a guerrilha vive. Lâmpada acesa na noite (há quase dois anos), vive. Apesar de insídias latifundiárias. Apesar dos tecnocratas. Dos belicosos. Dos trustes, dos monopólios. Apesar dos generais. Senhores da terra e da guerra, donos do fogo e do lucro. Apesar – e por causa deles – a guerrilha vive. E corre, como um regato novo, para os rios da manhã.

Vitórias foram conseguidas. Há quase dois anos, ali e além, cresce a resistência popular. O povo percebe. O povo aspira no ar um sopro de novo em tudo isto. E descobre. E se move. E resiste. E pouco a pouco se forma em coisa única, indivisível.

E nós, que temos feito diante disso? Os que sabem o tempo, não podem ficar à margem, assistindo apenas. Decerto que por fuzil e decreto é proibido cantar. Mas cantar é preciso. Quando ainda não o grito, seja o balúcio. Se não a palavra aberta, o amplo segredo. Nunca, no entanto, o si-

lêncio. Dizem que o silêncio é de ouro. Mas de quem esse ouro? Sabemos que não do povo. Para nós o silêncio é poder. E cantar é preciso.

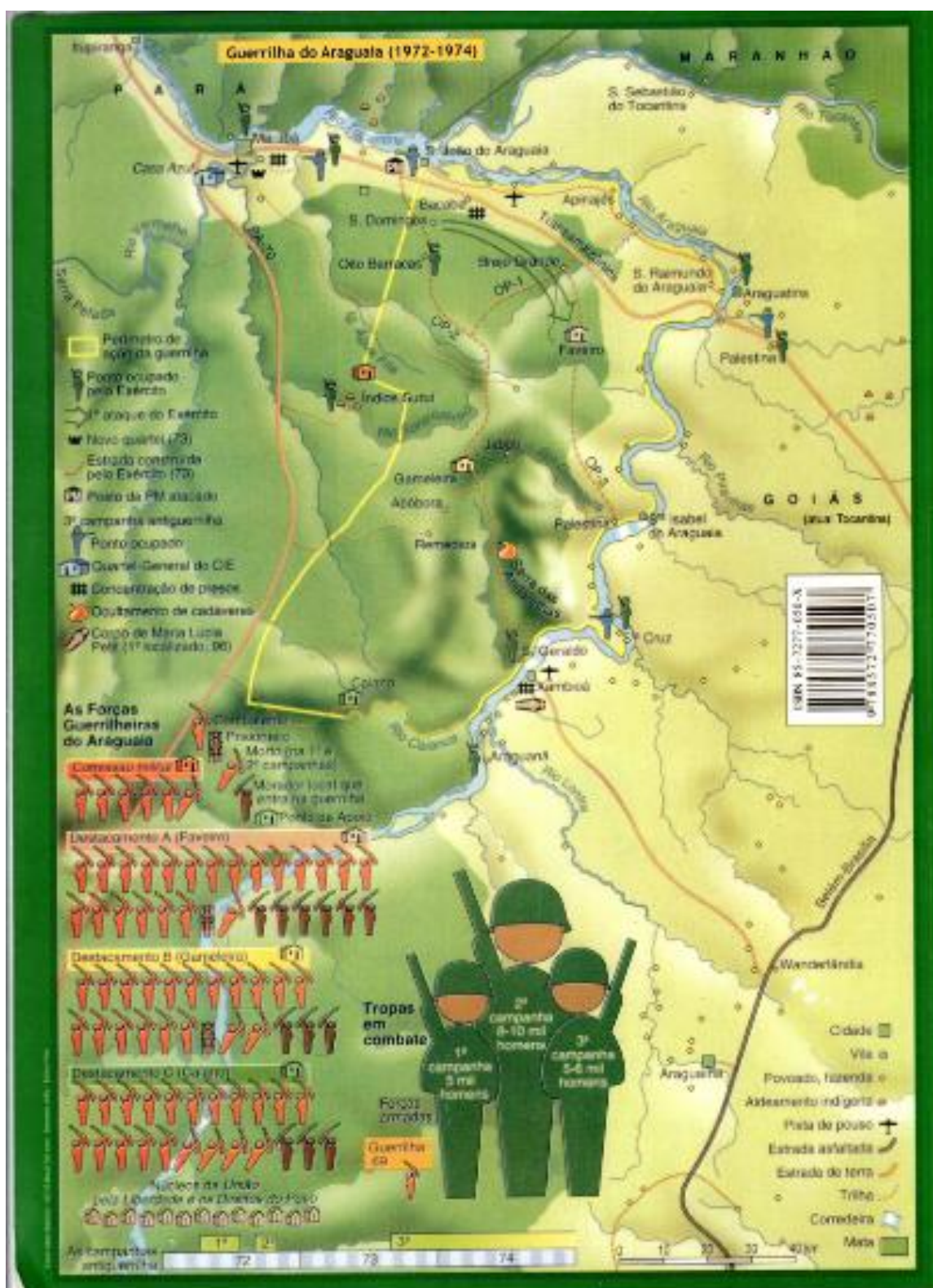
Pensando nisso é que organizamos este caderninho. Revelação artística é talvez o que de menos se mostra aqui. Tampouco é áspero o canto conforme pede o momento. Guiou-nos, porém, mais que tudo, a vontade de dizer. O desejo de quebrar as vidraças do silêncio.

Esperamos que essa nossa iniciativa – apenas débil sussurro – possa, de outros lábios, desentranhar, mais firmes, afirmações de esperança, cantigas de alvorecer. E, numa livre reação em cadeia, que as palavras se lavrem, se elevem, se multipliquem.

Este trabalho é, pois, dedicado a todo o povo brasileiro; a todos os que, de alguma forma, se batem pela liberdade; e principalmente ao povo e às Forças Guerrilheiras do Araguaia, pela sua brava resistência patriótica, de onde já saltaram para a História verdadeiros mártires e heróis, a exemplo de Bergson Gurjão, Quelé e Melenira Machado”.

Libério de Campos
fevereiro de 74

³¹⁰ CAMPOS, Libério. Cantar é preciso. **Resistência**, Belém, n. 9, p. 24, fev. 1979.

ANEXO F – Mapa da região da guerrilha do Araguaia³¹¹

³¹¹ MONTEIRO, Alberto (org.). **Guerrilha do Araguaia**. – São Paulo: Editora Anita Garibaldi. 1. ed.: 1982 – 2. ed.: 1986- 3. ed.: 1996 – 4. ed.: 2005.